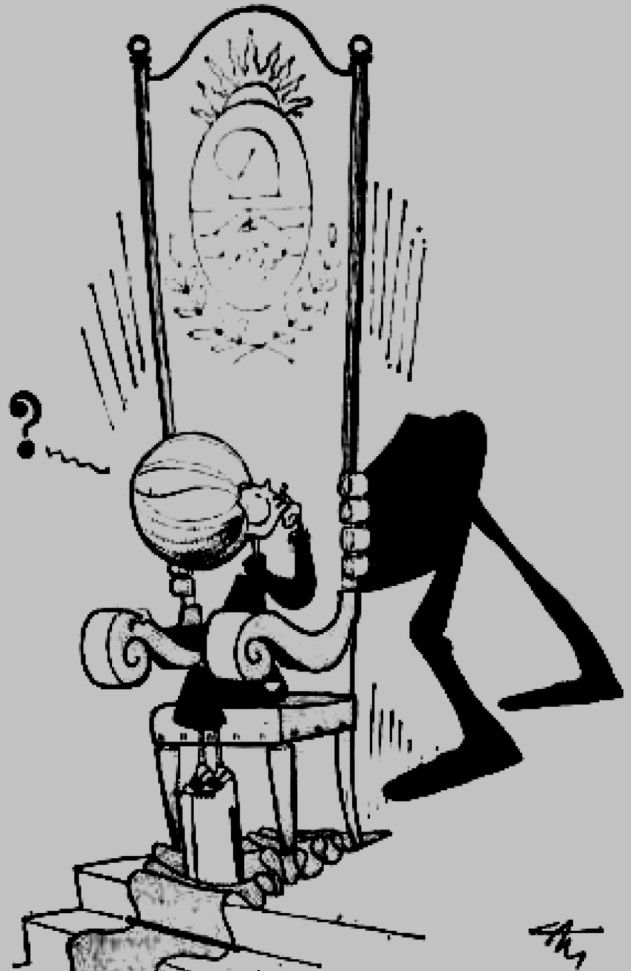


JOSIANE DE PAULA NUNES

REPRESENTAÇÕES EM TEMPOS DE CENSURA:

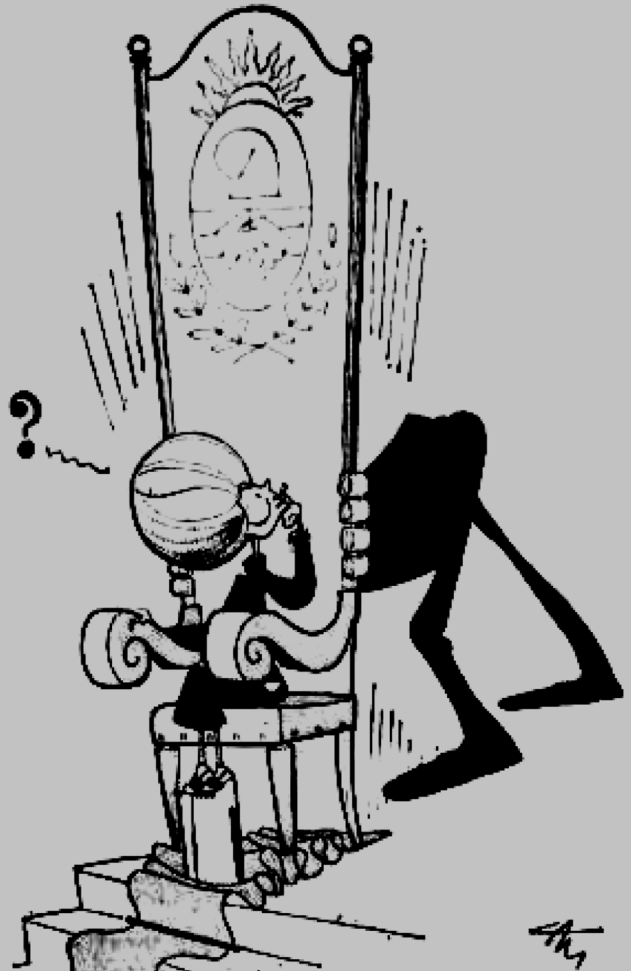
A Argentina na grande imprensa brasileira
(1962-1976)



JOSIANE DE PAULA NUNES

REPRESENTAÇÕES EM TEMPOS DE CENSURA:

A Argentina na grande imprensa brasileira
(1962-1976)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva da autora, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos a autora, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Representações em tempos de censura: a Argentina na grande imprensa brasileira (1962-1976)

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Soellen de Britto
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: A autora
Autora: Josiane de Paula Nunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N972 Nunes, Josiane de Paula
 Representações em tempos de censura: a Argentina na grande imprensa brasileira (1962-1976) / Josiane de Paula Nunesl. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-258-1237-3
 DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.373232803>

1. Censura. 2. Imprensa - Brasil. I. Nunes, Josiane de Paula. II. Título.

CDD 342.0853

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DA AUTORA

A autora desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Já não são novidades no Brasil as pesquisas históricas sobre a imprensa periódica ou as que a utilizam como fonte documental, principalmente nos estudos sobre cultura e política. Desde o final do século passado, revistas e, principalmente, jornais, foram descobertos pelos historiadores como muito mais do que um manancial de informações sobre o passado: como sujeitos históricos complexos, participantes da vida brasileira dos séculos XIX e XX, instituições verdadeiramente sociais, com atuação pública destacada e nunca livre de contradições. Os historiadores, na esteira de estudiosos da comunicação, perceberam que cada periódico possui como que uma vida própria. A que mais lhes tem interessado, sobretudo no caso dos jornais, é a vida política, por assim dizer. Apesar de destinados a informar, os diários constroem sua autopercepção e buscam se legitimar como expressão mais acabada da opinião pública, e, como tal, vozes independentes, sobretudo em termos políticos. Conseqüentemente, a historiografia passou a perscrutar as páginas da imprensa brasileira tentando desvendar as formas pelas quais jornais buscam validar essa posição de “imparcialidade” e se posicionar frente à miríade de eventos e processos que diariamente ela leva a seus leitores. E, neste percurso, como eles acabam participando da política que formalmente visam apenas relatar.

Nesse sentido, não é surpreendente que a maioria dos estudos tenha se interessado por períodos de maior tensão política, como o que precede o golpe de estado de 1964. Também é compreensível que os historiadores se perguntem sobre como a imprensa se portou durante os regimes de exceção – sendo a ditadura militar o exemplo mais recente – nos quais aquela identificação com a liberdade de opinião e de autonomia frente ao controle governamental foi cotidianamente posta a prova – o que não significa que períodos democráticos sejam inerentemente insensíveis à pressão de autoridades políticas e instituições de estado, mas esta é uma outra questão.

O livro de Josiane Nunes que o leitor tem em mãos é um produto dessas preocupações e dessa renovação dos estudos históricos. Ele é um ótimo exemplo do tipo de análise acurada que a melhor historiografia faz das várias estratégias textuais e gráficas as quais os jornais costumam recorrer para definir a pauta de notícias, para apresentar sua interpretação delas e para se posicionar no dia-a-dia da disputa política.

Mas seria injusto apresentar este livro como um mero exemplo dos trabalhos feitos por uma área da historiografia, pois Josiane Nunes propõe também uma reflexão inovadora. Enquanto a vasta maioria dos estudos sobre a imprensa do período democrático de 1945 a 1964 e do período ditatorial pós-1964 analisa a posição de um ou mais periódico em relação aos governos, partidos e movimentos sociais do período, a autora, de forma original, se propõe a romper

a barreira do paradigma epistemológico da nação, investigando o noticiário internacional de dois dos mais importantes jornais do Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*. Desta forma, *Representações em tempo de censura* testa a hipótese de que mesmo áreas do noticiário que não estavam diretamente ligadas às disputas políticas nacionais sofriam reverberações da posição dos jornais sobre as mesmas. E, neste aspecto, a escolha do noticiário político sobre a Argentina é particularmente interessante, na medida em que nosso vizinho é um caso particularmente rico para se entender como a confluência da esfera nacional e da esfera internacional permite aos jornais “vazar” sua leitura dos acontecimentos, particularmente em contextos de censura e repressão, na medida em que podem camuflar a primeira na segunda. Uma vez que a Argentina também vivia uma longa conjuntura de instabilidade democrática (que remontava a 1955, ano do golpe de estado que apeou Juan Domingo Perón da presidência e proscreeu o peronismo), tem-se aqui um caso denso de constantes publicações sobre assuntos que na superfície parecem dizer respeito a um outro contexto, mas que, nas edições do *JB* e do *UH*, se abraçaram. Se o leitor me permite uma referência um pouco obscura e datada, Josiane Nunes revela que aquilo que a expressão “eu sou você amanhã” (adotada pelo jornalismo da década de 1980, por referência a uma conhecida propaganda de uma marca de vodka) buscou sintetizar para a economia, também valia para descrever a relação de precedência temporal das crises argentinas em relação às crises brasileiras; ou seja, que aqueles dois diários cariocas perscrutavam na vida política argentina lições e advertências para a vida política brasileira, na medida em que pareciam antecipar se não acontecimentos, possíveis perigos ou percalços.

Outra originalidade do presente livro é a proposta de investigar a relação de ambos jornais com a censura que, muito embora esteja associada na memória coletiva ao arbítrio da Ditadura Militar, existia desde o Estado Novo (1937-1945), tendo perdurado, ainda que de forma muito matizada, durante o interregno democrático. O recrudescimento censório a partir de 1968, revela Josiane Nunes, é um dos elementos centrais a impulsionar ambos jornais do Rio de Janeiro a publicar e comentar as notícias sobre a Argentina de uma forma que pudessem ser lidas nas entrelinhas análises e julgamentos sobre o regime militar brasileiro.

Por fim, cabe destacar outra realização do livro que abre caminho a novos estudos, não necessariamente apenas sobre o período em questão: o papel da charge ou caricatura como forma híbrida de texto e ilustração que tece comentários sobre a realidade. Normalmente, encontram-se vários estudos sobre esta forma gráfica, mas sempre como um objeto em si, destacado de seu suporte (por mais que haja o esforço por situar o veículo em que a charge ou

a caricatura foi publicada). No caso de *Representações em tempo de censura*, ela é interpretada no bojo de cada publicação, enraizada na trama de notícias, editoriais e crônicas que conviviam com ela a cada edição.

Mas quais são as conclusões que a análise de Josiane Nunes nos leva sobre a posição do *JB* e do *UH* no referido contexto e no que diz respeito à Argentina (e, por tabela, ao Brasil)? A imagem da Argentina continuou a mesma nestes jornais? Como efetivamente a censura impactou esta posição? Os dois diários tinham a mesma posição? Um bom prefaciador provavelmente resumiria essas conclusões como forma de atrair o leitor. No entanto, isso levaria a uma perda de fruição dada pela paulatina descoberta destas respostas através da leitura do texto. E este prefaciador não pretende tirar esta curiosidade. Nada de spoiler.

Portanto, aproveite o leitor a prosa fluída e a densa pesquisa de *Representações em tempo de censura*.

João Paulo C. S. Rodrigues

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: CONTINUIDADES E RUPTURAS: O “FAZER JORNALÍSTICO” NOS JORNAIS ÚLTIMA HORA E JORNAL DO BRASIL NA MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA	8
Última Hora: Reforma x Política?.....	8
Jornal do Brasil: a reforma e a construção das representações nos discursos ponderados	12
CAPÍTULO 2: BREVE HISTÓRIA DA POLÍTICA ARGENTINA (1955-1976).....	18
O governo Peronista e a <i>verticalização</i> do poder	18
A Revolução Libertadora e o fim do governo Peronista	20
CAPÍTULO 3: O ESPAÇO DAS REPRESENTAÇÕES NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960	26
Caso Cubano: JB e o modelo brasileiro de liderança política	26
Jornal do Brasil: a deposição de Frondizi e malogro da democracia	35
CAPÍTULO 4: O GOLPE DE 1966 NA ARGENTINA NO ÚLTIMA HORA E NO JORNAL DO BRASIL	49
As representações sobre o golpe de 1966 no UH.....	49
As condições objetivas do golpe de 1966 no Jornal do Brasil	61
CAPÍTULO 5: O JOGO DE CINTURA DO ÚLTIMA HORA E JORNAL DO BRASIL NA DÉCADA DE 1970	74
“El Cordobazo”: a rebelião operário-estudantil no jornal Última Hora e no Jornal do Brasil.....	74
JB e as críticas ao peronismo: a tática peronista em 1973-1974.....	83
Jornal do Brasil e o golpe de 1976 na Argentina: o despertar do silêncio e da observação das Forças Armadas	92
Golpe Militar de 1976 no jornal Última Hora.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102

REFERÊNCIAS	104
SOBRE A AUTORA	109

INTRODUÇÃO

O jornalismo do século XIX, no Brasil, foi fortemente influenciado por um modelo panfletário e militante, tendo como referências a forma francesa do “fazer jornalístico”. Os periódicos tinham papel crucial na definição de opiniões sobre a esfera pública e do poder. O caráter opinativo da imprensa tinha como objetivo central ser instrumento da luta política. Nesse sentido, os jornais atuavam como veículos difusores de ideários políticos, estabelecendo uma relação doutrinária com os leitores potenciais¹.

Comumente, as publicações jornalísticas do século XIX possuíam uma ligação com a atuação política de seus redatores, fossem ou não proprietários dos periódicos. O espaço do jornal era dedicado ao debate político, implicando a construção de um discurso que procurava deslegitimar e desqualificar outros projetos políticos e seus idealizadores. De acordo com Marialva Barbosa, os periódicos do século XIX eram permeados por insultos, polêmicas, ou seja, buscavam construir, pela via discursiva, sua ação política.

Presentes na arena política, esses periódicos efêmeros ou duradouros encenam suas batalhas verbais numa espécie de palco, no qual personagens situados em campos opostos se movimentam. O jornalismo se transforma em um teatro performático, no qual os temas da atualidade são discutidos e debatidos entre os periódicos.²

Os impressos eram de formato reduzido, no geral, com quatro páginas ou menos. Com matérias distribuídas em colunas separadas por finos fios, os textos não possuíam uma continuidade e, normalmente, para marcar a mudança de assunto, eram identificados por notas ou uma pequena vinheta que mostrava a troca; em alguns casos, a mudança era quase imperceptível,³ completamente diferente da diagramação do que conhecemos nos jornais atualmente.

No final do século XIX, os periódicos de estrutura simples começaram a ser substituídos por *empresas jornalísticas*, introduzindo novos equipamentos e buscando uma inserção na indústria gráfica. As características da produção bastante artesanal do século XIX vão sendo substituídas por modalidades industrializadas de produção e distribuição.⁴

Entretanto, as transformações estruturais desenroladas a partir de 1880 não romperiam absolutamente com o modelo opinativo do “fazer jornalismo”. Novas estruturas, reorganização da diagramação, modificação na abordagem das matérias iriam marcar o período de transição da imprensa ideológica e panfletária. Mas, no Brasil, o processo seria mais lento e os efeitos da *modernização* seriam sentidos mais intensamente em meados do século XX, mantendo algumas características do jornal panfletário, entre elas o caráter opinativo, direcionado, principalmente, para a política.

1 ALMEIDA, Raphael Rocha. *Imprensa e Patriotismo nos primórdios do Império (1823-1831)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. UFMG. 2008. p. 28.

2 BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 49.

3 BARBOSA, Marialva. Op. Cit. p. 63.

4 RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. p. 23.

Continuidades e rupturas marcariam todo o processo que a historiografia denomina como a *modernização da imprensa* brasileira.⁵ Assim, tanto as rupturas quanto as continuidades são fundamentais para a análise dos periódicos nesta pesquisa. De um lado, a ruptura no modelo de diagramação dos jornais favoreceu a compreensão sobre a importância de determinado noticiário, no momento de sua publicação, já que, como defende Chatier, a materialidade, o tamanho e destaque das notícias, o uso de ilustrações e fotos, a utilização de recursos de alto relevo, destaque central na primeira página, além do processo de produção como a linha editorial, entre outros, são de extrema relevância para a análise da imprensa como criadora de significados.⁶ Por outro lado, a permanência dos laços estreitos entre a imprensa e a política brasileira, embora resignificados, garantiram as características opinativas dos periódicos. Um exemplo disso foi a cautela introduzida nos discursos e posicionamentos dos jornais:

Com equipamentos modernos e caros e com uma estrutura produtiva bastante complexa, os grandes jornais não conseguiam manter-se apenas com a publicidade, ainda bem fraca (...). Os jornais tinham se transformado em empresas capitalistas, mas ainda serviam aos poderes tradicionais. Tinham adotado uma estrutura industrial, mas continuavam atrelados aos interesses da sociedade política, que moldavam o conteúdo das suas publicações. Os posicionamentos político- ideológicos passaram a exigir, no entanto, um pouco mais de sutileza.⁷

Mesmo com a manutenção de uma estreita ligação com o campo do político, a nova condição da *empresa jornalística*, principalmente a dependência de financiamentos, acabou influenciando no caráter opinativo dos periódicos, que não deixou de passar por algumas transformações.

Analisando os escritores finiseculares latinoamericanos nos anos de 1880, entre eles o cubano José Martí⁸ e a importância que um jornal podia assumir na organização das sociedades no final do século XIX, Julio Ramos destaca que os cronistas dos jornais buscaram construir uma legitimidade intelectual, principalmente através da reformulação de suas funções, distanciando-se da literatura. Para Ramos:

À primeira vista, a antítese entre jornalismo e literatura poderia parecer, hoje, um lugar-comum. Na década de 80, no entanto, essa diferenciação entre a literatura e o uso da linguagem especificamente jornalística era

5 Ver: RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007; Marialva. *História Cultural da Imprensa. Brasil 1900-2000*. RJ: Mauad X, 2007; FERREIRA, Marieta de Moraes. *A reforma no Jornal Brasil*. In: *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Alzira Alves de Abreu (org.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

6 CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil. 1990, p. 121. Na Última Hora, por exemplo, as sucessivas matérias do jornal, sobre golpe na Argentina em 1966, aparecem com fontes em alto relevo, destacando-se do restante do layout da página. Jornal Última Hora. Rio de Janeiro. 29 de junho de 1966. p. 01 e 06; 30 de junho de 1966, p. 01; 01 de julho de 1966. p. 01; 2 de julho de 1966. p. 06.

7 RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. Op. Cit. Pág. 27

8 Político, jornalista, filósofo e poeta cubano, foi criador do Partido Revolucionário Cubano. Sua principal atuação política estava vinculada aos movimentos separatistas, mártir da Independência de Cuba em relação à Espanha teve parte de sua obra analisada por Julio Ramos em: RAMOS, Julio. *Desencontros da Modernidade na América Latina. Literatura e política no século XIX*. B Belo Horizonte. Editora UFMG. 2008.

relativamente nova.⁹

Ao analisar o caso do *La Nación*, na Argentina – fundado em 1870, por Bartolomé Mitre, herdeiro da tradição politizada do *La Nación* Argentina, órgão praticamente oficial do Partido Liberal – o autor ressalta que, quando o periódico fora fundado, a imprensa já passava por uma reformulação e que, naquele momento, o objetivo era fundar um jornal independente e autônomo do Estado.

A imprensa, que até o momento tinha sido um dispositivo de centralização e limitação nacional, ligada assim ao político- estatal, devia agora reformular suas funções. É evidente que o *La Nación*, particularmente até o ano de 1874, continuaria sendo um bom exemplo de jornalismo político ou de opinião. *Entretanto*, o jornal seguia sendo interpelado pelas instituições do campo político. (...) Ao longo das duas próximas décadas, a função política e partidária do jornal continuaria sendo fundamental. No entanto, é notável, nesse período, sua modernização progressiva, tanto em termos da tecnologia utilizada, como da racionalização e especificação de suas novas funções sociais.¹⁰

Entretanto, embora as rupturas na estrutura do *La Nación* não tenham seguido as pretensões de sua fundação, a transição para o século XX vai marcar o desenrolar de um processo de mudança nos jornais latinoamericanos, inclusive no Brasil. A adoção de um discurso menos vinculado a uma situação política serviria, ao mesmo tempo, para caracterizar os periódicos como modernos, mas também para legitimar o papel que a imprensa escrita buscava construir, nesse momento, como a representante da “verdade”. De acordo com Marialva Barbosa,

A boa imprensa, digna, honesta, moralizadora é aquela, segundo as idealizações, que se pauta pela busca da verdade, que prega a conciliação, a ordem e o respeito à lei. É aquela que publica a verdade dos fatos. A imagem construída pelos jornais define-a como instituição imparcial e portadora da verdade.¹¹

As rupturas do final do século vão direcionar o papel da imprensa para uma memória jornalística, na qual o jornal assume um papel de intermediário entre a população e o poder público, um lento e gradual processo da construção de sua autoimagem, desenvolvida desde o início do século, mas que ganha força nos anos cinquenta com a valorização do modelo norteamericano de objetividade, neutralidade e imparcialidade jornalística. No *Jornal do Brasil*, por exemplo, após algumas reformas em 1956, Ferreira Gullar destaca que as transformações foram fundamentais para que “a condessa¹² descobrisse que era possível reformar o JB e transformá-lo num jornal de verdade”.¹³

9 RAMOS, Julio. Op. Cit. Pág.117.

10 RAMOS, Julio. Op. Cit. Pág. 113.

11 BARBOSA, Marialva. Op. Cit. Pág. 133.

12 Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, viúva de Pereira Carneiro, conhecida como condessa Pereira Carneiro assumiu a direção do jornal em 1953, após a morte do marido. No verbete histórico biográfico do *Jornal do Brasil*, Marieta Moraes Ferreira e Sérgio Montalvão destacam que durante a direção da condessa o jornal adquiriu as condições técnicas para a modernização dos anos de 1960. *Dicionário Histórico – Biográfico*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Verbetes, *Jornal do Brasil*.

13 *Dicionário Histórico – Biográfico*. Rio de Janeiro: FGV/ CPDOC. Verbetes, *Jornal do Brasil*.

No Brasil, os anos de 1960 vão materializar na memória jornalística os ideais de um jornalismo moderno, tanto que alguns jornalistas o consideraram como um momento fundador.¹⁴ Embora algumas continuidades do modelo francês de jornalismo tenham permanecido, como o caráter opinativo dos periódicos, a modificação estrutural com a introdução de fotografias, a hierarquização das matérias, a reformulação do *layout* (além das transformações normativas, como a utilização de uma linguagem menos prolixa, introduzidas a partir de 1950 e 1960) são considerados marcos importantes para a imprensa brasileira.

O jornalismo *literário* do século XIX, com a utilização da crônica opinativa, com técnicas bem próximas da literatura, dotado de um caráter militante e ideológico começa a ser substituído por um caráter mais informativo e distante da política, ao menos essa era a pretensão. A partir de 1950, a busca por parte da imprensa, para se consolidar como espaço divulgador da “verdade”, se fundamentou, basicamente, na adoção de práticas discursivas e estruturas baseadas no modelo norteamericano. De acordo com Ana Paula Goulart Ribeiro, os primeiros passos da renovação, ainda no final do século XIX, foram fundamentais, embora tímidos:

As renovações gráficas anteriores foram, no entanto, tímidas, não chegando a modificar o sistema tradicional de produção industrial dos jornais. A decisão final quanto ao tamanho das matérias e clichês e a escolha da tipologia a ser empregada ainda cabia ao secretário gráfico. Foram somente as reformas dos anos 50 – tanto no UH quanto posteriormente a do JB – que mudaram radicalmente as relações entre oficina e redações.¹⁵

Em um contexto em que os Estados Unidos se tornaram o referencial de mundo cosmopolita, a adoção das técnicas norte-americanas na imprensa também foi favorecida pelo contato que muitos jornalistas, os considerados *modernizadores*, possuíam com a imprensa do norte. Samuel Wainer, fundador do Última Hora, sobre o tempo em que esteve em contato com a imprensa norte-americana revela:

Eu ali vivera uma riquíssima experiência profissional. A imprensa americana é a melhor do mundo, e eu passava horas, às vezes dias inteiros, examinando a forma e o conteúdo dos jornais locais.¹⁶

Entretanto, como aponta Carla Siqueira:

Mesmo que para muitos historiadores da imprensa e jornalistas a década de 1950 constituiu o marco a partir do qual o jornalismo brasileiro foi abandonando uma de suas tradições: a do jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião.¹⁷

Na prática, mesmo com a busca pelos referenciais norteamericanos principalmente a utilização da objetividade e da neutralidade nos textos jornalísticos, não houve uma

14 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. Para Sodré, Samuel Wainer, o fundador do Última Hora, em 1951, apresentou uma folha vibrante, “revolucionária em seus métodos de informar e até opinar”. Pág. 453.

15 RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. Op. Cit. Pág. 123.

16 WAINER, Samuel. *Minha razão de Viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1987. Pág.80.

17 SIQUEIRA, Carla. *O Dia, Última Hora e Luta Democrática: os rumos da imprensa popular na década de 1950*. PUC-Rio – Certificação digital nº 9815226/CA.

desvinculação abrupta dos periódicos em relação ao campo político.

As transformações estruturais, a modificação na diagramação e *layout* dos jornais, a redução do número de títulos, a introdução do *lead*¹⁸ fizeram parte de um processo de “profissionalização” dos jornalistas e da reorganização dos noticiários nos jornais. Em um contexto em que a imprensa passava por descrédito,¹⁹ a padronização do “enunciar jornalístico”, formalizada na ideia da “objetividade e imparcialidade”, poderia reverter tal situação (embora muitos jornalistas não vissem dessa forma).

Assim sendo, ainda que o jornal tivesse se tornado mais informativo e a imprensa brasileira tivesse, de fato, adotado várias técnicas *modernas*, os noticiários não eram imparciais e objetivos, ao menos, não quando utilizados como armas na luta política.²⁰

A formalização do enunciar jornalístico foi adotada tanto pelo Última Hora, quanto pelo Jornal do Brasil, cada um em sua dinâmica própria, mas ambos considerados *modernizadores*.²¹ Veremos como a adoção do colunismo e as seções especializadas, na contramão da imparcialidade e impessoalidade, favoreceram os espaços opinativos. Tanto no JB, quanto no UH havia espaços para a impressão de representações politizadas, posicionamentos ideológicos e juízos de valor.

A formalização e a organização da diagramação dentro dos periódicos contribuiu para identificar quais colunas, seções ou páginas poderiam atuar como zonas de tensão. Verificamos em nossa pesquisa que o colunismo do UH e a seção especializada na página 6 do JB foram exemplares, nesse sentido. O espaço dedicado à opinião assumia elementos redacionais diferenciados em ambos, no caso do Última Hora o discurso era mais direto, com o uso de superlativos, mantendo um caráter mais polemizado, enquanto no JB as polêmicas eram, no geral, deixadas de lado, embora houvesse espaço para a opinião.

A relevância de alguns dos periódicos inseridos nos debates contemporâneos foi destacada por Marialva Barbosa: “A imprensa nacional sempre esteve vinculada ao campo do político. Assim foi com o suicídio de Vargas, em 1954, e com o golpe militar de 1964”.²² Mesmo nos debates culturais, as artes se voltaram para questionar as medidas políticas. As medidas de cerceamento à imprensa e a aplicação dos limites do que era permitido saber, implicou modificações na realização e divulgação das matérias, mas não as eximiu, ainda que com alguma reserva e poucas críticas, de caráter opinativo.

Com isso, apesar das medidas que cerceavam a liberdade de imprensa, ainda era possível se notar grande fertilidade ao se tratar de assuntos políticos²³, contrariando o que

18 O *lead* era o primeiro parágrafo da notícia, respondia às perguntas: quem fez o que, onde, como e por que.

19 O descrédito da imprensa foi, muitas vezes, vinculado ao caráter empresarial dos jornais, muitos anúncios comerciais, dependências de financiadores, que, muitas vezes, independiam das escolhas de seus agentes etc.

20 RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. Op. Cit. Pág. 40.

21 Nesse sentido, a noção de *modernizadores* estava vinculada a perspectiva norteamericana em relação à abordagem em seus noticiários. Com isso, *modernizar* significava, ainda que teoricamente, organizar um noticiário imparcial em detrimento de um posicionamento com orientações políticas definidas, principalmente partidárias.

22 BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Brasil 1900-2000. RJ: Mauad X, 2007. p. 151.

23 LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-1985)*. Rio de Janeiro, 2006. (tese de doutorado). Pág. 133.

pregava o modelo de modernização norteamericano. Dentro do discurso de *modernização*, os periódicos nacionais mantiveram o direcionamento opinativo, característico dos jornais brasileiros desde seu surgimento.

Na pesquisa em questão, a manutenção do caráter opinativo, em algumas seções, colunas e páginas específicas foram fundamentais na compreensão de como, a partir de notícias internacionais, por exemplo, eram representadas as noções de democracia, legalidade, regimes autoritários, golpes militares etc. E, além disso, como essas noções eram transformadas, à medida que os contextos políticos e culturais também se transformavam.

De acordo com Marco Morel, os primeiros estudos historiográficos que se debruçaram sobre a fonte documental periódica, tratavam-na como uma autêntica narradora dos “fatos” e da “verdade”, subsidiados em uma perspectiva historicista ou positiva.²⁴ Mas o uso da imprensa como um simplificado “reflexo” da realidade de determinada sociedade se tornou o principal argumento para seu relativo abandono na pesquisa histórica.

Somente a partir dos anos de 1970,²⁵ a imprensa passa a assumir um papel fundamental como criadora de “significados”²⁶. E, além disso, partindo do ponto de vista de François Hartog,²⁷ as noções em relação às *leituras* sobre o “outro” também são redimensionadas, já que as utilizações do impresso como espaços de construção de visões sobre o “outro” “podem informar mais sobre aqueles que enunciam os julgamentos do que sobre aqueles que são julgados”.²⁸

Dessa forma, analisar o processo de *modernização* no Jornal do Brasil e no Última Hora, juntamente com o papel que as notícias internacionais assumiram, a partir da década de 1960, no Brasil, principalmente os noticiários sobre a Argentina - dadas as relações entre tais países - auxiliaram na concretização dos objetivos da pesquisa; tais imagens e representações atuaram como analogias e reflexões sobre o contexto brasileiro, consolidando representações sobre legalidade, democracia, golpes militares etc., à medida que o contexto político e cultural se transformava nos dois países.

As representações sobre democracia, golpes, legalidade, liberdade de expressão, voto etc., muitas vezes, traziam subentendidas as noções que o jornal/jornalista usava para reforçar suas observações e posicionamentos sobre os mesmos tópicos aplicados à situação brasileira.

À medida que as situações políticas direcionavam e redesenhavam o panorama

24 MOREL, Marco. *Prefácio*. In: BARBOSA, Marialva. OP. Cit. Pág.7.

25 CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil: Imprensa oficial e imprensa contestadora, o jornal como documento, o papel do jornal na história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1988. Pág. 15.

26 PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. SP: Hucitec, 2006. Pág.68.

27 Tomamos como referência os trabalhos de Kátia Gerab Baggio, especificamente: *Identidade e alteridade. Identidade e alteridade: a representação do outro e as narrativas de viagem nas reflexões de François Hartog*. In: Cadernos de Seminários de Pesquisa Cultura e Políticas nas Américas. Volume I. (orgs.) Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Tânia da Costa Garcia. Assis: FCL-Assis-Unesp Publicações, 2009.

28 BAGGIO, Kátia G. *Identidade e alteridade. Identidade e alteridade: a representação do outro e as narrativas de viagem nas reflexões de François Hartog*. P. 32. In: Cadernos de Seminários de Pesquisa Cultura e Políticas nas Américas. Volume I. (orgs.) Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Tânia da Costa Garcia. Assis: FCL-Assis-Unesp Publicações, 2009.

cultural, político e jornalístico, como nos momentos pré-golpe, em um dos países, os discursos variavam substancialmente, em determinadas circunstâncias, fosse para ressaltar o que, naquele momento, era considerado um ato democrático e dentro da legalidade, já que a proposta era a defesa da nação, portanto, dentro da legalidade ou, em outros momentos, para destacar como ambos não estavam sendo respeitados.

Embora cada jornal possuísse uma dinâmica interna, enquanto o movimento golpista se dava na Argentina, o modelo político de democracia era nitidamente o brasileiro. Quando a situação se invertia, a fragilidade democrática no país vizinho era usada comparativamente para representar as fragilidades democráticas brasileiras.

Mesmo com a aplicação da censura mais intensa, após 1968, a utilização dos discursos sobre a Argentina como vínculo comparativo entre a situação política nos países não desapareceu dos periódicos. Nas matérias sobre a Argentina, os jornais ainda continuavam usando o contexto político exterior para expor suas representações sobre os conceitos de democracia, legalidade, golpe, voto e ações militares.

Nesse momento, embora limitados em espaço e permeados por estratégias de publicação, representar os modelos políticos e as ações militares na Argentina continuava sendo elemento comparativo à situação brasileira e, portanto, espaço de representação e posicionamento sobre o que ocorria no Brasil.

CAPÍTULO 1: CONTINUIDADES E RUPTURAS: O “FAZER JORNALÍSTICO” NOS JORNAIS ÚLTIMA HORA E JORNAL DO BRASIL NA MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA

1 | ÚLTIMA HORA: REFORMA X POLÍTICA?

O jornal Última Hora foi criado em 1951 por Samuel Wainer. A fundação do periódico teve uma ligação direta com a propaganda política de Getúlio Vargas. Nos anos de 1950, a candidatura de Vargas não era bem vista pela imprensa carioca e, diante do silêncio dos jornais, surgiu a necessidade de fundar um periódico que desse força a sua candidatura, ou que, ao menos, publicasse seus projetos e ambições políticas.¹

De acordo com Marialva Barbosa, o eixo central da criação do jornal foi se opor à “conspiração do silêncio” (referindo-se à campanha eleitoral de 1950, na qual Vargas era candidato, e o tratamento que, de acordo com o candidato, a imprensa havia lhe imposto).² A ligação do Última Hora com a política Varguista marcou o histórico de surgimento do periódico, de acordo com Carla Siqueira, ao analisar o lançamento de O Dia e Última Hora. O sucesso no surgimento dos jornais estava, entre outros fatores, relacionado à sua inserção na política:

(...) o sucesso destes jornais (O Dia e Última Hora) no momento imediatamente após a sua criação deve ser explicado também por sua inserção no contexto político e no processo de modernização da imprensa. Pois a diferença crucial de *O Dia* e Última Hora em relação aos demais jornais é a articulação do conteúdo popular com os elementos da indústria cultural, com vistas à conquista de um público amplo e à estruturação de um sólido apoio popular para a atuação de determinadas lideranças políticas.

Em sua autobiografia, Wainer conta que os jornais receberam com imensa frieza a campanha eleitoral de Vargas.³ A imprensa carioca não estava disposta a noticiar os atos do candidato e, posteriormente, do presidente. Nesse sentido, o Última Hora iria cumprir bem seu papel, principalmente na atenção dada às solicitações de Vargas a Samuel Wainer sobre as matérias a serem publicadas.⁴

Não queremos dizer que havia uma correspondência mecânica entre os favores do governo e o apoio político dos jornais, mas no caso do Última Hora, os estreitos laços entre Vargas e Samuel Wainer eram de domínio público. Segundo o próprio Wainer, o jornal era “o intérprete, muitas vezes, de decisões do governo que o povo não entendia”.⁵ E como destaca Wainer: “o jornal cumpriu seu papel inicial, que foi o de provocar a competição pela

1 Depoimentos Oraís. ARQUIVO CPDOC/FGV. Samuel Wainer. 23/07/1978. Pág.19.

2 BARBOSA. Marialva. Op. Cit. Pág.170.

3 Ver: WAINER. Samuel. Op. Cit.

4 Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC. Carta de Samuel Wainer a Getúlio Vargas. GV c 1951.00.00/52. Correspondência. rolo 13 fot. 0511. 1951.

5 Ver: WAINER. Samuel. Op. Cit.

notícia”.⁶

De acordo com o jornalista, o próprio Vargas descobriu a força política que a mídia poderia assegurar e, com isso, o instrumento que “*ele tinha na mão*”. O campo político não foi afastado do *fazer jornalístico* do Última Hora, ao contrário, “(...) No Última Hora, tudo era política. Tudo tinha fundo político”.⁷

Se a *modernização* da imprensa, nos anos de 1950 e 1960, buscava uma autonomização em relação à política como forma de instituir um papel social, a de mediadora entre a população e o poder, não foi esse o caso do UH: a ligação do jornal com a política nacional se estendeu mesmo após a morte de Getúlio Vargas. Mas nem por isso o periódico deixou de renovar no aspecto gráfico e no conteúdo redacional.

O jornal também foi referencial tanto para a memória jornalística, quanto para a historiografia como um dos periódicos incipientes no processo de renovação da imprensa brasileira. Samuel Wainer aponta:

Eu aperfeiçoei a técnica, eu trouxe o diagramador, eu criei a valorização do repórter, eu criei a valorização do fotógrafo, eu criei a valorização da cobertura de massa, enfim, uma série de coisas, que eu criei... Quando eu digo “eu”, é porque eu represento toda uma equipe que eu posso te dizer os nomes: a ideia foi do Etcheverry, a ideia foi do Edmar Morel... Elas vinham a mim e passavam.⁸

Ainda que a memória jornalística tenha fundamentado um espaço para os reformadores que talvez não o tenham, de fato, ocupado, as inovações técnicas tanto no aspecto gráfico, quanto redacional foram o marco do surgimento do UH. A disposição das matérias, o *layout* de primeira página, direcionavam quais as matérias mais destacadas da edição, a atenção dada a determinado assunto, e mesmo a organização do periódico poderia direcionar o leitor a algumas colunas e seções específicas, facilitando a leitura do jornal. As matérias seguiam uma coerência. Se a chamada acontecia na página 1, na mesma já era indicada a página em que o assunto teria sequência. A diagramação em si – as matérias centrais, as fontes em alto relevo, as margens, a utilização da fotografia, um dos marcos da renovação do UH, e a caricatura – acabava direcionando o público leitor para alguns noticiários em detrimento de outros.

Era comum que, a despeito da orientação para a política brasileira, o destaque fosse dado ao noticiário internacional, como, por exemplo, na primeira página do Última Hora, em 03.10.1955, quando ao lado da matéria de capa, com o rosto de Vargas ocupando grande parte do espaço, seguia-se o título: “Edmar Morel faz um raio-X sobre a Argentina. (leia na pág. 8)”.

Nessa edição, o noticiário se focou em dois eixos: nas eleições no Brasil, e na deposição de Perón, na Argentina. Salientados na primeira página e desenvolvidos mais

6 Depoimentos Oraís. ARQUIVO CPDOC/FGV. Samuel Wainer. 23/07/1978. Pág. 19.

7 Idem. Pág. 20.

8 Ibidem. Pág. 22.

profundamente nas páginas seguintes, é visível a ordenação dos assuntos e a facilidade de leitura dos mesmos, presentes na página inicial; a articulação das matérias que o jornal buscava ressaltar naquele momento.

A matéria evidenciada na primeira página da referida edição, com a foto de Vargas, enfatizava a importância das eleições,⁹ remetendo às palavras de Vargas na carta-testamento, em especial “*as liberdades conquistadas pelo voto*”. Havia, portanto, um contraste entre a defesa da democracia (no Brasil) e sua negação por um golpe (na Argentina), materializado em dois exemplos recentes de líderes populares que haviam triunfado com o voto e apeados do poder contra a vontade popular.

Verificamos que no Última Hora, assim como no Jornal do Brasil, ainda que os componentes das páginas pudessem variar – quando se parecia querer chamar a atenção para alguns temas específicos –, em geral, havia certa estabilidade na organização das colunas e nas seções especializadas. No caso do UH, a divisão dos assuntos em dois cadernos é simbólica. No primeiro caderno, eram destacadas as notícias sobre o contexto nacional e internacional contemporâneas, já no segundo eram contempladas temáticas sobre os esportes.¹⁰

Como dito anteriormente, normalmente as matérias eram colocadas em lugar fixo, facilitando uma leitura imediata do leitor. Na análise de noticiários sobre alguns momentos importantes na Argentina, entre 1962 e 1976, representados no UH verificamos que, normalmente, todas as chamadas sobre a Argentina, trazidas na primeira página, eram desenvolvidas na página 6 do periódico.

De acordo com Ana Paula Goulart, a reforma no UH representava a “escola argentina”¹¹, o projeto gráfico do periódico passou a usar recursos que, até então, eram típicos de revistas. Títulos, subtítulos, boxes, a caricatura e a inovação com a fotografia todos esses elementos davam dinâmica às matérias e, além disso, visualmente eram mais atrativos e fáceis de compreensão.

No caso do Última Hora, o periódico surge atendendo o que Wainer classifica como: “valorização da cobertura de massa”.¹² Para Carla Siqueira, o UH inaugurou uma imprensa popular, o “defensor do povo”.¹³ Entretanto, o conteúdo popular não iria excluir as ambições de um público amplo. Nesse sentido, a diagramação com a utilização de variados recursos também serviria como elemento pedagógico, um elo entre as massas e as lideranças políticas. Samuel Wainer ressalta o caráter politizado do UH:

9 No dia 3 de outubro de 1955, a população brasileira foi às urnas para escolher seu novo Chefe de Estado. Juarez Távora, Plínio Salgado, Juscelino Kubitschek e Ademar de Barros concorriam à Presidência da República, num quadro de agitação política consequente da crise que eclodiu com o suicídio de Vargas, no ano anterior. Nesta eleição, pela primeira vez se usava cédulas oficiais da União.

10 A pesquisa se concentrou no primeiro caderno.

11 Antônio Guevara, paraguaio radicado na Argentina, e a equipe do Última Hora são apontados pela autora como os especialistas que organizaram o projeto gráfico do UH. RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. Op. Cit. p. 123. Em entrevista, citada anteriormente, Samuel Wainer destaca também João Etcheverry e Edmar Morel.

12 Embora Samuel Wainer tenha reconhecido mais tarde que seu jornal foi incapaz de atingir as camadas mais populares. LEAL. Carlos Eduardo. Dicionário histórico e biográfico. Última Hora. Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC.

13 SIQUEIRA, Carla. Op. Cit. Pág. 88.

A prova é o seguinte, que o Stanislaw Ponte Preta, que é um dos maiores humoristas da história do nosso país, que é o símbolo do grande humorismo da imprensa brasileira, ele é lembrado pelas suas *boutades* políticas. Sem falar em Apporelly, o Barão de Itararé, que foi o grande comentarista de política. O Última Hora foi o jornal que fez da política, que é um dos poucos elementos em que o povo brasileiro ainda participava, o seu elemento essencial.

Desse modo, a modernização da imprensa acabou sendo utilizada para dar mais dinamismo às matérias e, de certa forma, chamar a atenção para os elementos que, em outras circunstâncias, ficariam em segundo plano. Com isso, os elementos da modernização acabaram sendo direcionados para o que os periódicos, principalmente o Última Hora, faziam muito bem: utilizá-los a favor da política. Nas matérias sobre o golpe na Argentina, em 1966, a fotografia, o texto em alto relevo, o título e os subtítulos foram extremamente importantes para destacar a leitura que o jornal fazia sobre o acontecimento, naquele momento.

Se as novas técnicas, baseadas no modelo norteamericano de objetividade e imparcialidade, trouxeram, por um lado, um movimento de padronização do texto e, para tanto, uma objetivação da notícia e uma busca por distanciamento do âmbito literário, por outro havia espaço no jornalismo brasileiro para a subjetividade, para a opinião, enfim para a construção de representações sobre o político.

O Última Hora explorou intensamente os espaços opinativos. A lógica da modernização no periódico não seguiu o padrão norteamericano do texto exclusivamente informativo. O colunismo aponta para esse limite. No UH, o colunismo assumiu um movimento contrário à padronização e impessoalização textual, as seções especializadas também foram importantes, mas as colunas do periódico se sobressaíram. Havia colunas praticamente sobre todos os assuntos *UH zero hora*, *UH política e economia*, *UH jornal do mundo*, *Hora H*, *Opinião de UH* etc. Para Ana Paula Goulart Ribeiro,

Ter uma coluna significava, além disso, poder fugir da rigidez dos textos informativos, poder desenvolver o estilo pessoal com uma liberdade que não se tinha no noticiário. O formato da crônica – gênero em geral adotado nas colunas – era bastante solto. O escritor fazia comentários livres sobre diferentes tópicos do noticiário da semana.¹⁴

As colunas do periódico tinham uma relação direta com questões nacionais, algumas colunas se destacaram, principalmente após a construção de Brasília, como a “Coluna Brasília” e a “Coluna Planalto”, embora as colunas relativas à atenção à população tenham sido as mais anunciadas, entre elas “Fala o povo no UH”.

Desde a fundação, as matérias sobre assuntos nacionais foram privilegiadas nas edições do periódico. Carlos Eduardo Leal afirma que:

O Última Hora propunha-se a lutar pela soberania nacional e pelo desenvolvimento econômico, combatendo a intromissão de interesses estrangeiros na economia brasileira. A própria prática de apoio às massas

14 RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. Op. Cit. Pág.232.

encontrava explicação na visão política de Wainer, que em depoimentos posteriores confessou associar o “nacional” ao “popular”.¹⁵

Entretanto, o Última Hora não ficou distante das questões sobre acontecimentos no exterior. As notícias internacionais já eram uma realidade nos periódicos brasileiros, mas no início dos anos de 1960 ganham mais espaço, já que “as informações estrangeiras permitiam um espaço de liberdade bastante importante”.¹⁶

A partir de 1965, alguns *boxes*, seções e colunas passaram a discutir com mais frequência acontecimentos nos países vizinhos. Nos levantamentos realizados em 1966, a coluna *opinião de UH* apresenta com frequência comentários sobre questões políticas na Argentina. Em um *box*, no lado esquerdo da mesma coluna, com as matérias alternadas entre Miguel Neiva e Manuel Bispo, passam a ser recorrentes os noticiários sobre a América Latina e suas situações políticas.¹⁷

No Última Hora, as matérias sobre temáticas internacionais, principalmente as relacionadas a assuntos no continente americano, além de serem contempladas na coluna *opinião de UH*, e no *box* de Miguel Neiva e Manuel Bispo, tinham espaço especial na página 6 do periódico. Nesse sentido, a organização gráfica do jornal foi fundamental, já que mantinha uma coerência na estrutura do periódico. Segundo o depoimento de Paulo Silveira, redator e, mais tarde, diretor do jornal, a grande contribuição de Última Hora foi ter estabelecido uma nova forma de comunicação entre o leitor e o jornal.¹⁸ Portanto, desde sua fundação, o periódico esteve vinculado à política e, de certa forma, mesmo com a introdução do discurso de *modernização*, à imprensa nacional – com variações de um jornal para o outro – resignificou,¹⁹ mas manteve o caráter opinativo dos jornais panfletários e ideológicos do XIX.

2 | JORNAL DO BRASIL: A REFORMA E A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES NOS DISCURSOS PONDERADOS

O fato de não ter sido convocada uma assembleia nacional constituinte logo após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, gerou um clima de grande agitação política no país. A situação atingiu o clímax em 1890, na medida em que as oposições seguidamente pressionavam o governo para que fosse restabelecida a legalidade, e este, por seu lado, reprimia seus adversários e restringia a liberdade de imprensa procurando desse modo evitar críticas ao seu autoritarismo e à sua política econômica.²⁰

15 LEAL. Carlos Eduardo. Dicionário histórico e biográfico. Última Hora. Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC.

16 Arlette Chabrol. Apud. RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. Op. Cit. Pág. 166.

17 As matérias da coluna *opinião de UH* em 1966, do *box* com matérias alternadas entre Miguel Neiva e Manuel Bispo e, principalmente, na página 6 do UH as matérias sobre o golpe militar na Argentina se tornam frequentes.

18 SILVEIRA, Paulo. Apud. LEAL. Carlos Eduardo. Dicionário histórico e biográfico. Última Hora. Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC.

19 Já que os jornais não eram mais um espaço para “o teatro do jornalismo” com polêmicas, insultos e base de construção de uma arena política. Mas, nem por isso se desvincularam do campo do político e da opinião sobre o mesmo. BARBOSA, Marialva. Op. Cit. Pág. 49.

20 FERREIRA. Marieta de Mores e MONTALVÃO, Sérgio. Dicionário histórico e biográfico. Jornal do Brasil. Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC.

O Jornal do Brasil foi fundado em 1891, por Joaquim Nabuco e Rodolfo de Sousa Dantas, no contexto em que se consolidava a República. A princípio, os objetivos do periódico era constituir uma oposição ao governo. Além de Nabuco e Dantas, vários foram os intelectuais contemporâneos que participaram de sua consolidação: Henrique de Villeneuve, Gusmão Lobo, Sousa Ferreira, Sandro Constâncio Alves, Aristides Espínola e Antônio de Sousa Pinto. No geral, o JB tinha por intuito ser o representante do pensamento monárquico e, além disso, servir como instrumento de crítica à República recém-instalada.

Entretanto, a posição de opositor foi relativizada em suas diretrizes políticas. Nas bases de fundação, o periódico ressalta sua posição moderada, estabelecendo limites às críticas ao governo. O jornal é criado em um momento em que a imprensa brasileira já começava a passar por inúmeras rupturas e continuidades no *fazer jornalístico*. Além disso, no conturbado clima político dos primeiros anos da República, opositores do regime e dos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto foram perseguidos. Os monarquistas, em especial, encontraram muitas dificuldades em participar do jogo político.

Entre as rupturas ocorridas no periódico, as mudanças de propriedade marcaram o que Ana Paula Goulart Ferreira classifica como as fases do JB:

A monarquista (1891-1893), a republicana de oposição (sob a direção de Rui Barbosa, 1893), a do jornalismo popular (1894- 1918), a do boletim de anúncios (a era do Conde Pereira Carneiro, de 1918 a 1953), a moderna (a era da Condessa Pereira Carneiro e do Nascimento Brito, a partir de 1954) e a atual (desde que o jornal foi comprado por Nelson Tanure).²¹

Seguindo a cronologia apontada acima se sucederam as fases do JB: primeiro, como de opinião e contestação ao regime republicano; depois, a do jornalismo de cunho popular e sensacionalista, posteriormente transformado em boletim de anúncios até 1953 e, por fim, o periódico reformador dos anos de 1960.

Nos levantamentos realizados, identificamos que, até as edições de 1960, os anúncios ainda ocupavam praticamente todo o espaço da primeira página, mas, no final da década anterior, a primeira página apresentava algumas modificações. Patrícia Ferreira de Souza Lima destaca que o momento marcante da transição da imprensa brasileira, no qual tanto os parâmetros editoriais, quanto gráficos são reformulados, se encontravam definitivamente incorporados no imaginário jornalístico da virada da década de 1950 para 1960.

Torna-se compulsório a todos os periódicos adotar as novas técnicas de redação nas edições, como os modernos jornais lançados nesses “anos dourados”, a exemplo do Última Hora. Tudo, no entanto, se processa em mudanças paulatinas, semeadas durante anos, para não afugentar os leitores.²²

As mudanças no JB foram mais paulatinas, mas a partir de 1956, a primeira página

21 RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. Op. Cit. Pág. 155.

22 LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-1985)*. UFRJ. Rio de Janeiro, 2006. (tese de doutorado). Pág. 29.

já havia sido substancialmente modificada. No periódico, antes da adoção de novos equipamentos gráficos, a reportagem praticamente inexistia, o jornal se fundamentava na apresentação de classificados que, geralmente, não exigiam uma diagramação específica e ocupavam basicamente toda a primeira página. Em 1957, a estrutura da primeira página começa a se transformar, com o auge do fotojornalismo em outros periódicos como o Última Hora. O JB também passa a usar mais o recurso e, em 1958, as fotografias já ocupavam espaço relevante na primeira página, ainda que os anúncios concorressem com elas naquele espaço. Hermano Alves,²³ chefe de reportagem comenta:

Antes não havia no JB a intenção de fazer um bom jornal do ponto de vista jornalístico. Isso não era um problema. O tradicional matutino se contentava em ser um jornal simplesmente dos classificados. Todo mundo comprava mais pelo "Precisa-se" e pelo "Vende-se" do que pelo texto, pela matéria redacional.²⁴

A partir do início da reforma, o noticiário foi sendo ampliado e, além disso, um estilo mais organizado na concepção visual foi sendo introduzido. Assim como no Última Hora, o modelo norteamericano de redação das matérias também serviu como referência, o texto se tornou mais objetivo e enxuto, embora, como chamamos a atenção anteriormente, houvesse espaços para a opinião.

Como nas últimas décadas o JB tinha sido o jornal dos classificados, a curto prazo a adoção das novas técnicas de redação foram menos impactantes do que a reforma no *layout* e no *design*. Com a introdução das noções de diagramação, a estética passou a ser fundamental no padrão gráfico. Havia estabilidade nas colunas do periódico, nas seções especializadas, o número de páginas tinha regularidade, não ficava mais dependente do número de anúncios, afinal a padronização organizava e distribuía o conteúdo do jornal.

Dentro do processo de mudanças do jornal, destaca-se a contratação de Alberto Dines,²⁵ em 1962, momento em que as editorias começaram a se estruturar. Segundo este jornalista, em entrevistas de 1997, a divisão dos editoriais, até o início dos anos 1960, era pouco comum os jornais que possuísem equipes de jornalistas, divididos em seções e temáticas específicas, como no UH. No Última Hora havia uma divisão entre o primeiro caderno, com noticiários nacionais e internacionais, e o segundo caderno, de esportes. Em ambos a divisão de funções se estruturava por colunas e possuía uma característica marcante: geralmente, todas as colunas eram assinadas.²⁶ Ao contrário do Última Hora,

23 Hermano Alves escreveu em importantes periódicos da grande imprensa, como a Tribuna da Imprensa; Jornal do Brasil e Correio da Manhã. Participou da política candidatando-se a deputado federal pelo antigo estado da Guanabara, sendo eleito em 1967. A partir do AI 5, em 1968, teve seus direitos políticos cassados e precisou se exilar no México, na Argélia e na França.

24 ALVES, Hermano. (PN, 20/05/1957) *Apud*. RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. Op. Cit. Pág.156.

25 Alberto Dines, jornalista, é um importante nome da grande imprensa brasileira, esteve ligado ao processo de modernização da imprensa. Contratado como editor-chefe do Jornal do Brasil, em 1962, é apontado como um dos principais reformadores do periódico.

26 Nelson Rodrigues era o responsável pelas colunas do esporte e algumas sociais como "a vida como ela é..." e "Minha vida sem pecado"; Sergio Porto com a crônica do *show business*; Maneco Müller com o colunismo social na coluna "Na Hora H", entre outros.

no Jornal do Brasil, as divisões de editoriais e as colunas assinadas só passaram a existir após a reforma. Algumas colunas sobre cultura foram criadas, ainda em 1956; entre elas, a de Fernando Sabino, com suas crônicas ficcionais, mas os editoriais e o desenvolvimento de colunas da política, do esporte e da crônica social só ocorreram com a entrada de Alberto Dines.

Assim, a sistematização das funções, a divisão de equipes e a estrutura da paginação no JB abriram espaço para os noticiários, antes preteridos em relação aos anúncios. O que o JB constituiu com a introdução de modificações editoriais e gráficas foram mudanças consideráveis, embora não abdicasse de seu caráter moderado e nada polêmico na abordagem dos assuntos. De acordo com Alberto Dines, “com uma equipe jovem ficava difícil se distanciar das vibrações dos movimentos estudantis em 1968”, mas “o jornal tinha que ser equilibradíssimo no noticiário, como tinha sido até então”.

Assim como no Última Hora, o Jornal do Brasil também manteve uma relação próxima com o campo do político. A moderação no fazer jornalístico do periódico, que o afastou das polêmicas e dos discursos mais incisivos, não o distanciou de problematizações e publicizações de discussões nacionais e estrangeiras. A presença na equipe do JB de nomes como Hermano Alves, Carlos Castelo Branco, Pedro Müller, Barbosa Lima Sobrinho, Luís Orlando Carneiro, Danton Jobim²⁷ favoreceu a publicização dos assuntos da política.²⁸ De acordo com Marieta de Moraes Ferreira:

A reconstrução da trajetória do Jornal do Brasil nos permite perceber duas linhas básicas que funcionam ao mesmo tempo como estímulos e entraves ao processo de transformação que teria lugar nos anos 50. Uma primeira linha que caracterizou o jornal foi sua capacidade de aglutinação de grandes nomes da política e da intelectualidade, que o tornaram um pólo de debates políticos e culturais. A segunda linha se preocupou com o noticiário local e com uma orientação comercial.²⁹

Nem mesmo com o início da presença de censores na redação o JB deixou de publicar que estava sob censura. Mesmo com a moderação e o distanciamento que o jornal buscava veicular ao público, Alberto Dines discorre sobre a situação, no momento em que as edições passaram a ser observadas de perto pelos militares, após 1968. Dines aponta a necessidade de informar aos leitores a situação na qual se encontrava o jornal.

(...) e aí veio o AI-5, aquela famosa sexta-feira 13 em que, na Hora do Brasil, o Costa e Silva leu aquele arazoado. Eu disse: ‘A barra vai pesar’. Acho que meia hora depois entraram na redação, muito educados, três ou quatro maiores fardados, da Escola de Comando e Estado-Maior da Praia Vermelha. Não falaram em censura, mas falaram em um ‘acompanhamento’, inspirado na medida que tinha sido promulgada uma hora antes, uma coisa assim.(...)

27 Danton Jobim foi jornalista, advogado, escritor, político e professor. Passou por vários periódicos cariocas, entre eles: A Manhã, A Crítica, A Esquerda, A Batalha e A Noite. Além disso, foi diretor no Diário Carioca, na Última Hora e repórter do Jornal do Brasil. Entre os principais trabalhos publicados por Jobim, destacam-se: Introduction Au Journalism Contemporain”, Ensaio de 1957; Espírito do Jornalismo, 1960; Problemas do Nosso Tempo, Ensaio de 1938.

28 No capítulo 3, tais jornalistas aparecerão relacionados à matérias sobre a Argentina.

29 FERREIRA, Marieta de Moraes. *A reforma no Jornal Brasil*. In: *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Alzira Alves de Abreu (org.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. Pág. 150.

Subi e falei com o Brito: 'Acho que vai começar um período difícil. E acho que pelo menos uma vez nós temos que dizer ao leitor que estamos sob censura. O que vier depois, tudo bem: se você diz que está censurado, ele já sabe o que está acontecendo. Mas pelo menos uma vez nós temos que dizer. Ele respondeu: 'Olha Dines, se você tomar cuidado, se você coordenar isso, ok'.³⁰

Com os militares no poder, a partir de 1964, o caráter moderado do jornal se torna predominante, o jornal evitará as polêmicas. Com o AI-5 e o recrudescimento do aparelho censório tudo que o JB fizesse passaria a ser acompanhado pela censura ou mesmo pela autocensura, como aponta Alberto Dines após a sua prisão: "Voltei, e o jornal estava sob regime de autocensura,³¹ assim como toda a imprensa".³²

Entretanto, algumas matérias, sobretudo as da página 6, não vão deixar de publicar as discussões políticas e suas representações sobre a situação em evidência. Em alguns noticiários, o JB passa a questionar e a receber com reservas algumas medidas e ações militares no Brasil e em outros países latinoamericanos. Os noticiários sobre os eventos em outros países começam a ganhar maior destaque.³³ Em algumas edições de 1965, um *box*, na primeira página, "*Hoje no JB*", destacava as temáticas e as páginas onde se encontravam os assuntos sobre o *Político, Cidade, Econômico, Internacional, Esportivo, Nacional e Agenda*.³⁴ Interessante destacar que dentro da paginação que orientava o leitor a cada tema, a página 6, na qual localizamos o maior número de matérias sobre a Argentina, e na qual, através das notícias internacionais, as representações sobre a noção de legalidade, sobre as ações e atos militares ganhavam mais notoriedade, imprimindo posições e juízo de valor,³⁵ normalmente não eram indicadas como sugestão de leitura na primeira página.

Na página 6, havia algumas seções e boxes importantes e opinativos, a seção "Coisas da Política", a seção com matérias de Barbosa Lima Sobrinho, Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, além do box ao lado esquerdo da página que trazia comentários e opiniões sobre situações contemporâneas, principalmente em relação à política em países vizinhos.

30 Entrevista de Alberto Dines, em 1997. Op. Cit. Pág. 96-97.

31 Beatriz Kushnir discute mais profundamente sobre a autocensura nos jornais. KUSHNIR, Beatriz. "*Sigilos e acordos, a pauta em questão*". In: *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004. Pág. 17-35.

32 Idem. Pág. 102.

33 De acordo com Patto Sá Motta, toda a grande mídia, exceto o Última Hora, apoiou a intervenção militar em 1964. Contudo, seu apoio não implicou na concordância plena com as orientações da extrema-direta golpista. Tanto que, a partir 1969, o autor destaca que alguns editoriais divulgavam críticas ao governo, ainda que moderadas. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969*. Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.62-85, jan./jun. 2013. Disponível em: www.revistatopoi.org /Acessado em 01 de novembro de 2013. Pág. 81.

34 *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1964. Nessa edição são publicados cinco cadernos: o primeiro e o segundo caderno da publicação matutina; o caderno especial; o caderno B e a Revista de Domingo. Portanto, o jornal esclarece a localização e a paginação do matutino. É uma das poucas edições em que o periódico dá tal orientação, para a pesquisa foi fundamental localizá-la, pois percebemos, a partir disso, que a página com maior liberdade de opinião que localizamos não era referenciada, nos levando a acreditar que, justamente, por se considerar uma *possível zona de tensão* o periódico opta por torná-la *discreta*.

35 Discutiremos tais matérias no capítulo 2, 3 e 4.

De acordo com Patrícia Ferreira de Souza Lima, mesmo com a imposição de controle e censura sobre os meios de comunicação,

ainda se nota na imprensa grande fertilidade ao tratar de assuntos políticos calados publicamente, refletida na crescente impressão de jornais clandestinos contra a auto-propaganda da política militar, no surgimento de imprensa alternativa – ou mesmo, na grande imprensa, através de textos cifrados, formas de protesto como alterações na previsão meteorológica ou publicação de receitas de bolo no lugar das matérias censuradas³⁶.

Assim, apesar da característica menos polemizada do *Jornal do Brasil*, não foram deixadas de lado a publicização de questões de interesse público, inclusive as ações militares e, nesse sentido, as notícias internacionais vão se tornando cada vez mais relevantes, tanto que Dines aponta sua demissão como consequência de uma matéria sobre o Chile. Na nota de censura apresentada em entrevista pelo jornalista, o mesmo recebe ordens superiores para que não problematizem as questões sobre a ascensão dos militares no Chile: “De ordem superior, fica recomendado parcimônia nas notícias referentes aos fatos ocorridos no Chile. Situação do presidente Allende assim como a evolução dos acontecimentos naquele país. Fica recomendado o não sensacionalismo dessas notícias”.³⁷

Entretanto, mesmo após a ordem, as matérias da edição sobre a morte de Salvador Allende e a tomada de poder pelos militares foram mantidas e o que tornou a situação ainda mais complicada foi que Alberto Dines cuidou de organizar a primeira página especificamente para noticiar o caso de Allende,³⁸ nenhum título em destaque, nenhuma fotografia ou fontes em alto relevo, mas o corpo da matéria ocupava toda a página inicial.

Dessa forma, nem mesmo o caráter mais moderado do periódico e a reforma do final da década de 1950 distanciaram o JB de assuntos da política, ou impediram que o periódico deixasse de imprimir posicionamentos e representações sobre determinadas situações. O JB não se desvinculou do campo da política e não resumiu suas matérias a um teor estritamente informativo, mesmo que essa vinculação possuísse limites diferenciados de jornal para jornal.

A censura aos meios de comunicação implicou modificações na realização e divulgação das matérias, como veremos em capítulo posterior, mas, apesar da repressão, ainda era possível se notar na imprensa um posicionamento frente aos assuntos políticos,³⁹ inclusive com as notícias internacionais, a partir do recrudescimento em relação aos noticiários sobre temáticas nacionais.

36 *Idem*. Pág. 98.

37 Entrevista de Alberto Dines, em 1997. Op. Cit. Pág.103.

38 Alberto Dines se referia ao golpe militar contra o presidente do Chile, Salvador Allende, em 1973, que teve como consequência o suicídio do presidente e a ascensão ao poder do chefe das Forças Armadas, Augusto Pinochet.

39 LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-1985)*. UFRJ. Rio de Janeiro, 2006. (tese de doutorado). Pág. 133.

CAPÍTULO 2: BREVE HISTÓRIA DA POLÍTICA ARGENTINA (1955-1976)

1 | O GOVERNO PERONISTA E A VERTICALIZAÇÃO DO PODER

Al asumir la presidencia constitucional Perón tenía 50 años de edad. Totalmente desconocido tres años atrás, su vertiginosa carrera no era un azar. Todo se le había dado bien, sin duda, pero sus condiciones personales habían sido un fator decisivo de éxito. (...) La originalidade de su política radicaba en haber descubierto a las masas y haber colocado su pensamiento, su estilo político y su oratoria al nivel de ellas.¹

Em 1946, Perón era eleito presidente na Argentina. Como indicado na citação acima, o futuro líder do peronismo e dos trabalhadores argentinos, era um desconhecido da política três anos antes das eleições. Ao vencer, derrotou também uma ampla base oposicionista, como a União Cívica Radical (UCR), o Partido Democrata Progressista, o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista. Entretanto, a base de apoio a Perón tinha em sua origem além das lideranças sindicais, as Forças Armadas, os dissidentes da UCR e a Igreja Católica.²

Com a eleição de Perón, as forças políticas que apoiaram sua candidatura formaram o Partido Peronista, em 1947. Em outras palavras, a conversão das forças políticas de apoio em partido único significava, de alguma forma, a dissolução dos partidos que o apoiaram no processo eleitoral, entre eles o Partido Laborista, constituído por trabalhadores e representantes do movimento sindical.

Neste momento, já era visível a dificuldade que o governo peronista teria para manter o equilíbrio interno entre as forças de apoio, isso sem nem citar os líderes oposicionistas.

O processo de *verticalização* do poder, que muitas vezes, aparece na imprensa brasileira, que se baseava na política peronista de centralização do poder, se consolidou neste momento. Verticalizar sua estrutura e a forma de governo, garantia a liderança de Perón e, de certa forma, reduzia os conflitos dentro do partido, ainda que por pouco tempo. Não devemos esquecer que Perón era militar e que, mesmo com várias e acirradas polêmicas sobre sua forma de governo,³ as dissidências políticas dentro do Partido Peronista estavam latentes.

Ricardo Balbín, deputado radical líder o “bloco dos 44”,⁴ um grupo oposicionista dentro do Congresso, que embora integrasse personalidades com direcionamentos políticos diferenciados, se posicionava contra o regime peronista. Entretanto, em 1952, a adesão no Congresso a todas as sugestões *oficiais* eram uma realidade, a reforma eleitoral

1 FÉLIX LUNA. *De Perón a Lanusse. 1943/1973*. Editorial Planeta Argentina. 9ª Edição. Pág. 41.

2 Beired, Jose Luiz Bendicho. *Breve história da Argentina*. São Paulo: Ática, 1996. Pág. 55.

3 *Idem*. Pág. 59.

4 FELIX LUNA. Op. Cit. Pág. 51.

aplicada no mesmo ano superou a dissidência de Balbín.

Com os acontecimentos posteriores ao fim da oposição laborista no Congresso, o governo peronista foi adquirindo radioemissoras e direcionando sua política contra as manifestações oposicionistas. De acordo com Félix Luna: “un gobierno que contaba con una clamorosa adhesión popular, sobre todo en esos primeiros cuatro años, iba prolijamente reforzando su estructura”.⁵

Todavia, além do apoio popular e do uso de recursos públicos para a aquisição de veículos de mídia, o peronismo, que controlava o congresso, também recorreu a repressão. Além de expulsar de sindicatos líderes comunistas e socialistas, a maioria peronista na câmara de deputados usou do mesmo expediente para lidar com as lideranças mais combativas da oposição: em 1948 retirou o mandato de Ernesto Sammartino, em 1949 o dos deputados Agustín Rodríguez Araya, Ricardo Balbín e Atilio Cattáneo. Em 1951, o famoso periódico matutino *La Prensa* foi desapropriado pelo governo peronista. O silenciamento do jornal teve uma grande repercussão internacional. Os antigos proprietários do tradicional matutino, conectados com o periodismo norteamericano, não deixaram de reclamar sobre a situação no país. Estas atitudes, além do uso intenso dos recursos do Estado na propaganda do peronismo seriam posteriormente lembrados como indicativos de que a Argentina vivera sob uma ditadura, sendo Perón chamado por seus opositores de “tirano”.

Entretanto, mesmo diante da tensão interna, Perón foi eleito novamente em 1951, sendo, neste momento, a vice-presidência ocupada por sua esposa Eva Perón. Em 1952, morre Eva Perón e o movimento em torno de seu falecimento pareceu renovar os sentimentos populares em um regime que poderia trazer coisas muito positivas ao país.

O prolongado velório, as homenagens póstumas, as invocações à memória de Eva Perón foram uma *liturgia obrigatória do regime peronista*.⁶ Mas a morte da vice-presidente não diminuiu os olhares sobre a fragilidade econômica no país. A crise econômica do governo de Perón aumentou em meados de 1952. A situação se agravou ainda mais com duas secas sucessivas que obrigaram a população a consumir “pão escuro, feito de milho, sem carne, além de ter de conviver com os cortes frequentes de energia”.⁷

A *verticalização* do poder, até certo ponto, teve efetividade para o peronismo. A “peronização” chegou até às Forças Armadas, realizando cursos de doutrinação justicialista e reduzindo ao mínimo as forças oposicionistas. Em 1953, o governo de Perón oscilava entre a negociação e a repressão aos grupos oposicionistas.

O evento na Plaza de Mayo foi um marco da instabilidade peronista com a oposição. No local, no momento do discurso de Perón bombas foram colocadas pela oposição, matando várias pessoas. Depois disso, prisões indiscriminadas de dirigentes e personalidades oposicionistas foram realizadas. Posteriormente, o governo recuou e libertou os presos,

5 *Idem*. Pág. 52.

6 *Ibidem*. Pág. 77.

7 ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. Pág. 115.

adotando medidas mais moderadas. Entretanto, em 1954, uma classe política renovada estava posicionada.⁸ E, neste momento, já era possível notar o *envelhecimento do regime peronista*.

De acordo com Luis Alberto Romero a fundação do Partido Democrata Cristão marcou o começo do conflito entre Perón e a Igreja, o que rapidamente levou à sua queda, em 1955. O Exército acabou sucumbindo a “peronização” da sociedade argentina, mas com a Igreja foi diferente.⁹ Perón direcionou vários ataques à Igreja. Com a aproximação do Exército e da Igreja, o líder peronista tentou uma manobra conciliadora, convidando os dirigentes da oposição para um debate público, mas o próprio líder denunciou o fracasso da conciliação.

Em 31 de agosto de 1955, Perón apresenta sua renúncia e após o levante militar em Córdoba o general Eduardo Lonardi assume a presidência provisória da nação. Neste processo, a organização antiperonista se projetou rapidamente, principalmente se levamos em consideração a heterogeneidade do grupo que derrubou Perón, como

militares nacionalistas, grupos católicos e, até mesmo, alguns sindicalistas. Como destaca Félix Luna: “Perón estaba mudo y asilado”¹⁰

2 | A REVOLUÇÃO LIBERTADORA E O FIM DO GOVERNO PERONISTA

A Revolução Libertadora – como se definiu pouco depois o movimento encabeçado por Lonardi – iria iniciar os processos de “desperonização” da Argentina. Lonardi dissolveu o Congresso e interviu em todas as províncias, além de instalar uma Comissão Nacional de Investigação como uma prevenção aos dirigentes do governo deposto. Entretanto, o processo de “desperonização” implementado pelo regime militar não foi capaz de evitar a continuidade peronista em setores da sociedade argentina, principalmente nos grupos trabalhadores.¹¹

O governo provisório do General Lonardi foi sucedido pelo General Pedro Eugenio Aramburu. Com a ascensão de Aramburu, o “Partido Peronista foi dissolvido e houve intervenções na Central Geral do Trabalho e nos sindicatos”.¹² De acordo com Félix Luna:

La primera línea de acción fue llevada adelante sin concesiones ni blanduras. La comisión Nacional de Investigaciones intensificó su labor y ordenó allanamientos, detenciones y procesos, en muchos casos con manifiesta parcialidad y siempre partiendo del supuesto de la culpabilidad de los investigados.¹³

O governo de Aramburu foi marcado pela perseguição aos peronistas, iniciando com a proibição do Partido Peronista e de qualquer símbolo que evocasse o peronismo.

8 ROMERO. *Op. Cit.* Pág. 121.

9 Sobre esse conflito e seus desdobramentos ver: ROMERO. *Op. Cit.* Págs. 122-124.

10 FELIX LUNA. *Op. Cit.* Pág. 95.

11 JAMES, Daniel, “Ideologia populista e resistência de classe: o peronismo e a classe operária”, *Revista Brasileira de História*, 5 (10), mar.-ago. 1985: 5-27.

12 ROMERO. *Op. Cit.* Pág. 128.

13 FELIX LUNA. *Op. Cit.* Pág 102.

Nem o corpo de Eva Perón foi poupado, sendo retirado clandestinamente da sede da CGT pelos militares e só redescoberto dezesseis anos depois, na Itália. Com isso, nas eleições de 1958, organizadas ainda no governo de Aramburu, o peronismo ficou aliado da disputa política.

Finda a unidade imposta pela oposição, a UCR voltou a se dividir. Nas eleições de 1958 a União Cívica Radical do Povo e a União Radical Intransigente se enfrentaram, sendo candidatos Ricardo Balbín e Arturo Frondizi, respectivamente. Frondizi venceu as eleições com ampla vantagem de votos. O direcionamento político de Frondizi, a favor da legalidade peronista o favoreceu atraindo votos dos seguidores de Perón, enquanto, pelo mesmo motivo, se indispunha com os militares. Além disso, as condições econômicas do país não favoreciam o governo. Agravada desde 1948 a economia argentina estava deficitária em vários setores, como no industrial, na infraestrutura, no sistema energético etc. As medidas do novo governo tentou atender as demandas de um país em crise, expandindo a petroquímica, a metalurgia e o setor de transportes.¹⁴

No âmbito político, Frondizi executou o pacto firmado com os peronistas no momento das eleições, garantindo sua participação política nas eleições federais, realizadas em 1962. Entretanto, a política do presidente não agradou completamente os peronistas, o que levou a uma perda gradativa do apoio anteriormente direcionado ao governo eleito e, além disso, desagradou sobremaneira os militares, já que, nas eleições de março de 1962, os peronistas ganharam as cadeiras de várias províncias no país.

Após as insatisfações militares e a realidade em que se deparavam - a iminência do peronismo - os oficiais do exército rapidamente se organizaram para a derrubada do presidente Frondizi, concretizada em março de 1962. Embora o golpe militar contra o governo constitucional tenha sido rápido, não se pode dizer o mesmo quanto à formação de um novo governo, pois não havia um consenso entre os militares sobre quem assumiria a presidência.

A princípio, o presidente do Senado José Maria Guido assumiria transitoriamente a presidência. Os militares não se opuseram à posse, porém exigiram que o novo presidente anulasse as eleições de março, o principal motivo para a deposição de Frondizi. Guido convocou eleições gerais para 1963, nas quais chegaria ao poder Arturo Umberto Illia, candidato da União Cívica Radical do Povo, médico e político do interior do país. Ele teria pela frente duas forças opositoras para equilibrar, peronistas e antiperonistas.

Com poucas realizações capazes de equilibrar as tensões no país, o governo de Illia se revelou inoperante no campo político.¹⁵ Sem legitimidade, o presidente foi alvo da oposição de líderes sindicais peronistas e militares, sendo retirado do poder pelo golpe militar de 28 de junho de 1966. A junta militar que organizou o golpe levou ao poder o General Juan Carlos Onganía, criando uma imagem positiva, porém inventada, do novo

¹⁴ Beired. *Op. Cit.* Pág. 64

¹⁵ Beired. *Op. Cit.* Pág. 66.

presidente: um *hombre fuerte*, principalmente por sua orientação anticomunista.

De acordo com Romero, exceto os radicais, socialistas e comunistas, muitos empresários e até grupos de extrema esquerda, insatisfeitos com o governo de Illia, estavam de acordo em relação a sua deposição.¹⁶

Entre as principais medidas do novo governo estava a anexação à Constituição do país do Estatuto da Revolução, além da dissolução do Parlamento e dos partidos políticos, confiscando e vendendo seus bens. Onganía havia sido chefe militar durante o governo de Illia, entretanto nessa nova fase, o General mostrou-se um anticomunista obsessivo e um católico ultramontano. Intervindo nas universidades, utilizou de violência contra estudantes e professores e aplicou uma censura até sobre os livros em circulação no país.

Neste momento, a província açucareira de Tucumán clamava por soluções concretas para a crise que enfrentava. Com a *Revolução Argentina*, esperava-se que se estabelecesse uma política econômica sólida. Entretanto, ao assumir o governo os militares foram incapazes de impor algum plano concreto.¹⁷

Alguns planos monetários foram executados para que as condições econômicas se estabilizassem. Contudo, as propostas não satisfaziam grande parte dos setores que haviam apoiado o processo golpista. As primeiras vozes dissonantes surgem em 1969, entre elas a de Arturo Frondizi, de grupos da CGT e algumas organizações empresariais.

Os rumos da economia no governo militar não agradavam a muitos argentinos. Em maio de 1969, estudantes e operários se organizaram na cidade de Córdoba em uma sequência de manifestações populares que levariam ao fim do regime autoritário.

As manifestações tiveram como estopim a morte de um estudante durante a repressão policial durante os protestos contra o aumento do preço do restaurante na Universidade do Nordeste, na província de Corrientes. A partir desse momento, as manifestações estudantis, operárias e de grupos da classe média eclodiram na maior parte do país, com ápice em Córdoba, movimento que ficou conhecido por *Cordobazo*.

De acordo com Felix Luna, o governo de Onganía não poderia ter diminuído a capacidade de reivindicação do povo argentino:

Existía un movimiento sindical que, pese a sua división y a la corrupción de algunos de sus líderes, representaba un sector social que no quería renunciar a su experiencia política ni a la participación que había tenido em los procesos más decisivos de los últimos veinticinco años. Existía un movimiento estudiantil que se sentía agraviado por la estúpida política cultural, educativa y universitaria del régimen y que se estaba volcando gradualmente hacia posiciones extremas (...)¹⁸

O governo, tentando conter o *Cordobazo*, ordenou o fechamento da Universidade na cidade, estabeleceu a criação de tribunais militares e instalou um governo militar em

16 ROMERO. *Op. Cit.* Pág. 160.

17 Como a situação econômica em Tucumán estava extremamente grave, algumas medidas foram direcionadas para a província, porém foram muito pontuais e não atenderam todas as reivindicações econômicas no país.

18 FELIX LUNA. *Op. Cit.* Pág. 198.

Córdoba. Entretanto, as iniciativas repressoras não foram suficientes para abafar as manifestações de estudantes e dos operários que haviam se associado à causa estudantil.

A crise política se agravou ainda mais quando o General Pedro Eugenio Aramburu foi sequestrado pelos *Montoneros*, grupo guerrilheiro da esquerda peronista, sendo executado logo após. O evento foi considerado pelos *Montoneros* um acerto de contas, já que, em 1956, Aramburu havia autorizado o fuzilamento de militares peronistas.

Diante da intensa crise, os comandantes-chefes militares resolveram pela deposição de Onganía, dando início ao período em que os presidentes teriam os governos mais efêmeros da história política da Argentina. Roberto Marcelo Levingston foi o primeiro da lista dos governantes de curto prazo, seu governo não durou um ano, isso porque não conseguiu resolver a crise inflacionária, nem propor uma solução concreta para a recessão econômica no país.

Neste momento, Perón havia ganhado um espaço substancial na política argentina, a mobilização popular se identificava cada vez mais com o peronismo e a posição assumida pelo líder era tão central quanto a de 1955.¹⁹ Ainda no governo de Levingston os militares tentaram uma aproximação com os sindicalistas, mas o presidente se mostrou incapaz de prosseguir a negociação até que, em março de 1971, houve uma nova mobilização das massas em Córdoba, denominada o *Viborazo*. Logo após, o então presidente foi substituído pelo General Alejandro Lanusse.

Lanusse era um General prestigiado dentro das Forças Armadas, além disso, apresentava-se como o único militar capaz de restabelecer a ordem política no país. Ao chegar ao governo permitiu a atividade partidária e a convocação de novas eleições, subordinadas a um acordo nacional. O GAN (Grande Acordo Nacional) baseava-se numa ampla negociação entre Lanusse e Perón. Entre os principais pontos presentes no acordo estava a candidatura presidencial de Lanusse com apoio peronista.

Enquanto isso, as Forças Armadas se preocupavam em enfrentar as organizações guerrilheiras, criando fóruns anti-subversivos e tribunais especiais para julgar os guerrilheiros. Além disso, setores do Estado e as Forças Armadas iniciaram uma repressão ilegal aos militantes, com prisões, torturas, sequestros etc.

No final de 1972, ficava nítido que não haveria acordo possível entre Perón e Lanusse. Perón, além de legitimar as ações armadas de grupos peronistas radicais criou como alternativa ao GAN sua própria aliança com grupos opositores e partidos políticos. Em resposta, Lanusse decretou que tanto ele quanto Perón não poderiam participar da seguinte eleição presidencial. Héctor J. Cámpora e Vicente Solano Lima foram os candidatos pela Frente Justicialista de Libertação (junção de partidos menores) com o apoio de Perón. Os radicais se concentraram no entorno da candidatura de Ricardo Balbín, enquanto surgiram à direita e à esquerda outras chapas de pouca importância.²⁰

19 ROMERO. *Op. Cit.* Pág. 176.

20 ROMERO. *Op. Cit.* Pág. 180.

Em março de 1973, Cámpora foi eleito com quase 50% dos votos. É interessante lembrar que em 1971 a relação política entre Cámpora e Perón já se desenhava, principalmente na reconhecida subordinação de Cámpora ao líder peronista. No início da candidatura da chapa da Frente Justicialista, o *slogan* da chapa peronista foi “Cámpora no gobierno, Perón no poder”. De fato, a candidatura de Cámpora foi uma grande manobra política para o retorno do líder peronista.

Logo que Héctor Cámpora assumiu o poder, Perón, exilado desde 1955, retornou ao país. Na realidade, o velho líder já estivera por alguns dias na Argentina, em 1972, mas em vista do conflito com Lanusse e com os militares, não arriscou permanecer no país, preferindo esperar por um momento consagrador. Entretanto, o retorno não traria calma. Já no desembarque do líder peronista em 20 de junho de 1973 houve um tiroteio entre grupos armados de diferentes tendências provocando um grande massacre no aeroporto de Ezeiza, em Buenos Aires. Todos os mortos pertenciam às tendências de esquerda do movimento, como a Juventude Peronista, ou eram simpatizantes sem filiação, e foram alvejados por policiais e militares, organizados pela direita peronista que começava a se formar, e que iria, em pouco tempo, dominar o governo e, em parte, aderir ao golpe de 1976.²¹

Em julho do mesmo ano, Cámpora e o vice-presidente Solano Lima, renunciaram ao governo. Raúl Lastiri, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a presidência, devido a ausência de um titular no Senado.²² Em setembro, foram realizadas novas eleições e Perón concorreu com a chapa Perón-Perón, que dividia com sua esposa María Estela Martínez (Isabelita).

Eleito, Perón propõe o que ficou conhecido como “Pacto Social”, com o objetivo de restabelecer a democracia representativa e a economia através de pactos entre trabalhadores e empresários. A princípio, o “Pacto” funcionou com um estímulo a economia argentina, entretanto, externamente o país sentiria a crise do petróleo em 1973 e, internamente, a fragilidade da saúde do presidente (principalmente pela idade avançada) se projetava no partido peronista e no potencial de articulação do líder.

Logo que assumiu a presidência os choques entre as diferentes tendências peronistas aumentaram. Embora o líder peronista buscasse conter as dissidências, a Juventude Peronista e os Montoneros se opunham cada vez mais às políticas de Perón, principalmente a partir do momento em que foram afastados da estrutura sindical.²³

Perón não permaneceu por muito tempo na presidência do país. Em 1º de julho de 1974, com a saúde muito fragilizada, sem muitos esclarecimentos, os argentinos recebem a notícia do seu falecimento.

Com a morte do líder peronista, a situação política que já não era tranquila ganhou

21 VERBITSKY, Horacio. *Ezeiza*. Buenos Aires: Contrapunto, 1985.

22 Raúl Lastiri era ministro do Bem-Estar Social e genro de José López Rega, secretário particular de Perón. 23 Beired. *Op. Cit.* Pág. 73.

dimensões ainda maiores. Maria Estela Martínez que ocupava o cargo da presidência interinamente desde o agravamento da saúde de Perón, o assume definitivamente. Se, de alguma forma, Perón ainda conseguiu conter os extremos das diferenças dentro do grupo peronista e manter a verticalização do poder, com Isabelita isso tornaria-se inviável. A violência política aprofundou-se: sequestros, assassinatos e atentados proliferaram. De um lado, os *Montoneros* e outros grupos de esquerda promoviam assaltos a bancos, colocação de bombas em fábricas acusadas de reprimir o movimento sindical, e o assassinato de militares e políticos ligados à repressão do peronismo. Do outro, grupos militares e policiais ligados aos setores de inteligência sequestravam sindicalistas e intelectuais, colocavam bombas em periódicos e casas de esquerdistas e assassinavam pessoas identificadas como membros ou apoiadores dos grupos da esquerda armada. Tais grupos foram, por volta de 1973, reunidos por José López Rega, na organização Aliança Anticomunista Argentina, conhecida simplesmente como “Triple A”. Rega foi Ministro do Bem Estar Social durante os governos de Cámpora, de Perón e de parte do de Isabelita. Antes, havia sido secretário de Perón durante a fase final do seu exílio em Madri.

Em 1975, o Exército foi convocado pela presidente para reprimir os movimentos guerrilheiros, principalmente em Tucumán. Além disso, a essa altura a inflação estava descontrolada e a economia em crise. Em julho de 1975, nem o Exército nem os empresários, com os quais Maria Estela contava, apoiavam seu governo. A estratégia de Rega de combate à “subversão” parecia fraca, o que levou a seu afastamento. Sem sucesso, o peronismo ainda tentou algumas estratégias para se manter no governo, chegando-se a cogitar a substituição de Maria Estela por Ítalo Luder, presidente do Senado.

A queda de Isabelita foi inevitável, diante dos altos índices de desemprego, crise política e econômica, a população aceitava qualquer solução para os problemas, inclusive o retorno militar. O que aconteceu em 24 de março de 1976, quando a junta militar composta pelo General Jorge Rafael Videla, almirante Emilio Eduardo Massera e brigadeiro Orlando Ramón Agosti assumiram o poder na Argentina, dando início ao que os militares chamaram de “Processo de Reorganização Nacional”, também conhecido simplesmente como “O Processo”.²⁴

24 ROMERO. *Op. Cit.* Pág. 195.; PALERMO, Vicente e NOVARO, Marco. *A ditadura militar argentina, 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: EdUSP, 2007, pp. 23-44.

CAPÍTULO 3: O ESPAÇO DAS REPRESENTAÇÕES NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960

1 | CASO CUBANO: JB E O MODELO BRASILEIRO DE LIDERANÇA POLÍTICA

Nos anos de 1960, importantes nomes assinavam as matérias do *Jornal do Brasil*, como Luiz Orlando Carneiro, Danton Jobim, Hermano Alves, Pedro Müller, entre outros. O início da década foi marcado por uma transformação nos jornais brasileiros, principalmente os de grande tiragem como o JB.

O JB, embora fosse considerado um jornal sem muitas polêmicas nos noticiários, nunca se afastou dos debates que envolviam interesses da sociedade, tanto em questões culturais, quanto em questões da política. Assim como boa parte da grande imprensa brasileira, o periódico também codificava mensagens, como nas famosas receitas de bolo impressas no meio de notícias e fotos, deslocadas em relação aos temas de onde eram apresentadas, usando de determinados artifícios para burlar a censura, sem abandonar o “juízo de valor” dentro dos assuntos abordados.¹ Mesmo que com alguma reserva e poucas críticas, o *Jornal do Brasil* não se desengajou dos debates contemporâneos e menos ainda da possibilidade de publicizar seus posicionamentos sobre questões abordadas nos editoriais.

Assim foi a atuação do periódico no evento que envolveu as discussões e os planos continentais sobre a proposta do embargo econômico a Cuba, em 1962. As discussões que tiveram início no final da década de cinquenta, com a Revolução Cubana de 1959, adentraram na década de sessenta e ganharam espaço na grande imprensa brasileira. A reunião em Punta del Este,² os projetos argentinos, a proposta brasileira, a pressão norte-americana para a aprovação do embargo foram intensamente representadas no jornal.³

Analisar os noticiários do *Jornal do Brasil* sobre as discussões em torno do embargo a Cuba, contribui e elucida os principais pontos referentes às noções de governo eleito, constitucionalidade, democracia, legalidade presentes no periódico no início de 1961 (noções muito discutidas no momento pré-golpe de 1962 sobre o governo de Arturo Frondizi, na Argentina). Entre os periodistas que se destacaram nas abordagens das matérias, o jornalista Luiz Orlando Carneiro concentrava as publicações, até porque, no momento da

1 LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-1985)*. UFRJ. Rio de Janeiro, 2006. (tese de doutorado). Pág. 98.

2 A reunião de Punta del Este, no Uruguai, foi realizada, em 1961 pelos os países que compunham a Organização dos Estados Americanos (OEA) com a proposta de definirem a aplicação ou não do embargo econômico à Cuba, decorrente da solicitação norte-americana diante da Revolução Cubana de 1959.

3 De acordo com Carlos Eduardo Vidigal, em janeiro de 1962, na cidade de Punta del Este, teve início uma das mais importantes reuniões da história das relações internacionais no continente Americano. Conhecida por seu resultado: a exclusão do governo de Cuba de sua participação no sistema interamericano, após a aproximação do governo cubano com o regime comunista. Marcada pela ofensiva norte-americana ao possível avanço do comunismo no continente, embora diante dos princípios de autodeterminação e não-intervenção, a aproximação do governo cubano com os soviéticos, inabilitava o país a cumprir as obrigações estipuladas na Carta da OEA e, portanto, a integrá-la. VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: A construção do Entendimento (1962-1986)*. Dissertação de mestrado apresentada a Pós-graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Pág. 29-30.

reunião dos países americanos em Punta del Este, Carneiro foi o correspondente do JB.

No Jornal Última Hora o embargo a Cuba também teve repercussões, mas devido a relação tempo-espaço da pesquisa, a análise específica do posicionamento do UH, será abordada em trabalhos futuros. Principalmente porque neste período, o UH estava intensamente envolvido nas discussões da denominada Campanha da legalidade no Brasil, na qual, a renúncia do presidente Jânio Quadros (agosto/1961) foi seguida pelo veto dos ministros militares à posse de João Goulart (vice-presidente), o que não apenas expôs o país a um impasse institucional, assim como causou uma crise de legitimidade do regime, que se agravaria com a adoção do parlamentarismo como forma de governo.⁴

Com isso, o início da década de sessenta aponta para mudanças políticas no âmbito interno e externo para o Estado brasileiro. Em matéria de Luiz Orlando Carneiro, o jornalista destacava que “o ano de 1961 foi o ano da mudança na política exterior brasileira”. De acordo com Carneiro, o Brasil galgava espaço diante dos grandes acontecimentos internacionais, principalmente na busca por sua liderança no continente.

O papel direcionado pelo jornalista ao Brasil foi comum. Nesse momento, o Brasil aparecia no JB como o modelo de nação a ser seguido, tanto pela extensão continental quanto pelo modelo político e econômico das últimas décadas. Além disso, o jornalista destacava que o “não alinhamento do Brasil nem a OTAN e nem ao Pacto de Varsóvia o deixava em uma posição equilibrada”, condição de liderança natural no continente.⁵

Avaliando as relações entre Brasil e EUA, Carneiro destacava que, com o governo de João Goulart, as relações se concretizariam positivamente, já que o presidente estava disposto a uma aproximação. Na América Latina, não seria diferente, Chile, Argentina, Uruguai, México e Equador sem dúvida intensificariam suas relações.

De acordo com o jornalista, a assinatura do Tratado de Uruguaiana, entre Brasil e Argentina, “tornariam as relações mais íntimas”. O Tratado de Amizade e Consulta firmado entre os países estabelecia a não intervenção; a autodeterminação; a ratificação de princípios democráticos e cristãos e apelos (indiretos) a Cuba para que retornasse ao sistema interamericano.

Em matéria de 5 de janeiro, o Brasil aparecia como “denominador comum” de países como Argentina, México etc. O Estado brasileiro, embora integrante da ONU, não se comprometia com nenhum dos blocos existentes, nem o capitalista, nem o socialista e, nem mesmo, o neutralista.

Às vésperas da reunião do Comitê dos Nove da OEA – países que se reuniram em

4 Sobre a renúncia de João Goulart e suas repercussões, ver: Cestari, Raele. *A conquista do povo: notícias populares e a oposição ao governo João Goulart*. Págs. 39-44. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPCOD), Programa de Pós- Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2013. FERREIRA, Marieta Moraes. *Do Rio Grande do Sul à Guanabara*. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008. Págs. 15-43.

5 Jornal do Brasil. 1 de janeiro de 1962.

Nova York para discutir o Plano da Aliança para o Progresso⁶ firmado no encontro de Punta del Este pelas nações americanas – foi destacada a necessidade de modificação de uma estrutura de anos de “servidão” dos países do continente. Nessa abordagem, o Brasil ainda não aparecia como o elemento desencadeador de tal modificação, mas que tinha potencial.

Isso ficou mais evidente em uma matéria sobre a “Porto-ricação da América Latina”. A matéria fazia referência à aproximação norteamericana com Porto Rico. Entretanto, o jornalista condenava a intermediação de Porto Rico e ainda ressaltava: “mesmo os argentinos vestidos pelo melhor alfaiate londrino, com aquele ar de superioridade de quem não compreende como o mundo pode se desenvolver tão longe de Buenos Aires” não concordam com a ação norte-americana.

Em uma matéria assinada por Danton Jobim, o jornalista discutia sobre os renegados da OPA (Operação Pan-Americana). Jobim questionava o governo Jânio Quadros e apontava que, devido à instabilidade política do momento, principalmente após a condecoração de Guevara, a Casa Rosada apresentava certa liderança no âmbito latinoamericano. Embora o jornalista não enfatizasse claramente a situação, ao supor a liderança da Argentina em relação ao Brasil no contexto latinoamericano, referenciava-se à condecoração de Ernesto “Che” Guevara, um dos líderes da Revolução Socialista em Cuba, por Jânio Quadros, em 1961, enquanto a Argentina propunha um rompimento coletivo com Cuba, “nos transformávamos em protetores desvelados”.⁷

No momento em que as propostas do bloqueio a Cuba começavam a ser discutidas, o JB lançava uma matéria sobre o posicionamento argentino: “a ideia dos argentinos não é a sanção a Cuba, mas alguns pontos no que se refere aos laços de Cuba com o governo soviético”. Em matéria nos dias posteriores, o JB apontava que “o destino já estava traçado em toda a América”, fazendo referência à confirmação do bloqueio aos cubanos. Na abordagem, o jornalista sugeria que o Brasil se antecipasse ao documento argentino e propusesse uma alternativa à situação política no âmbito continental.

Já que, possivelmente, “A Argentina não apoiaria sanções contra Cuba”, “mas cumpriria o que se decidisse na reunião”. O Estado brasileiro deveria se antecipar e apresentar seu posicionamento, formalmente, ressaltando que o Estado brasileiro “mantém sua posição em defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção, ao mesmo tempo que advoga uma solução sem quaisquer tipos de sanções contra o governo de Cuba”. Ainda que implicitamente deixou-se transparecer que o governo brasileiro seria o equilíbrio na definição sobre o caso cubano, nem se submeteria às prerrogativas norteamericanas, nem deixaria de se manifestar contra a situação em evidência em Cuba.

Entretanto, o Brasil não se antecipou na elaboração do projeto e, em 10 de janeiro, a Argentina movimentava o governo norteamericano com a proposta. Na matéria, foi

6 A Aliança para o Progresso foi um programa estadunidense de assistência ao desenvolvimento da América Latina, ao mesmo tempo em que visava conter o avanço do comunismo no continente, sendo efetivamente firmado no encontro da OEA em Punta del Este, no Uruguai.

7 Jornal do Brasil. 8 de janeiro de 1962.

ressaltado que a proposta Argentina visava à condenação da intervenção comunista em Cuba, mas não avançava muito em soluções contra o possível embargo.

A resposta brasileira chegaria rápido aos Estados Unidos. Em 11 de janeiro, o governo brasileiro enviaria a “fórmula” para Cuba aos norte-americanos. O título da matéria, por si só, já era definidor. Enviar uma fórmula pressupõe-se que a “fórmula” é a forma de resolução de vários problemas. A matéria reforçava a disputa entre Brasil e Argentina pela liderança na parte sul do continente, destacando que a solução do caso cubano partiria da nação brasileira, “liderança natural no continente”.

Em nova matéria de Luiz Orlando Carneiro, o Brasil assumiria linha flexível para Cuba. O jornalista afirmava que, assim como Brasil, Uruguai e Argentina seriam contrários à aplicação de sanções a Cuba. Na continuação, Carneiro ressaltava que o Brasil se opunha às propostas prévias, que pediam a ruptura coletiva das relações com Cuba e, que, de uma forma ou de outra, os norte-americanos não iriam publicar sua posição sem antes consultarem países como Brasil, Argentina, Chile e México.⁸

Na matéria, o jornalista destacava o assunto da carta enviada pelo presidente norte-americano John Kennedy ao presidente argentino Arturo Frondizi. Na carta, o presidente norte-americano insistia na aplicação de sanções contra o governo Castrista. Mesmo não se sabendo exatamente o conteúdo da correspondência, para o jornalista a divulgação pelo governo argentino de que “se ressentiria caso se adotassem medidas drásticas contra Cuba, sem contar com a unanimidade da OEA” foi o motivo da carta enviada pelo presidente norte-americano.

Nos dias que se seguiram, o JB publicou várias matérias e seções nas quais o Brasil teria lançado as bases para a convivência com Fidel Castro. Em editorial do dia 15 de janeiro, os Estados Unidos recusariam a proposta do Brasil para Cuba. Os norte-americanos insistiam nas sanções.

Embora o jornalista ressaltasse que os norte-americanos seriam flexíveis ante o problema, aceitando o voto da maioria, a negação de ambas as propostas se justificava, pois: “elas (propostas) não compreendiam as sanções diplomáticas e econômicas que Washington desejava aplicar”.

Em matéria opinativa de Hermano Alves, “As nações da América iam apreensivas e divididas à Reunião dos Chanceleres”; o jornalista chamava a atenção para o fato de que a situação de países como Brasil e Argentina não era fácil, principalmente diante da “intransigência norte-americana para que as sanções fossem aprovadas”.⁹

Barbosa Lima Sobrinho, em matéria opinativa, na página 6, sob o título “Autodeterminação condicionada”, destacava que no momento em que escrevia a matéria não se sabia exatamente qual seria a atitude do Itamarati na reunião de Punta del Este. Com informações imprecisas, o jornalista afirmava: “ao que parece o ministro San Tiago

8 Jornal do Brasil. 12 de janeiro de 1962.

9 Jornal do Brasil. 15 de janeiro de 1962.

Dantas irá manter os princípios de autodeterminação e não-intervenção”.

Isso porque, no momento, os EUA cogitavam a possibilidade da existência de uma base soviética no Mar das Antilhas. Entretanto, fazendo uma referência irônica às condições que poderiam se adotar ao lado desses dois princípios, já que os EUA pressionavam pelas sanções, Sobrinho questionava: “Mas como pode haver um perigo dessa espécie em Cuba, com os Estados Unidos firmados em Guantánamo?”.

A crítica estava diretamente relacionada às ações norte-americanas na região, pois desde o início do século XX, os Estados Unidos fixaram uma base militar em Guantánamo, justificada por um possível perigo alemão, devido aos planos imperialistas de Guilherme III e, nesse momento, diante de um perigo comunista, afirmava ironicamente o jornalista: “antes de ser uma base naval, é uma base de pretextos”.

Criticando inclusive o posicionamento do Brasil diante da situação, indagava: “não entendo que o princípio de autodeterminação envolva qualquer compromisso com o regime de Cuba”. Isso porque, mesmo que o Brasil se colocasse contrário ao regime de Fidel, tal posição não abalaria o princípio de autodeterminação, sendo que, desde a introdução do conceito do Woodrow Wilson, “Autodeterminação – era expressamente o direito reconhecido à Rússia de adotar o regime que bem entendesse”, dessa forma, “como pretenderia os Estados Unidos ambicionar que na América não houvesse um direito semelhante”. Embora com aparente questionamento, no original, o autor não reproduziu a frase como tal, ou seja, de certa forma, ao contrário de questionadora a frase afirmava ser impensável os EUA negarem direito semelhante ao restante do continente.

A efetividade da autodeterminação diante da situação cubana, para o jornalista não seria nada fácil, afinal, diante do histórico de jogos de interesses nos países latinoamericanos, as condições deliberadas pelos Estados Unidos poderiam até mesmo invalidar o próprio princípio geral do conceito. Ainda, de acordo com o jornalista: “o conceito de autodeterminação não teria sentido, ou força, se esvaziado de seu conteúdo de não-intervenção”. Ou seja, diante do potencial bloqueio, o princípio de autodeterminação defendido pelo Brasil não faria sentido.

Na matéria opinativa, o jornalista deixa transparecer a fragilidade dos países latinoamericanos diante das pressões políticas norte-americanas. Ainda que houvesse parâmetros firmados e direitos discutidos, os interesses norte-americanos poderiam se sobrepor, esvaziando completamente as ações latinoamericanas.

Mesmo com a elaboração de planos e propostas, tanto pelo Brasil, quanto pela Argentina, caso não coincidisse com as premissas norte-americanas, as medidas seriam desconsideradas, como, de fato, estava acontecendo em relação à ação de negação da sanção econômica contra Cuba.

Entretanto, mesmo diante da superioridade norte-americana, na América Latina, o Brasil, cada vez mais, se consolidava como potencial exemplo a ser seguido pelas nações latinas segundo o JB. Pedro Müller, em matéria de 17 de janeiro, apontava que, ao

contrário do que se pensava, os posicionamentos entre Brasil e Argentina diante do caso cubano não eram semelhantes. Ressaltando as diferenças de posição política entre os países, o jornalista afirmava que as orientações entre ambos se mostravam cada vez mais divergentes e que os argentinos gradativamente apresentavam um direcionamento mais “enérgico” em relação a Cuba, enquanto o Estado brasileiro mantinha sua posição inicial.

Novamente, a questão da liderança no continente era retomada. O início da divergência de planos entre os países revelava uma aproximação da Argentina com os Estados Unidos, enquanto o Brasil mantinha-se distante das proposições norteamericanas. Além disso, de acordo com Müller, o caso cubano acabou servindo como pivô para “o duelo em que Brasil e Argentina travavam sobre a disputa de liderança continental” que já se desenhava em outras décadas.

Em manchete do dia 19 de janeiro, o JB publicava que o “Brasil se mantinha firme sobre Cuba”, a matéria ressaltava a receptividade dos norteamericanos quanto às propostas do Brasil: “A receptividade que as autoridades norteamericanas manifestaram nas últimas 24 horas está causando surpresa e veio a aliviar, sensivelmente, a tensão que havia nos meios diplomáticos do continente”.¹⁰

Na matéria, foi sugerido que as propostas brasileiras atendiam aos interesses de vários países no continente, como a Argentina e o México – novamente há uma aproximação com os interesses argentinos – dessa forma, podendo-se chegar a um entendimento.

Na continuidade da manchete na página 4, foram reafirmados os princípios pela determinação, independência e liberdade de Cuba. No texto, San Tiago Dantas e o ministro Manuel Tello do México divulgavam e reafirmavam “o seu mais firme apoio aos princípios fundamentais da democracia representativa, da não-intervenção e da autodeterminação dos povos”. Em relação ao posicionamento dos soviéticos sobre a reunião em Punta del Este, a matéria ressaltava que os mesmos consideravam a reunião como “uma tentativa norteamericana de comprometer os países da América Latina diante da situação”.

É evidente que são dois pontos diferenciados da situação latinoamericana, principalmente para Brasil e Argentina: de um lado, a aproximação ou o distanciamento das premissas norteamericanas sobre o caso cubano e, de outro, uma busca por liderança na América Latina. Devido a isso, muitas vezes, as relações bilaterais acabavam parecendo ambíguas.

O que, de fato, se consolidava, em fevereiro, era a confirmação do embargo aos cubanos, embora nas matérias do periódico continuasse predominante a posição brasileira sobre o princípio da não-intervenção.

Em manchete do dia 22 de janeiro, o periódico destacava o encontro entre João Goulart e o presidente de Cuba, Osvaldo Dorticós. Na manchete, a posição de não-intervenção brasileira foi reafirmada: “Goulart comunica ao presidente Dorticós que, na reunião de Punta del Este, o Brasil sustentará o princípio da não-intervenção e do direito

¹⁰ Jornal do Brasil. 19 de janeiro de 1962.

de autodeterminação dos povos”, acrescentava: “a despeito das profundas divergências de caráter ideológico e político entre os dois governos”. Esclarecimento que, possivelmente, temia uma possível interpretação de aproximação entre os governos, mas que imprimia um caráter “cordial e amistoso” entre os países, como afirmou o presidente cubano.

Em 23 de janeiro, após o início da reunião em Punta del Este, a manchete do JB trazia os impasses do primeiro dia do encontro. As conclusões dos primeiros passos da reunião giravam em torno de uma possível cisão entre as nações americanas. A matéria destacava que o Ministro norteamericano pressionava para uma tomada de posição mais enérgica quanto ao caso cubano. Entretanto, o posicionamento de San Tiago Dantas, mesmo com a pressão norteamericana, foi pela não-intervenção, reproduzindo a fala do ministro que ressaltava seu posicionamento frente aos Estados Unidos: “Para Dantas tudo que é intervenção é contrário à América”.

Na seção sobre o posicionamento argentino, novamente, os direcionamentos e planos do país vizinho divergiam dos planos brasileiros. A declaração do Ministro Exterior do país relevava a divergência, “os quatro pontos propostos pela Argentina, embora reafirmassem a unidade do sistema interamericano, propunha a sanção moral a Cuba, sendo que, caso o governo Fidel persista em seus planos de socialização integral, deveria-se estudar a possibilidade de isolamento de Cuba”.

Após o lançamento dos quatro pontos propostos pela Argentina, no editorial do dia 24 de janeiro, a manchete trazia “Sete votos decidem: isolar Cuba sem sanções”, entre os países estavam: Brasil, Argentina, México, Equador, Bolívia, Chile e Haiti. Em publicação da declaração do Chanceler Argentino destacava-se: “houve uma completa identidade de pontos-de-vista”, fazendo referência aos países supracitados.

Entretanto, o que parecia ser a solução das divergências entre os países latinoamericanos, principalmente entre o Brasil e a Argentina, logo abaixo, na mesma matéria era contrariado. Fazendo referência a uma notícia imediatamente anterior, a manchete destacava uma possível aproximação da Argentina com os Estados Unidos.

Até o fim da reunião em Punta del Este, o JB dedicaria manchetes e noticiários basicamente todos os dias sobre as discussões diplomáticas. Em editorial do dia 26 de janeiro, as discussões sobre o que fazer com Cuba avançaram, pelo menos na perspectiva da matéria. O editorial contemplava a flexibilização do discurso do Ministro norteamericano, ainda que o Brasil não concordasse com a expulsão de Cuba, pelo menos, afirmava San Tiago Dantas: “o posicionamento de Rusk foi mais flexível”.

Em box assinado por Hermano Alves, o jornalista questionava se a solução de Cuba seria política ou jurídica. Discutindo sobre os dois posicionamentos existentes, ressaltava: “A luz da carta da OEA e do Tratado do Rio de Janeiro, não há solução possível, a menos que os norteamericanos resolvam impor sua vontade por meio da maioria aritmética dos votos, reunindo, a paus e pedras, os 14 votos necessários para cortar o nó górdio jurídico”, já que sete países resolveram não apoiar as sanções a Cuba.

Hermano Alves ressaltava que, pelo menos, quatro nações estavam firmes em seus posicionamentos: Brasil, México, Bolívia e Equador. Com isso, de acordo com o jornalista, “teriam os norte-americanos a audácia para tomar uma simples decisão majoritária, que, de saída, é rejeitada pelas duas maiores nações latino-americanas, o México e o Brasil?”. Finalizando, Hermano ressaltava: “O fato é que, até agora, todos andam, viram e mexem, não acham argumentos jurídicos e voltam a reexaminar a solução brasileira, que os doze (ligados aos Estados Unidos) não podem aceitar porque não querem dar o braço a torcer”.

O modelo brasileiro, diante da situação indefinida entre os países, foi apontado pelo jornalista como a solução do caso cubano, afinal, nesse momento, a defesa da democracia pelo governo brasileiro foi a referência, já que a Argentina defendia a sanção a Cuba, fugindo aos preceitos democráticos de autodeterminação e não-intervenção.

Nas abordagens do jornalista, o modelo brasileiro de liderança natural no continente foi sempre relevante. Ainda que Hermano Alves discutisse outras possibilidades da reunião em Punta del Este, no final, o Brasil sempre apareceria como conciliador e solucionador dos impasses.

Perto do fim da reunião em Punta del Este, a superioridade do plano brasileiro contra o embargo ao governo cubano ficava ainda mais evidente quando comparada ao plano argentino, considerado antidemocrático.

No editorial do dia 27 de janeiro, as cinco primeiras páginas do 1º Caderno do JB foram ocupadas pelos avanços e retrocessos da reunião. A manchete inicial, que ocupava metade da página, fazia referência ao sucesso do plano de San Tiago Dantas, em síntese, do plano brasileiro. A divulgação da aceitação por Cuba do plano brasileiro era o cerne da matéria. A manchete chamava a atenção para a Fórmula brasileira:

A fórmula brasileira – que traz o repúdio ao regime comunista – foi tacitamente admitida pelo Presidente Dorticós em seu longo discurso a madrugada de ontem, no qual acentuou que Cuba não tomará medidas para exportar sua revolução.¹¹

Com isso, o Brasil e o Grupo dos Sete (Uruguai aderiu, provisoriamente) continuariam a se opor às sanções contra o Governo Fidel Castro e, em particular, contra a expulsão de Cuba da OEA, contrariando o plano argentino que concernia às prerrogativas norte-americanas.

Entretanto, o que parecia se consolidar em uma oposição entre os governos brasileiro e argentino do que se fazer com Cuba mudou de perspectiva, quando, em box, Hermano Alves discutia que embora houvesse argentinos que se aproximavam das intenções norte-americanas, o governo de Arturo Frondizi não concordava com a intervenção e, de certa forma, subsumia-se na liderança brasileira, o que foi notado nas matérias seguintes, em que a oposição entre os planos desapareceram do periódico e, ao que tudo indica, porque o plano argentino foi *engolido* pelo proeminente plano brasileiro, retornando como

11 Jornal do Brasil. 27 de janeiro de 1962.

modelos em oposição no momento da exclusão de Cuba da OEA.

Hermano Alves destacava que, embora os jornais direitistas argentinos, como o *Correo de la tarde*, do *gorila* (termo utilizado no box) Comandante Marique, criticavam abertamente o governo brasileiro, o certo era que o presidente Arturo Frondizi sugeriria que se procurasse evitar sanções diretas a Cuba. Para o jornalista, a pressão norteamericana por sanções políticas e comerciais não agradava a América Latina. Em pronunciamento, San Tiago Dantas afirmava “que não havia na Carta da OEA qualquer artigo que previsse a suspensão de um membro”. Muito criticado pelo Ministro norteamericano, devido à flexível posição brasileira diante de Cuba.

Com o adiamento da reunião, em 28 de janeiro, a manchete do JB ressaltava a atuação do Chanceler brasileiro: “O término da Conferência de Punta del Este foi prorrogado, ontem, por 48 horas, após reiteradas solicitações do Chanceler San Tiago Dantas, do Brasil”. Na manchete, foi evidenciada a possível vitória norteamericana,¹² mas, “a maior resistência à tese norteamericana continuava sendo liderada pelo Brasil”.

Ainda no mesmo editorial, na página 6, sob o título “Posição de Grandeza”, o jornalista apontava a proeminência do Estado brasileiro diante da situação internacional.

A posição brasileira criticada nos últimos dias da reunião pelos Estados Unidos foi defendida e exaltada: “Posição que – está provado não é de um homem. É a atitude inconfundível de uma Nação que, enfim, se sabe grande”. Dessa forma, a proposta brasileira, liderada pelo Chanceler San Tiago Dantas, aparecia como o modelo de representação dos interesses de toda uma nação, que envolvia também a América do Sul e seu modelo democrático.

Em box opinativo, Hermano Alves apontava “A porta de San Tiago”, apresentando o Brasil como o contraponto no continente. Enquanto os Estados Unidos lideravam as doze nações em favor das sanções aos cubanos, o Brasil, com concepção contrária, propunha um *Estatuto Especial* de relações.

Entretanto, a posição do Brasil seria gradativamente minada pelo próprio Grupo dos Sete. No mesmo editorial, Hermano Alves destacava que a delegação argentina havia enviado um memorando confidencial aos Estados Unidos “definindo precisamente a atitude da Argentina quanto a exclusão de Cuba da OEA”.¹³ Além disso, o jornalista ressaltava uma possível “insinuação velada” do país em referência a alguns países vizinhos: “quanto a países vizinhos da Argentina que, tanto por sua gravitação, como pela situação crítica de sua posição interna, requerem cuidadoso tratamento para assegurar sua participação no sistema americano”. Embora o jornalista, não se referisse a que país em potencial, o memorando argentino fazia referência às ações que apareciam como um plano alternativo à solução para o caso cubano e, nesse sentido, se afastava da orientação do Grupo dos

12 Com o Uruguai retornando ao grupo dos EUA e com o Haiti apoiando as sanções, fechava-se o número de nações que os norteamericanos (Grupo dos 12) precisavam para ganharem a votação e imporem às sanções e a expulsão de Cuba da OEA.

13 Jornal do Brasil. 30 de janeiro de 1962.

Sete, liderado pelo Brasil.

Em 7 de fevereiro, as nações americanas decidiram pelas sanções a Cuba, mas, mesmo diante das definições políticas, o Brasil havia se mostrado um líder em potencial, modelo do respeito aos preceitos democráticos no continente, enquanto a Argentina já havia cedido às pressões norteamericanas.

21 JORNAL DO BRASIL: A DEPOSIÇÃO DE FRONDIZI E MALOGRO DA DEMOCRACIA

No Jornal do Brasil, o conteúdo analisado centrou-se principalmente no primeiro caderno de notícias, o qual denominaremos “atualidades”. Nos anos de 1960, com a reformulação estrutural da imprensa, a divisão de cadernos se tornou uma prática muito comum, principalmente nos jornais incipientes desse processo, como o Jornal do Brasil e o Última Hora. Com isso, era frequente a estruturação dos periódicos em cadernos de esportes, de “atualidades” e, até mesmo, a criação de cadernos de cultura¹⁴, como no JB.

O primeiro caderno dos periódicos tornou-se de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa, devido à centralidade das “atualidades”, nas quais se incluem as notícias internacionais. Como aponta Ana Paula Goulart, exceto o Diário de Notícias, todos os periódicos matutinos publicavam as chamadas das “notícias internacionais na primeira página”.¹⁵ Isso não foi diferente no JB, sob a direção de Alberto Dines; desde janeiro de 1962, as principais notícias do dia e da semana no estrangeiro eram destacadas na primeira e segunda página do periódico e desenvolvidas em páginas posteriores, mas ainda dentro do caderno de “atualidades”.

Embora esse primeiro caderno pretendesse imprimir um caráter informativo, buscando ressaltar a imparcialidade do jornal em relação à notícia, as matérias não deixavam de apresentar zonas de tensão, já que, muitas vezes, apresentavam posicionamentos e juízos de valor. Nesse sentido, Ana Paula Goulart Ribeiro ressalta:

O autor de um texto de um jornal (seja seu redator, seja o dono da empresa) não é o único responsável por todas as representações presentes nele. Isso porque um texto está sempre em diálogo com uma infinidade de outros textos. Não existe discurso puro, monológico. A discursividade não é apenas suporte de doutrinas ou visões de mundo, expressão estabilizada de concepções de um grupo social. O discurso é um lugar de trabalho, de luta, um domínio aberto e relativamente instável. O discurso, menos do que um ponto de vista, é uma zona tensional.¹⁶

14 De acordo com Patrícia Ferreira de Souza Lima, o “caderno de cultura” ou Caderno B do Jornal do Brasil ia muito além de um caderno voltado para serviços de cultura de uma cidade. Para a autora, elementos da política se encontravam subsumidos em crônicas, anúncios etc. E, com isso, não era possível resumir o Caderno B como exclusivamente um caderno informativo de cultura. LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-1985)*. UFRJ. Rio de Janeiro, 2006. (tese de doutorado).

15 RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. Pág. 114.

16 RIBEIRO, Op. Cit. Pág. 64.

As questões polêmicas no JB, em geral, eram deixadas de lado. O caráter moderado do jornal se torna predominante, principalmente a partir de 1964, com a ascensão dos militares ao poder, mas algumas matérias, sobretudo as da página 6, no auge do espaço das discussões políticas, passam a questionar e a receber com reservas algumas medidas e ações militares no Brasil e em outros países latinoamericanos.

De acordo com Patrícia Ferreira de Souza Lima, nos anos sessenta, a imprensa precisava de jogo de cintura:

É preciso jogo de cintura para lidar com a conjuntura socioeconômica brasileira que afeta diretamente toda a imprensa, através da imposição de controle e censura sobre os meios de comunicação. O discurso oficial em vigor caminha em direção inversa à criatividade das novas correntes artísticas e à inovação estética. O tom progressista e revolucionário é abafado pela voz da ordem e da moralidade, da pátria, da família, provocando um recuo na fertilidade dos debates culturais brasileiros. Agora, as artes se voltarão para questionar as medidas políticas, e a criatividade estará nas maneiras de se expressar através de uma linguagem cifrada, de um conteúdo disfarçado.¹⁷

Além disso, algumas partes do primeiro caderno eram direcionadas às seções especializadas; na página 6, por exemplo, as temáticas abordavam “comentários econômicos” e “coisas da política”. No geral, a partir de 1960, as seções especializadas, assim como o colunismo, ganham espaço na imprensa brasileira, alguns jornalistas, como Carlos Castelo Branco, João Saldanha, Armando Nogueira, Alceu Amoroso Lima (pseudônimo Tristão de Athayde)¹⁸ e, também, Ferreira Gullar, são nomes importantes nesse contexto, particularmente porque compunham a linha editorial do JB.

Nos noticiários de 1962, ainda nas discussões acerca da proposta de bloqueio comercial a Cuba pela OEA¹⁹, as matérias sobre temas internacionais, no primeiro caderno, eram, em sua maioria, assinadas. Luiz Orlando Carneiro, Danton Jobim, Hermano Alves, Pedro Müller aparecem como realizadores das matérias. A partir de março de 1962, na análise dos noticiários sobre as pressões militares ao presidente constitucional da Argentina, Arturo Frondizi Ercoli, as matérias internacionais do primeiro caderno já passam a ser inseridas no anonimato do redator. É sob esse anonimato que serão construídas representações sobre o momento político do país vizinho e, indiretamente, sobre as noções de democracia e legalidade acerca dos governos brasileiros.

O momento político vivenciado na Argentina, as instabilidades em torno da deposição pelos militares de um presidente eleito constitucionalmente e a busca por um “modelo” de liderança na América Latina²⁰ ganham extensa repercussão no JB e no Última Hora.

Após as eleições de 18 de março de 1962, na Argentina, os militares iniciam intensa

17 LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. Op. Cit. Pág. 118.

18 Idem. Pág. 158.

19 Organização dos Estados Americanos.

20 A busca por uma liderança na América Latina, como um modelo político ou a partir de um sucesso econômico e político, será o assunto discutido mais profundamente no caso dos projetos desenvolvidos por Brasil e Argentina, no momento das discussões sobre o Bloqueio a Cuba, em 1962.

pressão sobre o presidente Arturo Frondizi. Para os militares, o país estava passando por uma crise política, iniciada com a eleição de alguns candidatos peronistas. A crise apontada pelas Forças Armadas estava relacionada à possível posse dos peronistas eleitos em grande parte das províncias argentinas. Isso causava inquietação nos militares, fosse pela possibilidade do retorno de Perón ou mesmo de uma política peronista continuísta, já que, em 1958, a eleição do presidente Arturo Frondizi foi realizada a partir de um pacto com os peronistas, o que foi interpretado pelas Forças Armadas como uma possibilidade do retorno do governo de Perón.²¹ E, agora, em 1962, a possibilidade de o presidente apoiar a posse desses candidatos, para as Forças Armadas, se apresentava como a concretização de tal “ameaça”.

O anonimato do redator, no caso específico das matérias ligadas à questão frondizitas-peronistas e militares, está relacionado a um contexto mais amplo, a tentativa de formalização da imprensa, a partir de um modelo norteamericano “do fazer notícia”, principalmente com a inserção do *copy desk* – um revisor de texto que, para sua melhoria, poderia cortar, acrescentar, deslocar, incluir e, até mesmo, inverter frases e parágrafos – além da implementação de uma formalização do enunciar jornalístico. Com isso, a própria autoria era complicada, pois se tratava de um trabalho coletivo, do repórter, que apura e escreve, do editor, que enquadra, do *copy desk*, que modifica, enfim, um trabalho conjunto da linha editorial. No presente caso, embora não houvesse um repórter do jornal envolvido, havia os informes recebidos das agências de notícias internacionais.

Entretanto, embora houvesse a busca pela padronização do texto jornalístico e a possibilidade de um jornal com espaços bem demarcados, como seções para a informação e para a opinião, divisão de cadernos etc., a implementação na imprensa brasileira de um modelo jornalístico importado assumiu moldes diferenciados. Ao contrário do que se pregava no modelo norteamericano, nos periódicos como o JB e no Última Hora, a imparcialidade e a objetividade são relativizadas no momento da apresentação sobre o político, ou melhor, sobre a própria política.

A modernização realizada pelo Jornal do Brasil e, também, pelo Última Hora, como dito anteriormente, apresentou características diferenciadas. No entanto, em ambos é marcante que as matérias não estavam desvinculadas de um juízo de valor, em especial no teor político e diplomático que assumiam em contextos de interesse nacional, como as questões sobre a preponderância econômica e política do Brasil frente à Argentina, no momento da *crise* política do presidente Frondizi.

21 Arturo Ercoli Frondizi foi presidente da Argentina, de 1 de maio de 1958 até 29 de março de 1962, ligado à União Cívica Radical Intransigente (UCRI). Fez-se eleito após um pacto com os peronistas. DELASSOPA. Emílio. *Ao inimigo, nem justiça: violência política na Argentina (1943-1983)*. São Paulo: Hucitec, 1998. Pág. 231. De acordo com Emílio Dellasoppa, desde 1955, o golpe militar sobre o governo de Juan Domingo Perón, com a chamada Revolução Libertadora, a Argentina passou por uma desperonização compulsiva. Os sindicatos foram proibidos de toda e qualquer atividade política, além disso, foi baixado um decreto que proibia ocupar cargos sindicais toda pessoa que “tivesse tido alguma vez militância peronista”. Uma das formas encontradas por Perón para se realizar um contínuo foi através do apoio a Arturo Frondizi, nas eleições de 1958. DELASSOPA. Emílio. Op. Cit. Págs. 218, 219 e 231.

Como aponta Heloisa Jochims Reichel:

Apesar de relações pendulares e ambivalentes, elas (relações de cooperação e de rivalidades entre Brasil e Argentina) sempre estiveram fortemente presentes no imaginário coletivo de ambas as sociedades, fazendo com que cada um dos países atribuisse ao outro, tanto no cenário latinoamericano quanto no regional, uma importância marcante.²²

Com isso, se explicaria a assiduidade com que as notícias sobre a Argentina aparecem nos periódicos brasileiros, ganhando lugar de destaque nos espaços destinados às notícias internacionais. Todavia, é preciso destacar que se essa característica esteve presente, em vários momentos, sob o prisma da competição geopolítica, que remonta ao século XIX, no contexto da Guerra Fria ela se adensou com a identificação de semelhanças nos respectivos processos políticos internos, que possibilitaram ler no país vizinho dilemas e conflitos parecidos com os vivenciados, na mesma época, pelo Brasil.

No JB, as matérias sobre a Argentina ganham substancial valor. O desenrolar de questões políticas no país vizinho é sempre tratado em várias edições da semana, constantemente direcionadas em dois vieses: primeiro, um destaque mais imparcial do acontecimento; segundo, um destaque opinativo, sempre presente na página 6, com títulos e vocabulários sugestivos do posicionamento sobre o acontecido.

Em 1962, com a pressão dos militares para a renúncia do presidente eleito da Argentina, Arturo Frondizi, o primeiro caderno do JB traz uma matéria intitulada “A hora final”, sem identificação da autoria. Na matéria, é destacada a movimentação dos militares argentinos em prol da renúncia de Frondizi como a solução da crise argentina que, de acordo com a notícia, é apontada pelos militares como consequência da eleição e possível posse de candidatos peronistas, eleitos em março de 1962, às províncias do interior.

Na matéria, a princípio de teor informativo, a “solução constitucional” da crise argentina seria finalizada no que as Forças Armadas pregavam como a “renúncia voluntária” do presidente. A utilização das aspas nos termos “solução constitucional” e “renúncia voluntária” são ressaltadas pelo periódico como expressões usadas pelos militares argentinos e não como uma representação do periódico sobre a situação política no país vizinho; ao contrário, já que no decorrer da matéria é deixado claro que tanto a “solução constitucional” como a “renúncia voluntária”, pregados pelos militares, são compreendidos de outra forma pelo jornal.

Para o periódico, a resistência de Frondizi à “renúncia voluntária” assume um caráter de proteção à nação argentina. A noção de “renúncia voluntária”, proposta pelas Forças Armadas, aparece no periódico mais como uma pressão política contra o presidente do que como um ato voluntário. Na matéria, a posição do presidente em não renunciar é uma forma de desmascarar a “*trama reacionária*”²³ exposta na Argentina, nas eleições de março

22 REICHEL, Heloisa Jochims. *Sob os olhos da águia: imagens da Argentina peronista na imprensa brasileira dos primeiros anos da Guerra Fria (1946-1955)*. Revista Eletrônica da Anphlac - número 7. Págs. 57-58.

23 Jornal do Brasil. 28 de março de 1962. Quando o JB faz referência à “trama reacionária”, deixa bem claro que “A América Latina não é ameaçada somente pelo comunismo, fidelismo ou forças de extrema esquerda, mas também a

de 1962. E mais, contrariar tal presunção básica da democracia, a manutenção de um presidente constitucional e das decisões pelo voto direto é ir de encontro ao que a mesma significa, “a vontade do povo argentino”, posição da qual o jornal não comunga.

Com isso, para o periódico, a noção de democracia se contrapõe às tentativas de um golpe sobre um governo constitucional, escolhido pelo “povo argentino”. A “aparência legal” que os militares tentavam dar à renúncia de Frondizi, nesse momento, não passava de uma afronta à legalidade constitucional, que claramente se opõe aos conceitos do periódico. Em “Militares Irredutíveis”, matéria publicada em 28 de março de 1962, o JB destaca:

(...) os dois únicos sucessores constitucionais de Frondizi – o presidente do Senado José Maria Guido e o Presidente da Câmara Fernandes Monjardim – declararam apoio ao presidente. Caso o golpe seja dado não assumiriam a presidência, dificultando a tarefa dos militares, preocupados em dar uma aparência legal à deposição de Frondizi.²⁴

De acordo com Emilio Dellasoppa, as eleições de 1962 na Argentina foram marcadas por um rompimento de Frondizi com os militares e pela realização de um pacto entre aquele e os peronistas. Em 1958, quando Frondizi assumiu a presidência, tomou algumas medidas para o cumprimento do pacto com os peronistas, entre elas: aboliu o decreto que tornava os mesmos *inomináveis*²⁵ e pôs fim à intervenção à CGT.²⁶ As medidas não foram suficientes para satisfazer os peronistas e acabaram indispondo ainda mais, e de forma irreversível, o presidente com as Forças Armadas.

Já em maio [1958] podiam apurar os resultados da política frondizista: o recurso ao terrorismo já não era privativo dos setores duros do peronismo inconformados com o apoio de Perón a Frondizi; os *gorilas*, que se sentiam logrados pelo *maquiavelismo* de Frondizi, inauguraram uma nova série de atentados a bomba (...).²⁷

A busca de uma saída política para a crise argentina também é destacada pelo JB. Em uma entrevista do assessor político de Frondizi, Rogelio Frigerio para Hermano Alves, são destacados pelo assessor, tanto uma manutenção do peronismo no jogo democrático, como também uma defesa das Forças Armadas e do General Pedro Eugenio Aramburu – líder do movimento contra a posse dos peronistas eleitos em 18 de março – pois, de acordo com Frigerio, parte que são do “povo argentino” (os militares), não estavam “auspiciando um rompimento da legalidade constitucional”.²⁸

No JB, principalmente na primeira página, chama a atenção que, no desenrolar

trama reacionária exposta na Argentina nas eleições de 1962 com anticomunistas profissionais, políticos condenados ao ostracismo, latifundiários e militares desorientados”.

24 Jornal do Brasil. 28 de março de 1962.

25 O Decreto 4.161 sancionado em 5 de março de 1956, logo após a deposição de Perón pela junta militar, previa a proibição de quaisquer divulgações ou publicidade peronista na Argentina. No Decreto ficava claro que estava expressamente proibida: “La utilización de imágenes, símbolos, signos, expresiones significativas, doctrinas, artículos y obras artísticas, (...) que sean (...) representativas del peronismo”. Neste caso, esclarecia também que mesmo os discursos do presidente deposto não poderiam circular pelo país, tendo como punição a prisão e/ou multa para o *infrator*.

26 Central Geral dos Trabalhadores que tinha seus principais líderes ligados ao peronismo.

27 DELASSOPA. Emilio. Op. Cit. Págs. 233-234.

28 Jornal do Brasil. 27 de março de 1962.

do depoimento do Rogelio Frigerio, o mesmo defendia uma solução equilibrada, entre peronistas e militares, e que o jornal moderasse seu discurso quanto à crise político-militar no país vizinho. Embora tenha tentado transparecer certa imparcialidade ao depoimento do assessor, dava ênfase a questões pontuais. Na matéria central (1ª página), aponta: “Frigerio: repressão ao peronismo é um erro fatal para a Argentina”. Na mesma página, a primeira matéria ressalta: “Novo governo argentino toma posse sob ameaça”.

Tais questões pontuais se desenvolvem nessa última matéria. Nela, se deixa transparecer a parcialidade do JB quanto à fala de Frigerio. Nesse artigo, são destacados termos como: “Frondizi ouvia o juramento de figuras *apolíticas* de projeção nacional”,²⁹ fazendo referência ao Gabinete de União Nacional, formado por exigência dos militares, com uma composição plenamente militar. A presença dos militares no poder é referenciada por seu caráter *apolítico*. As Forças Armadas não possuem características de *tutoras* do governo, argumento que será destacado em matérias posteriores.

Todo o desenrolar da crise político-militar e a atuação dos militares perante a mesma é destacada como desmoralização dos poderes constituídos legalmente pelo voto e, além disso, contrárias ao conceito de democracia representativa.

Ainda que o jornal não abandonasse um caráter mitigado, evitando os conteúdos mais polêmicos, as matérias destacavam a contrariedade causada pela ascensão ou tentativa de ascensão dos militares ao poder sobre um governo constitucional. A noção do ideal de democracia ainda estava em um governo constitucional e não nos governos militares.

Agindo como macacos – melhor gorilas – causaram grande dano a todo o Continente. Não é à toa que se julgam tutores da democracia argentina. Se há regime que abomina os tutores, que os rejeita – inevitavelmente – os expelle, esse regime é a democracia. Aqueles que desejam tutelá-la é porque ou não a entendem ou, simplesmente, porque querem, com hipocrisia, violá-la.³⁰

Neste momento, é clara a oposição do jornal em relação aos militares no governo. A ideia de democracia é violada com a presença dos militares como “tutores” do poder. Na deposição do presidente Frondizi, em 29 de março de 1962, as possibilidades de intervenção militar no poder e a tentativa de aparência legal buscada pelas Forças Armadas na deposição do presidente, contradiziam a noção de legalidade, que, nesta circunstância, era materializada pelo jornal, na manutenção de Frondizi na presidência.

Durante todo o desenrolar da crise argentina, em março de 1962 e em, praticamente, toda a semana até a deposição de Frondizi e, posteriormente, a movimentação para a formação do governo, as notícias sobre o país vizinho são centrais no JB, ganham a primeira e a segunda página deste, além das colunas opinativas na página 6.

A partir da efetivação do golpe, com a deposição de Frondizi, o caráter moderado do periódico passa a ser relativizado e os discursos ganham um tom mais hostil em relação aos

²⁹ Jornal do Brasil. 27 de março de 1962.

³⁰ Jornal do Brasil. 28 de março de 1962.

militares. Em 29 de março de 1962, os vocabulários do JB passam a apontar os militares como “controladores” da Argentina. A matéria de capa, tomando conta de grande parte da primeira página, mas mantida no anonimato, trazia imagens de Frondizi e do General Raúl Poggi³¹ à porta da sede do governo argentino, a Casa Rosada, e também um *sublead* fazendo referência às “tropas em posição para a luta”, ressaltando que as mesmas “tomam conta da nação”.

Com isso, as representações no JB indicam que a presença das Forças Armadas no poder exerce um controle sobre a nação, sendo esta subjugada à força dos militares que se colocam em posição para a luta.

Além disso, um caráter moral passa a compor as representações do periódico sobre a situação na Argentina, principalmente no que diz respeito à resistência de Frondizi. Nas matérias, o periódico classifica que a deposição do presidente foge à moralidade. Isso porque sua permanência no governo estava ligada a uma *vitória moral*.

A contrariedade do periódico quanto às ações dos militares fica mais evidente a partir da derrubada do presidente Frondizi. Em uma das matérias do dia 29 de março, o JB publica um texto dos militares para o presidente, em que aqueles ressaltam que há necessidade de “ante a gravíssima situação imperante, exigir o afastamento de suas funções, a fim de que possa ser salva a ordem constitucional”.³² Logo em seguida, na página 6, em uma matéria intitulada “E agora?”, o JB questiona qual será a posição dos Estados Unidos perante as atitudes antidemocráticas na Argentina. Destacam: “Em suma: esperamos que, na Aliança para o Progresso, os gorilas argentinos sejam tratados em igualdade de condições com os barbudos de Fidel Castro”.

Com isso, fica evidente que a noção de democracia não é acompanhada pelos rumos tomados pela Argentina com a ascensão dos militares. O descontentamento com os militares no governo é tão grande que, na repulsa à sua tomada de poder vale, até mesmo, uma comparação com a “Revolução Cubana”, movimento rejeitado pela América Latina e Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

É interessante notar que, a partir da deposição do presidente Arturo Frondizi, o JB parece realizar um jogo “informativo-opinativo”. Por um lado, a movimentação dos militares é destacada durante toda a semana, a divulgação de medidas, pronunciamentos etc., mas, por outro lado, o periódico publica noticiários que contradizem a tão propugnada “defesa da ordem” pelos militares, principalmente nas colunas da página 6.

O JB aponta a proclamação militar em defender o país dos subversivos e, portanto, defender a segurança do povo; também assinala que, de acordo com as Forças Armadas, o governo carecia de força e autoridade e que, portanto, esses se viram obrigados a assumir a responsabilidade de restaurar aqueles valores. Mas, ainda na mesma página, com imagens de militares e cassetetes, o periódico destaca a atuação da polícia contra as

31 O General Raúl Poggi foi o líder do golpe sobre Arturo Frondizi em 29 de março de 1962.

32 Jornal do Brasil. 29 de março de 1962.

manifestações em favor de Frondizi.

A tentativa da imprensa argentina em justificar o golpe como decorrente da ligação do presidente Frondizi com os peronistas é colocada em segundo plano, já que, em uma nota logo abaixo, o periódico traz o pequeno trecho do discurso de Perón, exilado na Espanha, no qual este afirma: “os candidatos eleitos em 18 de março serão empossados de acordo com as leis do país”.

Até mesmo o peronismo, posteriormente questionado pelo periódico, defende a manutenção da constitucionalidade, no país vizinho, e a preponderância do povo na escolha política. Continuando a defesa da constitucionalidade, sobre a manifestação pró ou contra Estados Unidos em relação à situação na Argentina, o JB destaca a frase do presidente Kennedy: “as eleições devem ser livres, o povo pode escolher, soberanamente, seus governantes”.³³

Ainda na mesma página, ganha destaque de centro uma fotografia de um popular que levantava *vivas* a Frondizi próximo às tropas militares. A fotografia ocupa mais de um terço da página, ao lado de notícias que apontam a possível recusa dos militares em aceitar como sucessor de Frondizi o presidente do Senado José Maria Guido; com isso, a própria tentativa de dar um conteúdo legal à deposição de Frondizi passa a malograr.

Ademais, logo abaixo da fotografia, de forma saudosista, o periódico traz uma breve história de vida do presidente deposto. Os destaques do periódico, nessa matéria, chamam a atenção. Apontado pelo JB como um dos maiores “malabaristas do panorama político argentino”, o jornal destaca suas grandes habilidades em permanecer no poder, frente a inúmeras crises durante seu governo.

Na sua história, é ressaltado o momento em que foi preso no governo “do ditador Pedro Eugenio Aramburu e, mais tarde, durante a presidência de Juan Perón”³⁴ (sic.). Interessante notar a diferença aplicada ao tratamento de Aramburu e Perón, o primeiro como ditador militar e o segundo como presidente. Uma diferença a princípio sutil, mas que exemplifica o posicionamento do jornal perante os presidentes eleitos pelo voto do “povo” (mesmo que militares, pois Perón chegara a Tenente-General) e dos presidentes empossados por golpes militares.

Durante todos esses momentos, o JB não apresenta aprovação ao peronismo, o que está em questão é a defesa da legalidade e da democracia. Em uma matéria sobre o exílio de Perón na Espanha, o periódico destaca que a preocupação do mesmo está na posse dos peronistas eleitos em 18 de março de 1962, “de acordo com as leis do país”.

As noções de força e ilegalidade impressas na efetivação do golpe argentino são reafirmadas em matérias sobre o reconhecimento ou não reconhecimento do novo governo na Argentina por outros países na América Latina. Ao tratar do reconhecimento venezuelano, o JB destaca que “o governo venezuelano não reconhecerá um governo

³³ Jornal do Brasil. 30 de março de 1962.

³⁴ Jornal do Brasil. 30 de março de 1962.

imposto pela força” e, mais, que o Governo de Haedo, no Uruguai, se solidariza, juntamente com a Frente Internacional dos Direitos Humanos, com o governo constituído legalmente em eleições democráticas, ou seja, com o presidente deposto Arturo Frondizi.

A matéria destaca trechos de um telegrama de Haedo a Frondizi, no qual aquele aponta o caráter da saída do presidente como “uma hora de dura prova para as instituições e a democracia da República Argentina”.³⁵

Na mesma página, com ampla dedicação ao tema do golpe na Argentina, uma nota, a partir de uma matéria do *Le Monde*, em Paris, destaca que, em longo editorial sobre a situação na Argentina, o “influente *Le Monde* diz que o golpe militar que depôs o presidente Frondizi constitui um novo fracasso para a diplomacia norteamericana, que queria ver aquele país como padrão de democracia na América do sul”. Na continuação, o editorial do *Le Monde* questiona:

Kennedy dificilmente poderá explicar como uma ditadura militar, ultraconservadora e sem apoio popular, será capaz de conduzir a bom termo, com ajuda econômica norteamericana, as medidas previstas na carta de Punta del Este.³⁶

A utilização do editorial do *Le Monde* assume um papel de confirmação da resistência do próprio JB quanto ao processo anticonstitucional e antidemocrático na Argentina, a falta de apoio popular ao novo governo apontada pelo *Le Monde* é, ainda que de forma implícita, compartilhada pelo periódico brasileiro, afinal a democracia está no apoio e no voto do “povo”.

Na publicação das declarações do Ministro do Exterior San Tiago Dantas e do Primeiro Ministro Tancredo Neves são destacadas enfaticamente a solidariedade do Brasil para com o povo argentino, em prol da “preservação das liberdades públicas e pela integridade da democracia representativa”. Nas palavras de Tancredo Neves, ressaltadas pelo JB, devemos “consolidar e aprimorar, em ambas as nações, as instituições democráticas”.³⁷

Os elementos associados às instituições democráticas são reafirmados no desenrolar das matérias durante toda a semana da preparação para o golpe até os dias posteriores. Como apontado anteriormente, a partir da deposição de Frondizi, as matérias são mais incisivas, mas, mesmo antes, fica evidente o descontentamento do periódico com as ações dos militares na pressão contra o governo constitucional de Frondizi e, no geral, no decorrer da situação política na Argentina, o periódico apresentará algumas tendências, indicando que o modelo de democracia, nesse momento, é o brasileiro.

Na página 6 do JB, dividida basicamente em dois tópicos: “coisas da política” e “comentários econômicos”, as notícias destacadas em páginas anteriores (com um teor mais informativo) ganhavam corpo opinativo. No geral, as colunas não eram assinadas, mas em alguns casos aparece o nome de Ferreira Gullar. De acordo com Ana Paula Goulart

35 *Jornal do Brasil*. 30 de março de 1962.

36 *Jornal do Brasil*. 30 de março de 1962.

37 *Jornal do Brasil*. 30 de março de 1962.

Ribeiro, nos anos 60 o colonismo ganhou importante impulso no JB e, entre os principais colonistas, estava Carlos Castelo Branco na política.³⁸ O que nos leva a inferir que, em grande maioria, as colunas sobre política, mantidas no anonimato, tinham como autor o editor do periódico ou, nesse caso específico, o jornalista Castelo Branco.

As colunas da página 6 eram amplamente opinativas, em uma das matérias publicadas após a saída de Frondizi. Sob o título “Confirmação”, observa:

É preciso que todos saibam que, a partir dos Acordos de Uruguiana, a diplomacia brasileira tem-se recusado a admitir a tese de que um enfraquecimento temporário da posição Argentina fortalece o Brasil – e vice-versa. (...) O governo brasileiro quer, mais uma vez, manifestar o seu apego aos princípios da não-intervenção e da autodeterminação. O Brasil reafirma o seu apoio à autodeterminação do povo argentino, violada pela minoria oligárquico-militar. (...) essa atitude já define a posição brasileira no caso da instauração de uma junta militar ou de um governo pseudoconstitucional na Argentina. Reconher com rapidez um tal regime seria atentar contra a autodeterminação do povo argentino, especialmente após as eleições de 18 de março, em que os peronistas, os frondizistas e os radicais do povo foram votados, mas em que os políticos que se aliaram aos militares foram repudiados pelos eleitores.³⁹

Preservando os princípios de não-intervenção e da autodeterminação, predeterminados nos Acordos de Uruguiana, a coluna esclarece que, caso o Brasil reconheça o novo governo, será a contragosto. O vocabulário incisivo defende que, após as eleições de março de 1962, com o voto do povo e sua escolha pelos candidatos peronistas e frondizistas, reconhecer rapidamente um regime seria atentar contra a autodeterminação do povo argentino. Apontando o Brasil como exemplo de modelo político e econômico, a coluna destaca:

O Brasil cresce a seu modo, resolve as suas crises, sente um orgulho nacional cada vez mais intenso. Preserva a democracia, prega a paz e interpreta, também ao seu jeito, a Aliança para o Progresso. (...) Hoje, diante do que ocorre na Argentina, o Brasil percebe, não sem certo espanto, que a História lhe deu razão muito mais rapidamente do que se pensava.

Neste momento, a questão da política econômica norte-americana em relação ao programa de assistência econômica à América Latina, a denominada Aliança para o Progresso, apresentava para JB uma clara preferência por investimentos na Argentina, especialmente porque a execução da Aliança para o Progresso deveria começar pelo país vizinho.

Embora o periódico destacasse que o Brasil não pretendia se beneficiar dos acontecimentos da *nação irmã*, o JB ressaltava que o que a *História* confirmava era um fracasso na experiência Argentina.

A experiência de Frondizi malogrou. De nada adiantou seguir a ortodoxia do Fundo Monetário, atender a todas e quaisquer reivindicações dos

38 RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. Op. Cit. Pág. 242.

39 Jornal do Brasil. 30 de março de 1962.

investidores, resignar-se a uma política externa enquadrada. A experiência brasileira, porém, está de pé. A experiência cumulativa dos Presidentes Vargas, Kubitschek, Quadros e Goulart.

Contudo, o programa assistencialista dos Estados Unidos apresentava um direcionamento enganoso e, além disso, essa questão de impulsionamento econômico através da Aliança para o Progresso vai perdendo espaço no JB. De acordo com Carlos Eduardo Vidigal:

A Aliança para o Progresso era mais uma declaração de princípios do que uma convenção internacional. Não apresentava obrigações precisas, não indicava o montante de fundos a serem eventualmente aplicados e revelava grande preocupação com a assistência social, pois os problemas sociais não eram visto como consequência do subdesenvolvimento.

De qualquer forma, é através dos preceitos da Aliança para o Progresso, como o desenvolvimento social e econômico da região como condição para o fortalecimento e preservação das instituições “livres e democráticas”, que o periódico aponta o golpe na Argentina como o fim de tais expectativas. Para o JB, o movimento golpista iria contrariar o modelo de instituições democráticas, pregado em Punta del Este, e o Brasil, com seus exemplos de governos e crescimento econômico, na prática, seria o modelo, na representação do periódico, da verdadeira democracia. Ao mesmo tempo, o jornal defendia certo nacionalismo econômico (caso brasileiro), frente a uma perspectiva mais submissa aos ditames liberalizantes do FMI e do governo norteamericano (caso argentino).

Assim sendo, o direcionamento que o periódico dá ao conceito de democracia também envolve a capacidade do crescimento econômico proporcionado pelo governo constitucional. Não é mais somente o “voto do povo” o elemento central para a prática da democracia, mas, também, melhores condições econômicas e sociais.

Nesse momento, o Brasil é para o JB o modelo de democracia frente às ambições norteamericanas na América Latina. Mesmo que a Aliança para o Progresso não tivesse o alcance proposto nos acordos de Punta del Este e que representasse mais uma declaração de princípios do que realmente um modelo de ajuda aos países no continente, foi utilizada pelo JB para fazer frente à pretendida superioridade Argentina na América Latina.

Nas representações do periódico, o modelo argentino foi falho. O golpe mostrou a fragilidade das bases democráticas do país vizinho, condição *sine qua non* para o crescimento econômico do continente. Entretanto, a questão econômica não era o foco; novamente, em uma crônica política, o descontentamento com a derrubada de Frondizi é fundo de críticas em relação à atuação dos militares na Argentina, que acabam se estendendo ao restante da América Latina.

Na crônica “Rumo Certo”, Ferreira Gullar é bem mais incisivo nas considerações sobre os militares. Diante da deposição do presidente Frondizi, Gullar destacava: “os pronunciamentos militares são mesmo um hábito arraigado nesta agitada América Latina,

embora os otimistas anunciem de vez em quando que essa época passou”.⁴⁰

A princípio, de acordo com Gullar, sua crônica iria focar-se no cinema brasileiro, mas, ao se deparar com a situação da deposição de Frondizi, sente a necessidade de mudar o direcionamento. Com uma referência irônica em relação aos militares argentinos, tratando-os como *gorilas*, observa: “Agora vejam vocês: ia falar dos Cafajestes (o filme) e vejo-me às voltas com os gorilas (*sic.*)”.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, o termo *gorila* foi utilizado originalmente em 1955, como identificação para os militares anti-peronistas, na Argentina. Em 1962, o termo também foi usado para identificar os militares que se organizaram no golpe para deposição do presidente Frondizi. Em uma referência ao contexto golpista no governo João Goulart, em 1964, Motta destaca que devido às aproximações do contexto político vivenciado no Brasil e na Argentina, a utilização do termo ultrapassa as fronteiras argentinas. Referindo-se a uma charge de Augusto Bandeira publicada no Correio da Manhã, em 22.09.62, aponta:

É provável que essa figura (figura 11. Pág. 41) caricatural tenha sido importada da vizinha Argentina, que em março de 1962 viu um golpe militar derrubar o presidente Arturo Frondizi. Os militares responsáveis pela ação golpista começaram a ser chamados de gorilas, e o termo parece ter imediatamente entrado em uso no Brasil. Augusto Bandeira pode ter inaugurado o tema em nosso país, ao publicar uma caricatura que interpreta o golpe na Argentina.⁴¹

De fato, o que podemos corroborar a partir da crônica de Ferreira Gullar é que o termo “gorila” entrou em uso rapidamente no Brasil. Em finais de março de 1962, os escritores do JB já faziam uso da expressão quando se referiam aos militares argentinos.

Em 1964, com o golpe civil-militar no Brasil, o termo ganhará maior expressão e será, muitas vezes, utilizado para representar os militares brasileiros. Em uma matéria do Jornal do Brasil, em 01.04.1964, com referência à invasão dos militares, no JB, abaixo da fotografia de militares na porta do jornal, aparece ““Gorilas” invadem o JB”.⁴² As aspas colocadas pelo próprio periódico aludem à apropriação do termo para referenciar-se à situação brasileira.

Retomando a crônica de Gullar, o autor continua sua representação sobre a tomada de poder pelos militares, na Argentina, comparando-os, durante todo o tempo, com os cineastas. O recurso é utilizado principalmente para ressaltar o profissionalismo daqueles em relação ao antiprofissionalismo destes. De acordo com Ferreira Gullar,

os cineastas sabem do seu papel, têm mais consciência de sua situação no mundo, mas os militares pensam, erradamente, que a sua função é dirigir os destinos do País. São maus profissionais.

40 Jornal do Brasil. 30 de março de 1962.

41 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Págs. 41-42.

42 A afirmativa diz respeito a presença de militares na porta de entrada da sede do periódico no Rio de Janeiro. Como sabemos o Jornal do Brasil apoiou o golpe de 1964, entretanto, logo após as primeiras ações militares no poder, parte da imprensa, inclusive os jornais que se mostraram favoráveis ao golpe começaram a sentir as restrições do governo sobre a imprensa. (bilhetinhos, censores no jornal, prisões de jornalistas)

As ações e medidas dos militares apresentadas são questionadas enquanto medidas salvadoras. Para Gullar, medidas salvadoras que pretendem defender a democracia não anulam eleições e não depõem presidentes. Destarte, o cronista fazia referência ao impedimento de posse dos peronistas eleitos em março de 1962 e à consequente deposição do presidente Arturo Frondizi, devido à crise iniciada com a eleição e à provável posse dos peronistas nas províncias argentinas.

Em sua conclusão, Gullar ainda ressalta que frequentemente temos assistido a esse abuso de força dos militares contra o poder desarmado na Argentina, mas que além de tal ato ser “*uma burrice*”, “o exemplo é mau, e não deve ser imitado”.

Há na crônica de Ferreira Gullar uma clara divisão entre o poder civil e o poder militar. Na visão do cronista, a democracia resguardada e representada pelo poder civil não deve ser orientada pelos militares. Além disso, afirma que a vontade do povo é suprema e que, enquanto os governantes, militares ou não, “não se convencerem de uma vez por todas que o povo, como soma de opiniões, é sempre capaz de dar ao país o rumo certo” as crises continuarão.

Confirmando e mantendo-se na preservação da vontade popular como manutenção da democracia, o JB publica uma carta de Arturo Frondizi, a qual classifica como um *testamento político*, em que o presidente afirma uma guerra social na Argentina, já que as minorias⁴³ resolveram sobrepor-se à vontade popular.

Em todos os trechos da carta, destacados pelo JB, a resistência de Frondizi é apontada como uma defesa pela nação, pelo povo. No decorrer da carta, a insatisfação do presidente quanto às intervenções militares aponta que a legalidade foi rompida. Em algumas passagens, Frondizi ressalta que a intervenção nas províncias em que foram eleitos os peronistas “constitui símbolo de contradição para os que defendem a democracia, já que com as intervenções, as reduzidas minorias se arrogam o direito de tutelar o povo”.⁴⁴

Devido a toda negação da legalidade em torno da operação das Forças Armadas na retirada de Frondizi do poder e na recusa por parte das mesmas da ascensão do peronismo, nas eleições, o reconhecimento do novo governo passa a ser um assunto central no periódico. Os países latinoamericanos, assim como Estados Unidos, se veem perante um novo governo, que ascendeu ao poder sem a aprovação do povo, contrariando os preceitos democráticos concordados no encontro de Punta del Este, e, principalmente, no Acordo de Uruguiana.⁴⁵

A noção ilegalidade da movimentação militar e da posse de José Maria Guido é apresentada pelo JB em vários países do continente. Nas matérias do dia 31 de março,

43 As minorias apontadas por Frondizi fazem referência aos militares.

44 Jornal do Brasil, 31 de março de 1962. Trechos da carta de Arturo Frondizi entregue ao Senador Alfredo Garcia, presidente do Partido Radical Intransigente, em caso de “sua morte ou prisão”.

45 Os Acordos de Uruguiana, anterior ao encontro em Punta del Este, marcam a iniciativa brasileira e argentina de integração. Efetivada na aproximação bilateral entre os governos de Janio Quadros e Arturo Frondizi, em abril de 1961. VIDIGAL. Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: A construção do Entendimento (1962-1986)*. Dissertação de mestrado apresentada a Pós-graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

as representações do periódico giram em torno da negação das Américas em relação à situação política na Argentina. Para o periódico, os “autores do golpe” devem se sentir isolados. Em uma nota sobre o *Daily Mail*, periódico europeu, o JB ressalta que, de acordo com o jornal, a “América do Sul estaria perdida, exceto pelas admiráveis realizações como a construção de Brasília”.

O Brasil passa ser o referencial da democracia e de crescimento econômico. Toda a movimentação na *nação irmã* é vista como um triste processo, uma vergonha, contra a preservação da democracia argentina, principalmente quando as Forças Armadas dão a crise política como encerrada. Para o JB, essa atitude comprova que o novo governo cedeu às pressões militares, submetendo-se, assim, às suas imposições e atendendo a repressão aos movimentos peronista e comunista no país.

O momento da deposição do presidente Frondizi, em 1962, também envolve um contexto maior na América Latina: a efetivação de sequentes golpes militares, geralmente, explicados pelos efeitos da Revolução Cubana e sua aproximação com o regime soviético e, com isso, a possibilidade de um *efeito dominó* no restante da América Latina. Ainda que o comunismo não fosse, em nenhum momento, modelo de governo no JB, a ascensão dos militares com medidas salvacionistas, nesse momento, também não eram. Até esse momento, as representações no JB repreendem as atitudes militares, consideradas como um malogro da democracia, sendo o exemplo maior a crise na Argentina.

A movimentação militar em torno da legalidade, na Argentina, perdia seu conteúdo legal e democrático à medida que anulava eleições e depunha o presidente eleito constitucionalmente, como já vinha sendo apontado desde o início da crise. Em março de 1962, o Brasil ainda era, em relação ao contexto vivenciado pela Argentina, o exemplo democrático e econômico para a América Latina.

O discurso jornalístico, permeado por representações do social, do político e do econômico, ao expor o direcionamento da situação política na Argentina, preocupava-se para que o modelo não fosse reproduzido no Brasil e destacava a proeminência democrática dos governos brasileiros. Ao menos nesse momento, a conhecida realidade brasileira era o modelo a ser seguido, enquanto a democracia argentina era desgastada pelos novos tutores do poder, os militares. Condição muito próxima da situação brasileira após 1964.

CAPÍTULO 4: O GOLPE DE 1966 NA ARGENTINA NO ÚLTIMA HORA E NO JORNAL DO BRASIL

1 | AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O GOLPE DE 1966 NO UH

Assim como no Jornal do Brasil, no jornal Última Hora a frequência de notícias sobre a Argentina era constante, principalmente em importantes momentos da política no país vizinho. No final da década de sessenta, o processo de modernização da imprensa brasileira já estava popularizado nos jornais da grande imprensa brasileira, as transformações na diagramação, a facilitação na orientação do leitor e a distribuição e organização das colunas e das seções especializadas já possuíam paginação específica.

No caso do jornal Última Hora, o colunismo¹ e a divisão de seções ganharam substancial espaço desde sua fundação na década anterior, inserido no discurso da modernização da imprensa, sem que abdicasse do caráter opinativo em suas matérias.²

No Última Hora, não seria exagero apontar que basicamente todo o editorial estava organizado nas manchetes da primeira página e nas colunas e seções especializadas das páginas posteriores, com exceção de alguns momentos da história política no Brasil em que as manchetes de primeira página poderiam chamar muito a atenção.

Nos levantamentos sobre o golpe de 1966 na Argentina e suas repercussões no Última Hora, mais de 33% da temática foi abordada em colunas e outros 26% foram abordados em seções especializadas, em ambos os casos, com conteúdo predominantemente de caráter opinativo. Sendo que as matérias de caráter informativo (artigos) se resumiam a apenas 6% do noticiário, ficando o restante distribuído em manchetes, charges e pequenas notas na primeira página.³

Embora durante os anos sessenta algumas colunas sofressem graduais transformações, como mudanças de paginação, por exemplo, os discursos contundentes, marcados pela utilização de superlativos, auxiliavam na construção das representações sobre algum fato ou momento, principalmente ao exporem seus posicionamentos sobre determinados assuntos.

Importantes redatores compunham o editorial do UH, em 1966, assinando algumas das principais colunas e seções do periódico, como Miguel Neiva, Danton Jobim e Aguinaldo Silva. Com abordagens opinativas, tanto as colunas, como as seções especializadas e alguns boxes, assim como as principais publicações do periódico sobre assuntos internacionais foram, em grande medida, centralizados na página 6, principalmente as de

1 Como dito anteriormente, havia uma coluna para praticamente todos os assuntos abordados pelo periódico como UH zero hora, UH política e economia, UH jornal do mundo, Hora H, Opinião de UH etc.

2 FERREIRA. Marieta de Moraes. *A reforma do Jornal do Brasil*. In: *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Alzira Alves de Abreu (org.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 151; RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. Págs. 39 e 40.

3 30 matérias analisadas sobre o assunto distribuíam-se em: 10 colunas de opinião; 8 em seções especializadas; 6 manchetes; 2 artigos; 2 boxes e 2 charges.

caráter opinativo. Em 1966, as colunas e as seções sobre o golpe na Argentina, nessa página, corresponderam a mais de 40% dos noticiários, isso porque, das trinta matérias analisadas sobre o tema, quatorze estavam na página 6.

É possível notar as substanciais diferenças na elaboração dos discursos no Última Hora e no Jornal do Brasil, embora no JB a opinião nas colunas, seções e boxes não fosse abdicada, os discursos carregavam um tom mais ponderado, sem muitas polêmicas. No Última Hora os discursos claramente polemizadores estavam presentes tanto nas colunas como nas seções opinativas.

Com o golpe de 1966 na Argentina, o Última Hora, muitas vezes, tece comparações diretas entre Brasil e Argentina, sem eufemismos, jogos de palavras ou questões subentendidas, embora a grande imprensa viesse sentindo as restrições impostas ao livre exercício opinativo e de crítica ao governo.

Nas movimentações para o golpe contra o presidente Arturo Illia, em 15 de junho de 1966, o periódico publica uma matéria aproximando a realidade na Argentina à política implementada no Brasil. Sob o título “Medidas de Força também na Argentina”.⁴ No opinativo da página 6, o “plano de ação” proposto pelos militares para ser aplicado contra as atividades comunistas e subversivas foi enfatizado. Arturo Illia⁵ ainda estava no poder, mas a fragilidade do governo diante de uma possível ação comunista deveria – segundo os militares – ser contida.

Além disso, a seção apontava a difícil situação da imprensa, já que os jornais que viessem a anunciar um possível golpe poderiam ser acusados de cúmplices de um movimento subversivo, sendo punidos por isso. Embora os grupos subversivos não apareçam claramente definidos, as greves e os conflitos sociais foram as principais justificativas dos militares para a implementação de tal plano.

Diante da situação política na Argentina, o noticiário destacava que as concessões feitas por Arturo Illia aos militares foram desencadeadas pelas pressões que os mesmos vinham fazendo ao seu governo, tanto no plano internacional, a favor do anticomunismo, quanto no nacional, contra as movimentações estudantis e grevistas em Tucumã.⁶

No Brasil, em 1964, as pressões militares sobre o governo João Goulart também foram baseadas em um discurso anticomunista, ou seja, durante todo o movimento civil-militar, o governo de João Goulart foi associado diretamente a uma aproximação comunista ou à sua fragilidade diante de uma possível infiltração. Como aponta Rodrigo Patto Sá Motta, a produção caricatural, por exemplo, foi fundamental para alimentar o medo e a insegurança em relação ao governo de João Goulart, como destaca o próprio autor: “O fato de terem atacado o governo Goulart não implica, automaticamente, apoio ao golpe e,

4 Embora não haja uma referência direta ao golpe militar no Brasil, o jornal já tornava explícitas as semelhanças que, de início, percebia entre os movimentos em ambos os países.

5 Arturo Umberto Illia Francesconi, médico, integrante da UCRP (Unión Cívica Radical del Pueblo) foi eleito em outubro de 1963 e permaneceu no poder até junho de 1966, sendo retirado do poder pelo golpe militar.

6 As manifestações grevistas na província açucareira de Tucumã, principalmente diante da decadência econômica, intensificou os apontamentos de Illia como incapaz de resolver os problemas econômicos do país.

menos ainda, ao regime militar subsequente. No entanto, quaisquer que tenham sido as intenções dos artistas, suas críticas ajudaram a enfraquecer o governo”.⁷

A partir do golpe na Argentina, em 28 de junho, as matérias passam a ser ainda mais incisivas. Em 29 de junho, na manchete “Chega de Ditadura Militar”, o UH ressalta sua reprovação em relação às “armas apontadas contra a democracia”. Na manchete do noticiário, o descontentamento com o golpe surgia quando o mesmo era desqualificado como um processo em prol da democracia, que, na perspectiva do periódico, se opunha à manutenção da legalidade no país, contrariando o discurso militar. Aproximando a ocasião ainda mais do momento golpista no Brasil, o noticiário destacava, ironicamente: “afirma-se que serão nomeados dois vice-presidentes provisórios – perfazendo-se, assim, o clássico trio após pronunciamentos militares na América Latina”.⁸

Na coluna de Miguel Neiva, na página 4, a abordagem em tom irônico e com um discurso polemizando o golpe, intensificava as representações construídas sobre o evento na Argentina. Intitulada “América Latina”, a coluna tratava com ironia alguns posicionamentos diante do golpe no país vizinho: “Não houve, evidentemente, golpe militar. Houve uma revolução redentora, destinada a frear um governo incapaz de frear a infiltração comuno-petebista, digo, comuno-peronista”.⁹

Nesse ponto, a proposital confusão que o colunista faz entre o processo golpista nos dois países destacava as semelhanças, intencionalmente pretendidas, apontadas pela matéria. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) era a legenda pela qual João Goulart fora eleito para a presidência, em 1961, até ser deposto, em 1964, pelo golpe, e é aproximada ao peronismo no trecho acima, com o que a própria história política brasileira desde 1945 (ano de fundação do PTB e de chegada de Perón ao poder por meio do voto pela primeira vez) era comparada com a história política argentina.

Ainda na coluna, Miguel Neiva continuava traçando as semelhanças entre os golpes no Brasil e na Argentina, à medida que iniciava um levantamento de hipóteses sobre os acontecimentos subsequentes. Fazendo referência a um possível documento publicado pelo governo argentino, o colunista afirmava: “em breve sairá possivelmente um documento intitulado ‘Ato institucional número 1’”. Ao discorrer sobre o possível conteúdo a constar no documento, a referência ao Ato Institucional número 1, implementado no Brasil em 1964, foi central. Nesse sentido, o colunista chamava a atenção para o possível Ato a ser promulgado na Argentina:

Dirá, mais ou menos, em seu preâmbulo: ‘é indispensável fixar o conceito de movimento civil e militar que acaba de abrir à Argentina uma nova perspectiva sobre seu futuro. O que houve e continuará a haver, neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública

7 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Págs.12-13.

8 Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

9 Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

nacional, é uma autêntica revolução”.¹⁰

Fazendo referência direta ao parágrafo inicial do Ato Institucional número 1, promulgado após o golpe de 1964 - que destinado à nação, tinha como objetivo defender o caráter civil militar do movimento e o imbuía de um significado teleológico, como um direcionador da nação ao futuro-¹¹ Miguel Neiva destacava que tais elementos se tornaram comuns na América Latina, e que não era de se estranhar se o movimento golpista na Argentina seguisse os mesmos direcionamentos, já que, para o colonista, os discursos criavam os padrões e forneciam “às revoluções” fundamentação constitucional.

Concluindo as semelhanças entre o regime militar no Brasil e na Argentina, Neiva ressaltava que os militares argentinos não precisariam reunir juristas e *amigos* para a elaboração do Ato, bastava somente que traduzissem os textos brasileiros. Dessa forma, a tradução, em síntese, seria a continuidade e a similitude das ações dos militares, no Brasil, que, de uma forma ou de outra, estariam imbuídas do mesmo sentido.

Na mesma seção, Danton Jobim intensificava ainda mais a crítica à movimentação golpista na Argentina. Fazendo uma associação direta do golpe a atos despóticos, sob o título “Mais um golpe”, o jornalista apontava a recusa da opinião pública quanto ao golpe na Argentina. O sentido que opinião pública adquire na coluna se contrapõe ao que o colonista destaca como a ação de “um pequeno grupo”, os militares: “Golpe seco e brutal determinado pela sede de mando despótico de um pequeno grupo de chefes militares”.¹²

Utilizando uma comparação em âmbito continental, Jobim apontava que alguns países da América condenavam oficialmente o golpe, enquanto o Brasil “estava analisando os acontecimentos”, que, por sinal, “apresentam, incômodas analogias com o processo que nos conduziu ao caos institucional em que nos encontramos”.¹³

Desenvolvida na Coluna *Opinião de UH*, a matéria se destaca pelos posicionamentos irônicos do autor, principalmente nas proximidades ideológicas entre os países, apontadas por ele. No geral, a coluna *Opinião de UH* era um espaço direcionado à discussão de assuntos da política nacional e internacional, utilizando elementos argumentativos e opinativos. Nessa abordagem, Jobim busca evidenciar as semelhanças entre os dois golpes, utilizando, inclusive, a comparação direta da situação política que se desenhava na Argentina e da situação política vivenciada pelos brasileiros, desde 1964, o que nas matérias do UH não era novidade.

Jobim continuava a matéria enfatizando que as ações militares foram pretextos para a implementação “pura e simples de uma ditadura, sem legitimidade”. Destacava, ainda,

10 Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

11 Ver Ato Institucional número 1. Na introdução do Ato nº1, a referência à legalidade do movimento e seu conteúdo salvacionista da nação estavam presentes na justificativa do movimento “revolucionário”. “A NAÇÃO: É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução (...)”. Publicado no Grupo de Estudos sobre Ditadura Militar da UERJ. <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/10.pdf> acessado em 12 de julho de 2013.

12 Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

13 Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

que o presidente nomeado pela junta militar era linha dura e deu provas do seu desprezo pelos poderes legítimos ao tentar estabelecer, há tempos, vínculos diretos, de Exército a Exército, entre Argentina e Brasil.

O colunista se referia à criação de um novo conceito de soberania criado entre Onganía¹⁴ e Castelo Branco, nos anos de 1960. Devido ao contexto de Guerra Fria, ambos os países modificaram sua política externa. Como aponta Moniz Bandeira, Brasil e Argentina fixaram um novo conceito de soberania, no qual, a partir da denominada fronteira ideológica, os regimes liderados pelo General Juan Carlos Onganía e pelo General Humberto de Alencar Castelo Branco se defendiam do “inimigo vermelho”.¹⁵

Partindo da crítica ao direcionamento da política internacional de ambos os países, Jobim ressaltava a ilegitimidade das ações militares, já que os laços consolidados entre os exércitos brasileiro e argentino desconsideravam os poderes legítimos, com a criação da fronteira ideológica.

A materialização do golpe com a ascensão dos militares desencadeou várias seções sobre o tema na página 6. Em todas as seções abordadas, o caráter opinativo e os elementos comparativos com o golpe brasileiro permaneceram, os títulos das seções já demonstravam tal posicionamento, como: “Américas condenam golpe na Argentina”; “Le Monde”: Igual ao Brasil; “Onganía- o homem do golpe- achou apoio no Brasil”; “Desfecho Normal”.¹⁶

Um dia após o golpe na Argentina, vários países se posicionavam sobre o evento. Na seção “Américas condenam golpe na Argentina” foram elencados os países no continente americano que se posicionaram sobre a ascensão dos militares, naquele momento, na Argentina. Fazendo referência a Juan Carlos Onganía como o “homem- forte”, a matéria se referia à oposição do continente ao novo governo militar argentino. Nesse sentido, a interrupção do governo de um presidente eleito pelo povo era considerada como um rompimento da condição democrática.

O periódico enfatizava que até mesmo em jornais do exterior as comparações entre os golpes brasileiro e argentino eram frequentes. Na seção “Le Monde: Igual ao Brasil”, a ênfase se direcionava para tal afirmação. Na matéria, o jornal destacava que o vespertino comparava o golpe de Estado em ambos os países, destacando o título dado pelo Le Monde: “*A la Brasileira*”, ressaltando que esse episódio integrava a longa história de intervenções militares no Rio da Prata.

Avançando na crítica sobre o posicionamento e a ação norteamericana diante da situação instável na América Latina, questionava que a presença de uma equipe controlada por militares era uma aspiração dos EUA, já que, afirmando ironicamente, para os Estados

14 Juan Carlos Onganía, General argentino que, em 1966, após o Golpe de Estado foi nomeado pelos generais como presidente da Argentina e governou o país até 1970.

15 Ver: MONIZ BANDEIRA, L. A. O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987.

16 Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

Unidos: “antes um anticomunismo provado, do que um governo democrático que respeita o jogo das instituições”.¹⁷ Acirrando ainda mais a contrariedade em relação ao golpe e apontando as semelhanças entre a situação brasileira e argentina, o periódico ressaltava que a experiência brasileira dos dois últimos anos havia mostrado que “a ordem sem progresso não era suficiente e era muita presunção pretender restaurar a democracia quando se começava a estrangular suas manifestações”.

Na perspectiva do jornalista, o golpe rompia com a noção de democracia, começando com a descrença em tais sucessores do poder, pois, “assim como os vencedores do governo Goulart, não conseguiram realizar um verdadeiro reajuste na ordem e na economia do Brasil [...] podemos calcular que uma desgraça idêntica ameaça os militares argentinos”. Dessa forma, dadas as semelhanças entre os processos, na mesma situação estariam os vencedores de Perón, em 1955: “Como se livrar deste problema irritante: como destruir o mito de Perón e como opor-se à insistência desta corrente peronista que representa a hostilidade decidida da maioria dos trabalhadores contra um governo conservador.”¹⁸

A apontada falência do governo de Illia e a possível ameaça de vitória peronista nas eleições na Argentina são destacadas por Emilio Dellasoppa como os principais receios dos militares, o que usavam como justificativas para a crise argentina.¹⁹ Em uma das seções do UH, foram destacadas as causas definidoras da situação de crise: infiltração comunista, peronismo, caos na Província de Tucumã, além da situação da economia. Entretanto, o potencial avanço dos peronistas, nas eleições futuras de março de 1967 e, posteriormente, na eleição presidencial de 1969, foi apontado como o principal elemento da crise.

Na continuidade das seções, um tópico específico discute as características antiperonistas e anticomunistas do general Onganía. Traçando um histórico sobre a história política argentina, desde a deposição do governo de Arturo Frondizi, em 1962. A matéria recordava que, na crise política de 1962, o homem forte Onganía se posicionou como “protetor” militar de Arturo Illia, empossado logo após a deposição de Frondizi.²⁰ Onganía impunha a condição do afastamento de qualquer peronista que pretendesse assumir o poder na Argentina para apoiar Illia, o que de fato aconteceu, na eleição, em 1963. Realizada sob a proscricção do partido peronista e sem a maioria dos votos, com a estratégia dos peronistas dos votos em branco, Illia acabou assumindo a presidência da

17 Carlos Fico trabalha especificamente a relação complexa dos EUA e o golpe na Argentina. De acordo com a “Doutrina Mann”, segundo a qual os EUA deixariam de questionar a natureza dos regimes que estavam recebendo sua assistência militar e econômica, desde que se mantivessem anticomunistas e mesmo que fosse autoritários ou ditatoriais, esperava-se que os EUA reconhecessem automaticamente o novo governo, o que não aconteceu protamente. FICO. Carlos. 1966: *reações no Brasil e nos EUA ao golpe de Onganía*. Artigo publicado no grupo de estudos sobre ditadura militar na UERJ. p. 8. Divulgado em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/textos/27.pdf> acessado em 25 de setembro de 2013. 18 Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

19 DELASSOPA. Emilio. *Ao inimigo, nem justiça: violência política na Argentina (1943-1983)*. São Paulo: Hucitec, 1998. Pág. 270. Ver também: ROMERO, Luiz Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. RJ: Jorge Zahar. Ed. 2006; BEIRER, Jose Luis Bendicho. *Breve história da Argentina*. São Paulo: Ática, 1996.

20 Com a deposição de Arturo Frondizi, em 1962, José Maria Guido, presidente do Senado, assumiu temporariamente a presidência da Argentina, enquanto os golpistas não se acertavam quanto à maneira de afastar Frondizi. Em 12 de outubro de 1963, Arturo Illia ascende ao posto de presidente do país.

República.

Em algumas matérias analisadas sobre a crise do ano de 1962, a eleição de candidatos peronistas em algumas províncias, em março do mesmo ano, foi o motivo da dita necessidade de intervenção militar e da crise do governo de Arturo Frondizi. Com o golpe de 1966, e a ascensão ao poder do General Onganía, as discussões sobre sua aversão ao peronismo e aos movimentos comunistas foram retomadas.

A viagem do General Onganía ao Brasil, Chile e Uruguai e sua proposta de consolidação de uma “frente unida” contra o comunismo foi central nas discussões do UH. O periódico chama a atenção que, para o Brasil, a formalização de uma organização para conter o avanço do comunismo pela América do Sul não causou nenhum estranhamento, já que, um ano antes, o exército havia deposto o presidente constitucional João Goulart, precisamente em nome da luta contra a subversão comunista.²¹

O General Onganía, desde 1962, se mostrava um dos líderes do movimento militar latinoamericano. A liderança de Onganía, principalmente teórica, não se resumia nas propostas de métodos antissubversivos da guerra psicológica, mas, também, era fundamentada em noções de uma “revolução democrática”, ou seja, uma revolução transformadora, ação de contenção do perigo comunista e, no caso argentino, também do peronismo.

De acordo com Dellasoppa, em uma de suas pesquisas no jornal *La Nación*, localizou uma matéria de 6 de setembro de 1966, na qual discutia-se a circulação de um documento referente ao significado do movimento revolucionário entre os militares. A “ditadura técnica provisória”, o projeto revolucionário, caracterizava-se por depositar uma importante dose de confiança na resolução do conflito social, principalmente porque o movimento pretendia impor-se como “instituição e norma de referência”, unificadora dos antagonismos políticos.²²

O discurso que envolveu a movimentação golpista no país imbuíu ao golpe um sentido de desfecho natural, frente a um momento de crise política, econômica e social, causada pela ineficiência e do imobilismo do governo constitucional, termos geralmente utilizados nos discursos militares. Nas seções do UH, na página 6, em 29 de junho, o título “Desfecho normal” corroborava a tentativa de veiculação, por parte dos militares brasileiros, de que o movimento golpista havia sido uma ação normal dos militares argentinos diante da crise na Argentina.

Na matéria ressaltava-se: “instruídos para não comentar o fato os meios militares deram a entender, ontem, que o desfecho da crise argentina foi normal, chegando alguns a classificar como excelente a indicação de Onganía”, já que o general é considerado “respeitadíssimo em seu país tanto pela sua integridade e como pelo seu destemor e atitudes públicas e anticomunistas”. Reproduzindo a declaração de Olímpio Mourão Filho, participante ativo do golpe de 1964, finalizava: “a queda de Illia já era esperada. Tais fatos

21 Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

22 DELASSOPA. Emílio. Op. Cit. Pág. 273.

deverão ocorrer em toda América Latina, sucessivamente, até a instalação de um regime estável”.²³

Embora o jornalista não dê seguimento à declaração de Mourão Filho é evidente a tentativa de associação entre os dois momentos vividos por Brasil e Argentina, o diálogo de perspectivas e orientações entre os dois regimes foi apontado no sentido que ambos imprimiam ao movimento golpista, tanto como ação de contenção subversiva, como norma de referência unificadora e inevitável diante da crise.

Em manchete do dia 30 de junho, a crítica ao movimento argentino será ainda mais contundente, sob o título “Uma ditadura sem disfarce” o *lead* destaca que “poderes ilimitados foram concedidos ao Tenente General Onganía” e que, além disso, o General assumia o poder sem previsão para a realização de eleições, portanto, ocupando a presidência por tempo indeterminado, segundo estabeleceu o “Estatuto Revolucionário” “imposto pelo movimento militar”. Novamente, a manchete da primeira página seria problematizada na página 6, entretanto, nesse editorial, uma charge de Jaguar, pseudônimo de Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe, e uma coluna de Danton Jobim, analisariam abertamente o golpe argentino em relação à situação política brasileira.

Na charge de Jaguar, no box *Jaguar e a América Latina*, o cartunista faz uma comparação direta entre o Brasil, em 1964, e a Argentina, em 1966, em um primeiro quadro destacava: “precisamos evitar que o Brasil se transforme numa Argentina”; e no segundo quadro: “precisamos evitar que a Argentina se transforme num Brasil!”.



Fig.1. Jaguar. Última Hora. 30 de junho de 1966.

Danton Jobim, em box, discutia o que seria um possível neomilitarismo. O que o jornalista colocava em pauta era a autonomia que os militares passaram a ganhar na política do continente americano. De acordo com Jobim, o golpe de 1966 não era exclusivamente um assunto argentino, pois afetava todo o hemisfério: “onde o poder militar goza de visível autonomia e não se deixa absorver pelo único poder legítimo nas autênticas democracias, que é o poder civil”. O que Jobim buscou ressaltar foi o caráter intervencionista dos militares, que, cada vez mais, passava a ser independente das forças políticas em conflito,

23 Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

constituindo-se, de acordo com o jornalista, em uma “grande aventura político-ideológica”.

Na perspectiva da crítica de Danton Jobim, o movimento militar chegava a ser associado a um Estado de “matriz totalitária”, embora o jornalista não desenvolvesse a temática, o que se destacava em sua abordagem era a injustificável ascensão dos militares ao poder, sobrepondo-se aos interesses populares, empresariais, e, até mesmo aos interesses políticos, já que não deveriam possuir o papel de tutores do poder. Em alguns momentos, Jobim sugeria que os militares argentinos poderiam ter vínculos diretos com o Pentágono. Para o jornalista, não causava estranhamento a influência norteamericana no processo, pois:

Não é difícil concluir que isso representa um reforço considerável à ambição dos chefes militares que desejam, até de boa fé “salvar” (aspas colocadas pelo jornalista) a nação, já que sua ocupação lógica não é mais defender-lhe as fronteiras. O inimigo está para eles, dentro das fronteiras. É preciso encontrá-lo e abatê-lo de qualquer modo.²⁴

A contrariedade em relação ao movimento golpista será reafirmada em uma seção opinativa, na qual o título já indicava “Ditadura na Argentina é ilimitada”. Fazendo referência ao “Estatuto da Revolução” (aspas colocadas pelo jornal), a matéria destacava que o golpe militar “concedia aos detentores do poder poderes ilimitados”, e mais, que o processo golpista no país vizinho, “não fazia qualquer referência à realização de eleições”. Ainda que não tenha sido abordado diretamente, o parâmetro de constitucionalidade estava presente na assertiva, já que, sendo realizadas eleições, um novo presidente constitucional seria eleito.

Ainda no mesmo editorial, um box, assinado por Aguinaldo Silva, indicava sugestões de leitura ao público, sob o título “Dê também seu golpe de Estado” o jornalista destaca: “já que o assunto está na moda (a Argentina também caiu) e, por isso, aí vai aos leitores do UH uma lista de livros de/e sobre golpes de Estado, conspirações etc.” Ao sugerir os livros, o jornalista fez um pequeno resumo de cada um, e em um enfatizou: “ABC do espião moderno...funcionando a base de pistola de cianureto e da ‘lavagem cerebral’, muito divertido e pouco sério”. Continuando, em tom irônico, afirmou: “francês de caráter bondiano”. E, em poucas linhas abaixo, indicava “História Militar no Brasil” de Nelson Werneck Sodré.

Nos levantamentos realizados no UH, durante o período do golpe de 1966, não foram localizados outros exemplos de sugestões de livros no Caderno de Atualidades; com isso, é possível inferir que não foi por acaso que tal sugestão tenha sido editada logo após o golpe no país vizinho, ainda que não estivesse na página opinativa.

No início do mês seguinte, com os pronunciamentos de alguns políticos brasileiros sobre o possível reconhecimento do governo militar na Argentina, as manchetes sobre o tema perderam espaço na primeira página do jornal, mas, por outro lado, colunas, charges

²⁴ Última Hora. 30 de junho de 1966.

e boxes no interior do UH não deixaram de discutir o tema.

Nos primeiros editoriais do mês de julho, a diagramação do noticiário foi modificada, matérias sobre a Argentina passaram a aparecer na página três, na coluna *Hora H*, mesma coluna das charges de Jaguar. Além disso, os assuntos sobre o golpe ganharam outras abordagens e outros espaços no periódico, como as charges de Jaguar e o box de horóscopo, no Caderno de Esportes e Cultura.

Na charge “Jaguar e o golpe na Argentina”, o cartunista faz uma comparação da semelhança entre os processos golpistas nos países. Representando dois personagens brasileiros lendo um jornal, o autor destacava: “-Para eles foi mais fácil. Foi só passar a limpo a nossa revolução”.²⁵ Jaguar faz uma menção direta ao golpe militar brasileiro; ao se referir a *ELES*, diz respeito aos militares argentinos e, ao se referir a “nossa revolução”, ao golpe militar no Brasil.

Jaguar e o Golpe na Argentina



Fig.2. Jaguar e o Golpe na Argentina. Última Hora. 1 de julho de 1966.

Na coluna *Opinião de UH*, a abordagem sobre o golpe na Argentina, discutia como o processo no país vizinho acabou sendo considerado - pelos militares - como um processo revolucionário. Com o título “Golpe e Revolução”, o texto inicia destacando que não foi surpresa chamar-se de “Revolução” a um golpe de Estado. Fazendo referência à caracterização que o “Estatuto da Revolução” aplicou aos líderes do processo, ressalta: “(...) de acordo com o documento que consubstanciou o golpe, a junta militar que tomou o poder é revolucionária”.

Não foi a primeira vez que o Estatuto da Revolução²⁶ foi contemplado nas matérias do UH; em tópicos anteriores, já havia sido citado, mas, nesse momento, foi elaborada uma linha explicativa e de proximidades entre o processo golpista no Brasil e na Argentina, destacando que ambos continham as mesmas orientações e diretrizes. Citando parte do Estatuto, no qual os militares se colocavam como representantes da nação, questiona: “Quem deu a esse governo nascido de um golpe de força, o direito de proclamar-se representante de todo o povo argentino?”.

²⁵ Jornal Última Hora. 1 de julho de 1966.

²⁶ O Estatuto da Revolução foi um documento alçado, ao mesmo nível jurídico da Constituição Nacional, pela junta militar argentina ao assumir o poder após o golpe contra o governo de Illia, em 1966, na Argentina.

Intensificando a oposição à ascensão militar, discutia que o papel atribuído pelos próprios militares como tutores do povo, formalizado pelo Estatuto, “ofendia a inteligência, o bom senso e o espírito democrático dos povos”. O Estatuto foi destacado como um jogo de palavras que, na prática, buscava impor uma tutela militar, subsidiada na ameaça de subversão e no papel revolucionário do qual os militares conferiam-se.

Na aproximação com a situação em evidência no Brasil, ressalta: “subversão: coisa que no Brasil já estamos acostumados”, não era uma novidade no histórico militar na América Latina. Além disso, questionando o golpe de força dado pelos militares na Argentina, aponta, ironicamente, que: “no Brasil a fundamentação do golpe foi feita com mais habilidade”. Entre as habilidades, destacava a mobilização da classe média, no momento, já decepcionada, mas, anteriormente, muito atuante; além de elaborar uma crítica sobre a agilidade e eficiência do Estatuto, já que, na acepção defendida, “era sinônimo de ditadura militar”.

Quanto ao box, com as previsões do horóscopo, a previsão não assinada, destacava a perseguição aos sábios em alguns locais no mundo: “enquanto são perseguidos os sábios em países árabes e sulamericanos (...) febre armamentista nos países subdesenvolvidos”. O levantamento desse box chama a atenção para a importância dada à situação política na América do Sul. É evidente que nem todos os leitores tivessem interesse nos noticiários internacionais e, talvez, menos ainda no box de previsões astrológicas, mas esta referência não é uma simplória e hipotética previsão sobre trabalho, amor, futuro etc., comuns em tais previsões, e sim um posicionamento direto e contemporâneo sobre a situação de perseguição política em algumas partes do mundo, como na América do Sul. Possivelmente, o que o autor da previsão pretendeu evidenciar foi a situação em que se encontravam os jornalistas, estudantes e acadêmicos, naquele momento histórico. A censura e a repressão aos meios de comunicação, principalmente a mídia impressa, e aos ditos subversivos, com certeza influenciaram o juízo de valor empregado na previsão.

Nesse caso, é compreensível que embora o UH tenha abordado claramente sua posição sobre os golpes em ambos os países, ao falar sobre perseguição era importante ter cautela, ainda que fosse em uma seção na qual, possivelmente, os censores não iriam observar tão atentamente.²⁷

Nos dias posteriores, algumas pequenas notas apareciam na primeira página, duas ou três linhas no máximo. Em uma pequena nota sobre o depoimento do Chanceler Juraci Magalhães, em relação ao golpe na Argentina, o jornal destaca: “Juraci: - Golpe é pela democracia”. E mais, ressalta que o chanceler justificou o “ato de força” dizendo:

27 O processo de institucionalização da censura, elaboração de leis, decretos, manuais etc. foi ao que tudo indica um processo lento. Beatriz Kushnir afirma que no Brasil após a ascensão dos militares ao poder a censura é sistematizada, ganhando aparato legal, do qual o Ato Institucional nº5 será um marco, mas não o único. Mesmo antes da normatização, do que a autora denomina máquina censória, ser implementada efetivamente, com o decreto 1.077/70, jornais já tinham sido invadidos e depredados logo após o movimento golpista. KUSHNIR. Beatriz. Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004. Pág. 119. KUSHNIR. Beatriz. Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004. Pág. 119.

“compreendemos por experiência própria que às vezes a adoção de medidas de exceção é a melhor maneira de preservar a democracia”. Abaixo da nota constava um indicativo de leitura: “Leia *Hora H* e telegramas”.

Na introdução da matéria na coluna *Hora H*, foram destacadas frases emblemáticas do Chanceler e, no geral, irônicas, principalmente quando dizia respeito às aproximações com a política nacional. Entre os principais elementos do discurso de Juraci Magalhães enfatizava-se: “a adoção de medidas excepcionais possuem causas comuns em nossa comunidade continental”; além disso, continuava o discurso do Chanceler: “como bons amigos, cumpriremos o dever de aguardar os acontecimentos”. Novamente, no Caderno de Esportes e Cultura, a previsão do horóscopo anuncia: “mais coesos militares árabes e sulamericanos, enquanto na Europa só cuidam da defesa de seus países”.

Uma matéria assinada por Miguel Neiva problematiza ainda mais o papel dos militares como tutores do governo a partir do discurso de Juraci Magalhães. Elaborando reflexões diretas sobre a situação brasileira, a matéria intitulada “Salvadores da democracia”, destacava que, nas palavras de Neiva: “talvez quase sem querer o Chanceler tenha revelado a filosofia do governo tutelar e paternalista que domina o Brasil”.²⁸

Explicitando o que entendia por paternalismo, explicava: “No governo do pai que enche o filho de pancada, por um pretexto qualquer, e depois afirma, de consciência tranquila: ‘menino, isto é para seu bem!’”. Entretanto, como destaca o próprio jornalista, “o menino” é um povo e dispensa qualquer tutela, por melhor intencionada que seja.

Refletindo sobre a conjuntura brasileira, afirma que a partir do Ato Institucional nº1, o regime militar no Brasil indeterminava sua duração, sem prazos e sem eleições marcadas, elementos que se repetiam na vizinha Argentina. Ainda sobre o discurso do Chanceler, ressaltava que, possivelmente, o mesmo talvez tenha esquecido o compromisso firmado na Declaração de Santiago, em que se recomendava “a observância do sistema democrático de governo, com base em eleições livres”. Finalizando, o jornalista questiona como pode haver exaltação da democracia pelos militares: “Fidelidade à democracia com exaltação do golpe militar, ou golpe militar para assegurar o desenvolvimento futuro da democracia... É muita desfaçatez! Que Deus salve a democracia desses seus ferozes salvadores”.

O distanciamento que o jornalista apontava entre a fundamentação e o discurso sobre o golpe, tanto na Argentina, quanto no Brasil, o que, de fato, representava nada tinha a ver com as noções do que se compreendia como democracia e legalidade, já que, ambas são representadas pelo voto popular. As eleições e o voto foram, na abordagem de Miguel Neiva, definidores do sentido empregado à democracia.

A repercussão das declarações do Chanceler Juraci Magalhães, principalmente sobre o possível reconhecimento do governo militar na Argentina, não se restringia à coluna de Neiva; na coluna *Opinião de UH*, as declarações foram consideradas “erro básico”, já que, “caso o Brasil reconhecesse o governo vizinho seria um dos primeiros no

28 Jornal Última Hora. 3 de julho de 1966.

continente, o que não deveria ser motivo de exaltação”. O pioneirismo no reconhecimento nada acrescentaria aos interesses brasileiros, “menos ainda no tocante às transações econômicas”. Na perspectiva da matéria, ambos os países deveriam estar preocupados com seus esquemas econômicos e, principalmente, em sua autonomia e independência: “E esse não é o caso nem do Brasil, nem da Argentina – o primeiro deixa em segundo plano os valores nacionais e o segundo, em face dos antecedentes com características muito semelhantes da equipe militar que empalmou o poder naquele país, também”.²⁹

A estrutura política similar entre os países novamente era destacada, entretanto, um elemento sutil surge na narrativa, a supnacionalidade³⁰ dos movimentos golpistas, que representaria o distanciamento entre nação e governo: “a filosofia da supnacionalidade adotada pelos atuais ocupantes do poder no Brasil e na Argentina não são *os deles* (povo da nação)”, era, nesse sentido, que se colocava o erro político, povo e governo estariam em um movimento contrário [grifo meu].

Dessa forma, a abordagem do Última Hora foi, em 1966, importante veículo de publicização de opiniões e posicionamentos sobre o golpe argentino, sendo extremamente relevante o fato de que o periódico tenha abordado a temática, inclusive com outras formas de representação que ganharam espaço nas páginas do jornal, como charges e previsões, no box de horóscopo, elementos que seriam completamente modificados, em 1976, quando da ascensão do General Rafael Videla,³¹ na Argentina – como se verá no capítulo seguinte.

2 | AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DO GOLPE DE 1966 NO JORNAL DO BRASIL

O movimento golpista na Argentina, nos anos de 1966, assim como outros eventos no país vizinho, foram relevantemente abordados na imprensa americana, pelo menos foi o que indicaram as matérias do JB durante a crise politico-militar no país. Em grande parte dos editoriais, sempre eram trazidos noticiários de jornais norte-americanos, colombianos, franceses, venezuelanos e argentinos, como veremos abaixo. As matérias, muitas vezes, transcritas no JB, traziam discussões e posicionamentos dos periódicos sobre a situação política na Argentina, sobre as ações militares e sobre os posicionamentos internacionais em relação ao golpe.

Nesse sentido, no geral, as matérias pareciam assumir um caráter nada polemizador, aparentemente atuando como moderadoras dos múltiplos discursos que envolviam o processo, fossem os de outros periódicos ou a das próprias declarações militares. Entretanto, à medida que o golpe se consolidava, a aparente moderação do JB ganhava

29 Jornal Última Hora. 3 de julho de 1966.

30 O termo supnacionalidade não apareceu novamente nos levantamentos em 1966. Ao que tudo indica, a expressão foi usada como um eufemismo para evitar termos mais fortes, já que, a ideia de supnacionalidade dos governos golpistas aplicada no periódico significava o distanciamento entre nação e governo.

31 Jorge Rafael Videla foi um General argentino que assumiu o poder em 1976, após um golpe de Estado sobre o governo de María Estela Martínez, a Isabelita, viúva de Juan Domingo Perón. O governo de Videla é marcado pelo histórico de violação aos direitos humanos, com os planos mais sistemáticos de repressão a oposição no país. Em 2010, foi condenado a prisão perpétua pelos crimes políticos cometidos, mas acabou falecendo em maio de 2013.

outra ênfase.

Com o início da crise política na Argentina, as manifestações estudantis e trabalhistas começavam a ocupar as páginas do JB, como a publicização dos movimentos em torno da possível greve geral. O noticiário, a princípio, possuía pequeno espaço, poucas manchetes e somente algumas notas da primeira página, mas, à medida que os contornos da crise se desenhavam, principalmente em Tucumã, a fragilidade do governo de Arturo Illia começava a ser discutida.

O histórico das oscilações democráticas no país passava a ser assunto privilegiado no periódico. No geral, o JB destacava como desde a deposição de Juan Domingo Perón, em 1955, a Argentina vinha passando por problemas acentuados na economia e, como consequência, um relevante aumento da representatividade do peronismo, visto como um problema para os militares.

Nas abordagens do JB, as críticas à política salarial do governo Illia se fortaleciam junto com as inúmeras greves no país, como em Tucumã. As greves obtinham êxito e, na mesma medida, o movimento peronista, que surgia como o segundo maior partido político na Argentina.

Com a intensificação das greves e diante do fortalecimento do peronismo, as matérias do periódico já iniciavam as discussões sobre o surgimento da possibilidade de um golpe contra o governo de Illia. Os preliminares apontamentos discutiam sobre a apatia do Presidente diante dos movimentos grevistas e, conseqüentemente, diante da crise econômica vivenciada no país.

As declarações militares sobre as atitudes do presidente, ao serem publicizados pelo JB, apontavam e afirmavam o descontentamento militar diante da atitude passiva do governo em relação à crise grevista em Tucumã e diante de possíveis infiltrações comunistas nas Universidades, refletidas nos protestos estudantis. Em matéria de 11 de junho o periódico ressalta a situação: “Arturo Illia se reuniu ontem para debater as acusações dos chefes militares de que o regime está apático diante da inflação e da subversão da esquerda. Além da situação da Província de Tucumã, os ministros analisaram a infiltração comunista nas Universidades”.³²

Embora o periódico não se posicionasse diretamente a favor da manutenção de Illia no poder, as matérias dos dias seguintes iriam trazer as reformulações propostas pelo Presidente na busca de sanar os problemas do país e destacariam que os militares estariam pressionando o presidente, indicando suas intenções golpistas. Em tópico sobre a “Revolução”, o JB aponta que a imprensa argentina estava discutindo a efetividade do golpe, de acordo com alguns jornais no país “da ala mais conservadora a mais radical já não esconde a inquietação existente em face do recrudescimento de rumores sobre a possibilidade de uma solução militar para o problema do país”. Entretanto, mesmo perante toda a pressão militar, “o presidente tem tentado manter o processo de manutenção da vida

32 Jornal do Brasil. 11 de junho de 1966.

democrática”.³³

Assim como em 1962, as vitórias peronistas nas eleições em importantes Províncias da Argentina, apontadas como o elemento desencadeador da crise do governo de Frondizi, novamente, em 1966, o JB deixava claro que, para os militares argentinos, a liberdade dada por Illia ao movimento peronista e seu fortalecimento nas eleições provinciais eram apresentados como o estopim da crise: “o progresso do peronismo, com sucessivas vitórias provinciais desencadearam as apreensões dominantes”.³⁴

Além disso, as intervenções militares já eram anunciadas, no momento em que as declarações militares em tom ameaçador ressaltavam: “a Revolução que o país espera deve ser feita pelo Presidente da República antes que as Forças Armadas se vejam obrigadas a fazê-la”.³⁵

Mesmo com a pressão militar, o periódico iria publicizar a resistência do Presidente diante da possibilidade golpista e das ameaças e discursos aparentemente inofensivos dos Generais. Em manchete de 14 de junho, o JB evidencia a resistência do governo de Illia: “Illia enfrenta militares e não altera o gabinete”.³⁶ Na matéria, o JB aponta que, mesmo diante da pressão militar, para que o governo mudasse seu plano administrativo e se dispusesse a lutar contra a subversão, o Presidente não havia cedido, ainda que observadores internacionais afirmassem indícios de que o Governo de Illia encontrava-se “sob pressão e ameaçado de deposição”.

A referência aos observadores internacionais foi um recurso muito utilizado pelo periódico, nesse período. Embora tais observadores nunca tenham sido explicitados, possivelmente, o recurso facilitava, no momento em que algum posicionamento passível de censura viesse a ser publicado, afinal dizer que observadores internacionais estão prevendo uma intervenção militar exime a equipe editorial de qualquer vínculo direto com as afirmativas.

Embora fosse visível a tentativa de não comprometimento do periódico em relação ao movimento golpista na Argentina, a atuação dos militares, principalmente as relativas às prisões e a permanência indeterminada no governo, tornava público seu descontentamento e descrença com o governo militar no país vizinho. Ao utilizar a reprodução de discursos e mesmo a reprodução de trechos de outros periódicos (referências aos observadores internacionais e a reprodução de matérias de outros jornais), evidenciava-se que democracia não estava representada em governos de fato - termo utilizado como sinônimo de governo militar- mas em governos eleitos constitucionalmente.

Editoriais do jornal *Ya*, espanhol, foram reproduzidos pelo JB. De acordo com uma matéria do periódico espanhol: “Illia estaria entre a espada e o muro”. Novamente, o JB não problematiza a questão, mas expressa a intensa atuação militar sobre o governo.

33 Jornal do Brasil. 11 de junho de 1966.

34 Jornal do Brasil. 11 de junho de 1966.

35 Jornal do Brasil. 11 de junho de 1966.

36 Jornal do Brasil. 11 de junho de 1966.

Na publicação de algumas declarações militares, o JB ressaltava os pontos positivos do governo constitucional de Illia. Nessa matéria, ficavam evidentes as diferenças de perspectivas entre militares e governo e, sutilmente, a oposição do periódico em relação aos primeiros.³⁷

A recusa à ascensão do movimento peronista, mais precisamente a Perón, se tornou o foco dos discursos dos chefes militares. Em um deles, reproduzido no editorial seguinte, os militares se posicionam sobre a ascensão do peronismo: “Não permitiremos o restabelecimento do regime que não tem lugar no imaculado espírito de nossa Constituição nacional”.³⁸ O periódico destaca que o discurso militar fazia referência ao “16 de junho de 1955, quando Perón (Ex-ditador) foi derrubado” e ao seu possível retorno nas eleições presidenciais de 1969.

Ainda no mesmo editorial, em uma pequena nota na primeira página, o jornal afirmava: “Iminente golpe militar na Argentina/ reunião entre chefes militares para debater a crise político-militar aumentou rumores de que está em marcha o golpe contra o governo”. Dessa forma, as atuações e intenções golpistas contra o governo eram publicizadas, com cautela, pequeno espaço, sem serem desenvolvidas em outras páginas.

À medida que se intensificava as pressões sobre o governo de Arturo Illia, o periódico publicizava as principais exigências das Forças Armadas, mas sempre usando os recursos da reprodução de matérias de outros jornais, como é visível em 17 de junho. No momento em que os militares argentinos exigem o expurgo comunista, o JB destaca o editorial do jornal *La Razón*, de Buenos Aires: “não se sabe o que acontecerá se o pedido das Forças Armadas não for atendido, publicou o *La Razón*”.³⁹

Nesse momento, o termo subversão começa a aparecer com mais intensidade, as matérias do JB e os editoriais reproduzidos de outros periódicos tornavam o termo mais frequente. Em matéria sobre a subversão na Argentina, o JB destaca que o governo de Illia havia desistido de processar algumas revistas no país, como a *Primeira Plana*, *Confirmado*, *Atlântida* e *Imagem* acusadas de “incitarem a subversão”; O jornal destacava a incitação entre aspas, pois fazia referência à acusação realizada pelo Ministro da Educação e Justiça, que havia se manifestado sob sugestão das Forças Armadas.

Reproduzindo as passagens que foram apontadas como subversivas, deixava-se subtendido que a acusação não procedia, portanto, a conclusão de não punição às revistas. A primeira reprodução foi sobre a matéria da revista *Primeira Plana*, na qual: “com a reunião do exército para a tomada do poder, a única coisa agora é fixar a data e dar o comando a Onganía”. Na revista *Imagem*, o teor da matéria não era diferente: “A conspiração está sendo organizada em todo o país. Ela tem por finalidade a queda do governo”, na revista *Atlântida*, a matéria referia-se a “um golpe de estado à vista” e, por

37 Jornal do Brasil. 15 de junho de 1966.

38 Jornal do Brasil. 16 de junho de 1966.

39 Jornal do Brasil. 17 de junho de 1966.

fim, a matéria da revista *Confirmado*: “é oportuno lembrar às Forças Armadas que não se esqueçam de depor o Senhor Presidente Arturo Illia”.

Em box lateral, o periódico afirmava que a crise argentina não era do momento e havia nascido anos antes, quando os peronistas readquiriram importância política, no governo de Frondizi. Com a posse de Illia e o possível retorno de Perón, além da aprovação de um projeto pelos deputados, liquidando as leis repressivas ao peronismo e ao comunismo, permitindo que saíssem da ilegalidade, acentuou-se a situação de crise no país.

Nos dias que antecederam o golpe, os militares argentinos enviaram dois memorandos ao Presidente Illia. No JB, os memorandos foram apresentados como ultimatos. Em matéria do dia 25 de junho, o periódico destaca: “Militares renovam ultimato a Illia”.⁴⁰ A partir da publicização sobre mais um ultimato militar, afirmava-se que “para observadores internacionais a situação na Argentina poderia piorar”; novamente, o jornal não destaca quem eram os observadores, mas, ao mesmo tempo, não se comprometia com as declarações.

Em 26 de junho, o JB lança uma manchete na qual expunha o controle dos meios de comunicação na Argentina pelos militares: “Embora militares controlem a central telefônica do país, os mesmos afirmam que Illia não perdeu o controle do governo”. Entretanto, no parágrafo ressaltava-se que “a crise político-militar se agravou nas últimas horas” e, segundo observadores internacionais, a ocupação da central servia de prova para o agravamento da crise que, nesse momento, “passava do plano teórico ao prático”, fazendo referência direta ao pronunciamento militar, em dias anteriores, sobre a reunião dos ministérios do governo Illia, na qual, de acordo com as conclusões militares, as políticas de solução da crise do Presidente Illia não haviam saído do plano teórico.

Com a efetivação do golpe, no dia 28 de junho, o JB reproduziu vários pronunciamentos do Presidente Illia. Em matéria na primeira página, o jornal cita o Presidente: “-não renuncio e só sairei morto” e ressalta, ainda, “Illia anunciou a decisão de demitir o General Pistarini - que resolveu precipitar a pressão dirigida contra o governo e consumir o golpe de estado”.⁴¹

Em um breve histórico sobre a Argentina dos anos anteriores, a seção “Argentina, de Frondizi a Illia” traz as questões que antecederam e desencadearam o golpe, como o jornal já vinha fazendo desde o início da crise. Entretanto, a posição de Illia diante do peronismo, principalmente no seu entendimento de que “peronismo não é caso de polícia” e, com isso, os rumores do retorno de Perón teriam agitado ainda mais a Argentina. Além disso, a eleição de Illia e o restabelecimento das liberdades democráticas teriam aguçado as contradições latentes no país. O peronismo, em consolidação, “era demais para os azuis”,⁴² fazendo referência ao grupo de militares considerados moderados, liderados por Onganía.⁴³ Afinal: “Onganía se enquadra em uma ação militar anti-subversiva continental”.

40 Jornal do Brasil. 25 de junho de 1966.

41 Jornal do Brasil. 25 de junho de 1966.

42 Jornal do Brasil. 28 de junho de 1966.

43 Havia dois grupos militares, ambos contrários a Perón: os azuis, que viam o peronismo como um anteparo ao comu-

Nesse editorial, o JB trazia pela primeira vez uma comparação entre a situação na Argentina e o afastamento de João Goulart do poder no Brasil, em 1964. De acordo com o editorial, “de uma hora para outra o Exército pode resolver substituir o estilo pessedista de Illia por outro que combata com energia ao velho fantasma do peronismo”. Entretanto, o partido de Illia era a União Cívica Radical do Povo (UCRP), a referência ao estilo pessedista era claramente uma associação ao PSD brasileiro. Em 1955, o PSD de Juscelino Kubitschek coligou-se com o PTB de João Goulart, então eleitos como presidente e vice, respectivamente. Em 1960, João Goulart se elege pelo PTB e foi sobre ele que os militares elaboraram várias acusações de inabilidade política e ineficiência econômica, acumuladas desde o estilo pessedista de governar, ou seja, desde 1955 com JK, que teria os direitos políticos cassados em 1964.

A partir desse editorial, as comparações com a política brasileira e as críticas sobre o movimento golpista na Argentina voltam a usar o recurso da reprodução de editoriais de outros jornais do continente e extracontinentais, principalmente porque o JB foi, gradativamente, apresentando cada ação dos militares, como a dissolução do congresso, dos partidos políticos, a destituição dos governadores e vice-governadores, a implementação de um Estatuto Revolucionário e a elaboração de uma Ata com os motivos do movimento, enfim, basicamente o desenrolar de um processo similar ao vivenciado pelo Brasil em 1964.

As ênfases às prisões e exilados não foram eximidas dos editoriais do periódico. Em matéria de 29 de junho, o JB divulga: “A junta militar empossa Onganía, com isso, inúmeros presos e políticos exilados temem a represália militar”. No tópico Liberdade, o JB afirma: “a junta revolucionária garante que fará todos os esforços para assegurar que os ideais da Revolução sejam alcançados”.⁴⁴

Em uma pequena e discreta seção “olho no Brasil”, o JB discute, em poucas linhas, que os militares argentinos tinham examinado a situação brasileira “observando a decisão dos líderes do movimento de 31 de março”. Dessa forma, “a decisão de fechar o Congresso, substituir sem demora os membros do Judiciário, liquidar os partidos políticos e não falar em novas eleições -admitiram as mesmas fontes internacionais- foi com base na experiência brasileira”.⁴⁵

Ainda em seção do mesmo editorial, o periódico destacava que, apesar da reserva com que foram feitas as referências à situação brasileira, o pronunciamento do General Onganía afirmava que nessa relação “havia grande identidade”. Mesmo diante das proximidades dos regimes, ao ressaltar o posicionamento de alguns países do continente sobre a situação argentina, o periódico apontava os elementos negativos do golpe: “para o ministro do interior chileno golpe é um retrocesso na marcha pela democracia do continente”

nismo e os vermelhos antiperonistas.

44 Jornal do Brasil. 29 de junho de 1966.

45 Jornal do Brasil. 29 de junho de 1966.

e “o povo argentino pode reagir em defesa do seu presidente constitucional”.

As referências aos editoriais do *Le Monde* continuavam presentes no JB e nelas as críticas ao movimento golpista na Argentina são mais diretas. Em uma seção específica “Le Monde compara tudo ao Brasil”, o periódico ressalta a proximidade da situação política brasileira e argentina, apontada pelo jornal francês. Nas reproduções das matérias do *Le Monde*, o JB enfatiza alguns trechos: “como no Brasil, os militares argentinos tomaram o poder na esperança de obter uma solução para os problemas da nação”. E afirma: “os Estados Unidos poderiam evitar a intervenção, já longa na história de intervenções militares no Rio da Prata”.

Mas, no levantamento da matéria do *Le Monde*, as críticas seriam mais incidentes em relação à ineficiência do governo militar no Brasil. O periódico francês destacava que, embora os militares argentinos tivessem considerado como exemplo a “Revolução de 31 de março”, era importante lembrar que “a experiência brasileira mostra depois de dois anos, que ‘ordem sem progresso’ não é suficiente e que é muita presunção pretender restaurar a democracia quando se começa por estrangular suas mais fracas manifestações”.⁴⁶

Afirmando a inabilidade do governo militar, quanto à solução dos problemas brasileiros, associado a um movimento nada democrático, o JB não polemizava excessivamente a matéria do periódico francês, mas a reproduziu, quase integralmente, inclusive com sua conclusão: “(...) é possível calcular a mesma desgraça para a Argentina, já que os vencedores do governo Goulart não resolveram o problema do Brasil”.

Reproduzir a matéria do jornal *Le Monde*, direta ou indiretamente, foi uma forma de não se comprometer, pois, afinal, o que a matéria trazia era uma crítica ao caráter antidemocrático dos governos militares e, mais ainda, criticava a ação destes no Brasil, já que, mesmo sob um governo militar -“os vencedores de Goulart” – os problemas brasileiros continuavam sem solução.

Nesse momento, é importante destacar que o JB não deixava de imprimir seu posicionamento sobre os acontecimentos na Argentina. Embora utilizasse a reprodução dos editoriais de periódicos estrangeiros, as comparações com o Brasil e as críticas sobre as possíveis falhas do movimento do país vizinho apareceriam com frequência. A reprodução das declarações de Arturo Illia, no momento da deposição, também ressaltavam o direcionamento assumido pelo jornal, ainda que modestamente e sem maiores comprometimentos com o regime brasileiro. Em um box lateral, o JB reproduzia a fala do presidente, na qual repudiava as ditaduras e exaltava a Constituição: “Viva a Pátria! Viva a Constituição! Abaixo as ditaduras! Abaixo os maus militares!”.⁴⁷

Nos dias próximos ao golpe na Argentina, as matérias mantiveram as mesmas formas de abordagem. Sem muitas polêmicas, iam gradativamente publicando o desenrolar do processo golpista. No editorial do dia 29 de junho, posterior ao golpe, o jornal contempla

46 Jornal do Brasil. 29 de junho de 1966.

47 Jornal do Brasil. 29 de junho de 1966.

vários assuntos, enfatiza a trajetória política de Illia e Onganía, destaca as declarações do General Pistarini,⁴⁸ os discursos que envolviam o processo, o vago programa dos generais, discutido por enviados especiais, e, até mesmo, alguns noticiários sobre os jogos da Copa do Mundo de futebol de 1966.

Na mesma página o periódico traz duas seções em uma diagramação que imprimia movimento aos tópicos. De um lado, “Pistarini o derrubador” e, de outro, “Illia, o que sai”. O jogo de oposição entre ambos ficava mais claro à medida que as seções eram desenvolvidas. Na seção sobre o General Pistarini, seus discursos, criticando duramente o governo de Illia, foram enfatizados, principalmente em relação às facilidades concedidas pelo presidente aos peronistas. Na reprodução do pronunciamento do General, isso ficava mais evidente: “A liberdade é o exercício responsável da autoridade, sem o qual o direito é ilusório, as garantias inexistentes, o bem estar inalcançável”, ou seja, na perspectiva do General, a liberdade, levada ao extremo, não incluía os peronistas no jogo político.

Já no box do lado oposto, o periódico aborda um histórico de vida do presidente Illia, “médico, começou sua vida política no interior da Argentina” e, além disso, realiza uma prévia sobre os momentos anteriores à sua eleição, destacando seu discurso no momento da posse: “Não será difícil governar um país com paz, ponderação e Constituição”. Mas, no parágrafo posterior, o JB ressalta: “mas diante das dificuldades políticas, Illia acabaria mudando seu ponto de vista”, o trecho fazia referência a uma declaração de Illia, dias antes do golpe, no qual o presidente destacava que estando no governo é que “se vê a dureza de governar”.

Nesse mesmo editorial, apareceria uma grande e centralizada referência ao General Onganía. Centralizada, pois, entre os dois box em oposição, citados acima, apareceria uma seção central sobre o General Onganía, com o título “Onganía o que sobe”. Na seção, o periódico se restringia à reprodução as declarações de Onganía e sugeria, sutilmente, algumas atuações militares no continente. Já na introdução, a matéria destacava o papel que a Junta Militar atribuía às Forças Armadas: “diante da atuação de círculos políticos locais, as Forças Armadas deveriam assumir a responsabilidade em momento de crise”; continuando nas afirmações da Junta Revolucionária, enfatizava que “os militares afirmaram intervir para a preservação da Constituição e das instituições republicanas”.

Entretanto, na seção abaixo, “Revolução apela para grandeza”, o jornal aponta o anúncio da Junta Militar, no qual o movimento teria acontecido “em nome da grandeza da nação”. Reproduzindo na íntegra o documento publicado pelos militares, o periódico o contrapunha ao box lateral, assinado pelo correspondente Enrique Durand, no qual sob o título “O vago programa dos generais”, o jornalista criticava as políticas sobre a liberdade de expressão e, novamente, realizava aproximações com a situação instável e ineficaz brasileira.

48 O General Pascual Pistarini foi ao lado do General Juan Carlos Onganía responsável pela tomada de poder na Argentina, em 1966, momento no qual Arturo Frondizi foi afastado do governo do país.

Nas afirmações do jornalista, foram apontadas as imagens que os militares pretendiam destacar: “Na posição do governo da Junta Militar, não haverá censura prévia, mas a inexatidão e a deformação intencional das informações, assim como a difamação através dos jornais, serão submetidas ao império da Justiça”. A partir disso, o jornalista apontava as representações que se formulavam sobre os eventos no país: “Com bastante êxito, vários observadores procuraram encontrar pontos de semelhanças entre o processo político que se inicia na Argentina e o que seguiu a derrubada do presidente João Goulart”. Entre algumas proximidades é possível assinalar: “a modificação da Constituição por decretos, já que não se previu realizações de eleições ou plebiscitos”.

Embora, alguns historiadores destaquem que o JB se posicionava, mais abertamente, contrário à continuidade militar somente com a transição do governo Castelo Branco para o governo Costa e Silva,⁴⁹ é possível afirmar que, em 1966, com o golpe na Argentina, o periódico imprimia moderadas críticas aos governos militares, principalmente na inabilidade em conduzir os problemas da nação. Em alguns casos, pode-se inferir que as críticas nem foram tão moderadas assim. Diluídas no interior dos editoriais, destacavam a contrariedade do periódico com as ações aplicadas pelo regime brasileiro.

No editorial analisado acima, na página sobre as declarações dos militares argentinos, o periódico traz duas pequenas seções na parte inferior, nas quais discute alguns pontos que chamam a atenção. Na primeira seção “Trinta e dois meses de Brasil e Argentina”, o JB referia-se às relações políticas entre os países, nos últimos trinta e dois meses, e ao posicionamento dos militares argentinos sobre Janio Quadros, considerados por eles “um para-comunista”.

Arturo Frondizi acusado, em 1962, de se deixar levar pelo “presidente louco/Janio”, que teria um vínculo direto com Fidel e um plano para destruir o sistema interamericano, de acordo com a matéria, seria a justificativa da primeira deposição de um presidente constitucional na década no país. Na matéria, a união de Brasil e Argentina contra a exclusão de Cuba da OEA teria favorecido a crise e a deposição do governo de Frondizi.

A partir disso, afirmava o periódico, as relações com o Brasil teriam esfriado: “o espírito da Uruguaiana foi repudiado e as relações com o Brasil esfriaram”. O acordo de Uruguaiana firmado entre Quadros e Frondizi foi caracterizado por um esforço bilateral de integração. De acordo com Carlos Eduardo Vidigal, embora várias tenham sido as interpretações sobre o encontro de Uruguaiana, efetivamente:

No encontro de Uruguaiana, Quadros e Frondizi ratificaram a amizade brasileiro-argentina, por meio do Tratado de Amizade e Consulta que introduziu o compromisso de consulta permanente sobre todos os temas de interesse comum, além de reconhecer, no campo comercial, a necessidade de proceder um redimensionamento das relações bilaterais.⁵⁰

49 FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Verbetes do Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. CPDO-C-FGV. Pág. 13.

50 VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: A construção do Entendimento (1962-1986)*. Dissertação de mestrado apresentada a Pós-graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Pág. 35.

Na matéria assinada por Steve Hanison, correspondente do JB, as declarações do General Pistarini, no momento pré-golpe, foram destacadas. De acordo com o jornalista, o discurso “aparentemente inofensivo” do General representa “as facções golpistas numa tomada de poder por vias militares (...) em controle militar por dez ou vinte anos”.⁵¹ Embora a seção tenha sido pequena e sem maiores detalhes, a partir da declaração aparentemente inofensiva do General teria surgido um movimento militar que se propunha a assumir o poder por longo tempo e que “as quedas de governo havia se tornado um simples modo de vida”.

Nos opinativos do periódico, na página 6, dois posicionamentos se destacam, embora, no primeiro, o discurso seja mais ponderado do que em outros editoriais (chega a ser até um pouco confuso), no segundo, há uma crítica mais efetiva à situação argentina.

No primeiro opinativo não fica evidente se o jornalista aponta o peronismo, considerado ditadura em alguns trechos, ou a intervenção militar como ações antidemocráticas. Ao que tudo indica, ambos são considerados como alternativas negativas para o país. Os militares, pela discriminação intolerante com as parcelas da população identificadas com o peronismo, tendo como resultado o malogro agora reconhecido pela intervenção militar feita em moldes drásticos e, por outro lado, o próprio peronismo considerado ditatorial. Ambos, que no final da história, tornam “inegável que a Argentina se encontra distante do caminho democrático”.

No segundo opinativo, a “crise continental” foi enfatizada e, com isso, a matéria traz uma crítica mais visível em relação à situação na Argentina. O opinativo se posiciona sobre o adiamento na reunião da OEA, que aconteceria em Buenos Aires; de acordo com a matéria, o adiamento se justificava, pois, “o país-sede da Conferência estava envolvido por grave episódio de retrocesso político, cujos ingredientes são considerados antidemocráticos”. A matéria fica ainda mais áspera e contrária à situação argentina, ao relatar que “em lugar de casa arrumada a Argentina oferece hoje o espetáculo do impasse e do caos institucional”. De acordo com o opinativo, “pretende-se que a OEA ganhe consistência jurídica e vigor operacional, quando as instituições democráticas estão sendo violentamente negadas em crises sucessivas no âmbito da Organização”, já que “a América Latina oferece, precisamente, a paisagem da insegurança e da desordem”. Ainda na página 6, na seção de Martins Alonso, o jornalista, ao comentar sobre a copa em julho de 1966, destaca, ironicamente, que, nesse momento, “todas as mágicas caberão, com exclusividade, aos combatentes do terreno gramado, liso, macio, sem acidentes nem asperezas”, ou seja, durante a Copa o campo do político perderia espaço para o campo de futebol.

A sucessão de seções no editorial sobre o posicionamento de outros países em relação à Argentina demonstra a insatisfação diante do golpe. Em “imprensa americana condena o golpe na Argentina”, o JB destaca a comparação entre Brasil e Argentina realizada pelo jornal Times: “além de ser o Brasil exemplo para os militares argentinos, o que

51 Jornal do Brasil. 29 de junho de 1966.

realmente impulsionou os pensamentos das Forças Armadas argentinas foi o movimento brasileiro, que derrubou o presidente João Goulart, em abril de 1964”.

Além disso, na seção “franceses comparam com o Brasil”, o periódico aponta que “os jornais franceses foram unânimes na condenação do golpe”, afirmando que os militares argentinos chegam a uma situação de estancamento, como a que ocorre no Brasil. E, finalizando as seções, o periódico termina o editorial com a seção “só faltam as cassações para ser como o Brasil”. Na matéria, o JB destacava que circulou entre os comentaristas argentinos que “só faltava a realização de um expurgo, como a cassação de direitos ocorrida no Brasil, para que o golpe alcançasse a amplitude esperada”. Mas, por outro lado, já havia se aproximado bastante da realidade brasileira, principalmente com relação à adoção de medidas drásticas, como a liquidação dos partidos políticos, a perseguição a jornais e jornalistas etc.

No editorial de 1 de julho, as prisões sucessivas, na Argentina, inclusive do irmão de Illia, assim como o impedimento ao qual foi submetido o presidente de receber visitas, foram destacadas no jornal como os pontos questionáveis do governo militar. Na matéria, as ações negativas pareciam esperáveis, pois, “ocorrem em todas as soluções de força que interrompem um processo constitucional”, embora o General Onganía fosse enfatizado como um estadista e não como um ditador. Possivelmente, aí estava nitidamente um posicionamento de autocensura do periódico, no qual, após afirmar a ilegitimidade das ações no país vizinho, se colocaria em defesa do caráter do militar que assumia o novo governo.

Em uma pequena nota, na parte inferior da página 9, o periódico fazia duas afirmações contra a atuação dos militares; na primeira, aponta que deveria ser pensando com cautela a proeminência dada ao General Onganía pela Junta Militar durante o movimento golpista, já que “os militares têm sido vistos com superioridade aos civis”. Na segunda nota sobre o posicionamento de recusa dos Estados Unidos ao golpe na Argentina, o JB destaca: “a reação norteamericana ao golpe na Argentina não é mais que uma ficção, isso diante do apoio moral e material que o General Castelo Branco desfruta no Brasil”.⁵² Com isso, se é possível o apoio à situação política brasileira, qualquer manifestação de recusa dos Estados Unidos diante da presença militar na Argentina seria, no mínimo, contraditório ou inesperado.

A aproximação entre o processo brasileiro e argentino continuaria nas matérias dos editoriais seguintes. No editorial do dia 2 de julho, uma pequena nota na primeira página traz uma afirmação de Juraci Magalhães em relação ao General Onganía: “Juraci compreende Onganía”. O periódico publica a declaração de Juraci, na qual, o Ministro afirma “que por experiência própria às vezes a adoção de medidas excepcionais é a melhor maneira de se preservar a essência democrática”.

No opinativo assinado por Carlos A. Dunshee de Abranches, no mesmo editorial,

⁵² Jornal do Brasil. 1 de julho de 1966.

o jornalista aponta a situação argentina como um problema e afirma: “a substituição de governos constitucionais por governos de fato acarreta aos outros países do nosso continente o dever de consultarem mutuamente sobre a situação criada pelo golpe de estado”.⁵³ O jornalista não entrava em maiores detalhes sobre o possível diálogo entre Brasil e Argentina, entretanto, sugeria vias para o reconhecimento do governo no país vizinho, nas quais ressalta: “diante da ata sobre as causas da revolução e do Estatuto da Revolução, à luz desses textos sugere alguns pontos delicados a considerar porque podem dificultar o reconhecimento”, como a não fixação de prazos para eleições e o silenciamento do estado quanto aos Direitos Humanos.

Como no Brasil, tais pontos já eram uma realidade, desde a elaboração do Estatuto da Revolução e dos posteriores Atos Institucionais, não haveria maiores problemas para o reconhecimento do governo argentino. Nesse sentido, o jornalista não aborda, diretamente, mas indica, sutilmente, uma aproximação de orientações entre os governos e, portanto, confirma o diálogo entre os regimes sugerido anteriormente.

A situação fica mais evidente na reprodução da matéria do jornal *Munique*, no noticiário, o periódico destaca que “a Argentina agora está igual ao Brasil/os dois maiores países da América Latina são agora governados por Generais com a intenção expressa de deixar os políticos profissionais afastados durante anos”. Por fim, reproduz uma nota satírica publicada pelo periódico *El Tempo* (publicado em espanhol em Nova York), na qual: “Agora que as Forças Interamericanas da OEA vão começar a se retirar da República Dominicana tem a grande oportunidade de demonstrar a eficácia dessa força, criada para garantir a estabilidade democrática, enviando-as de imediato à Argentina, onde os militares acabam de dar um golpe de estado contra o presidente Illia”.⁵⁴

No Caderno Especial de Domingo, havia duas páginas específicas sobre o golpe militar na Argentina. O texto rebuscado e ambíguo, muitas vezes, abria múltiplas formas de interpretação sobre quem era de fato o ator representado. Na primeira seção, “Conspiração e golpe de Estado”, o jornalista diz pretender esclarecer “o golpe de estado, seus princípios, suas técnicas, sua teoria e sua prática”. Já no início da matéria, reproduz um pequeno diálogo entre “um companheiro de luta em seu leito de morte”; logo após, descreve cinco regras que Lênin, baseado em Marx, propunha para processos revolucionários: “tratando mais de revolução do que de um golpe de estado... (Lênin) lançou mão aos comunistas do que deviam fazer para tomar a Rússia Czarista”.⁵⁵

Embora não ficasse evidente, o que, supostamente, o jornalista afirmava com essa frase era que revolução não era a mesma coisa que golpe de estado e, que, mesmo assim, foram as condições objetivas apontadas por Lênin para a efetivação da revolução que foram utilizadas para a elaboração de um golpe de estado. “Como a seleção e manutenção do

53 Jornal do Brasil. 2 de julho de 1966.

54 Jornal do Brasil. 3 de julho de 1966.

55 Jornal do Brasil. 4 de julho de 1966.

objetivo, concentração de forças, ofensiva, surpresa, economia de esforços e manutenção moral” e, abaixo, ainda destaca entre parênteses, “(para os leitores mais interessados terem acesso aos ingredientes de capital importância ao golpe- antecedido do aperitivo da conspiração- para que não falhe)”.

Ainda que o periódico não deixasse claro sobre quais atores fazia referência e usasse Lênin como exemplo da estratégia, não significa que o jornal indicasse um “modelo de conspiração e golpe comunista”, é mais plausível que o periódico apontasse que em golpes, seja de um lado (comunista) ou de outro (anticomunista), ambos são ações negativas, realizadas sobre grandes estratégias e táticas, nas quais as massas dificilmente conseguem reverter a situação. Isso fica mais claro na seção “condições objetivas”, em que o periódico destaca que, à medida que se aperfeiçoam os recursos da propaganda, “não era necessário afirmar muito para provar que as rebeliões de massas tornam-se cada vez mais difíceis de concretizar, enquanto movimentos ao lado, dos com-o-poder, se sucedem mais frequentemente”.

As condições objetivas, portanto, se davam a grupos específicos ligados ao poder, principalmente quando houvesse o apoio e a simpatia das Forças Armadas, da opinião pública, além de uma situação internacional favorável- referência ao apoio dos norte-americanos- e que não era privilégio de qualquer grupo que se propusesse revolucionário. Finalizando suas observações, enfatiza:

Infelizmente, a história do menor dos golpes de estado apresenta-o como recurso desesperado em caso de grave doença. Em todas as circunstâncias, porém, seu desfecho é imprevisível. A revolução devora seus filhos. Essa a tendência geral dos golpes vitoriosos não dura muito com o espírito inicial, e os vencedores se descontrolam e entredevoram. Em que ponto a coisa desandou? O objetivo dos rebeldes era tão azul, belo e definido. Tão promissor. Só desejam derrubar um regime velho e qualificado disto e daquilo, para instituir em seu lugar um regime novo que quase sempre acaba sendo exatamente isto ou aquilo (ou muito mais) que o derrotado afirmava que era.

Nesse sentido, o azul e belo, possivelmente uma referência aos militares moderados, ligados a Onganía, acabaram se resumindo àquilo que foram classificados pelo derrotado, Arturo Illia. Com isso, nesse momento, diante do jogo de palavras empregado pelo periódico, na referência ao processo golpista, é possível que a censura já estivesse sendo mais efetiva no jornal. Entretanto, embora houvesse a censura ou mesmo a autocensura, algumas matérias foram inteiramente provocativas, fossem por mensagens implícitas ou mesma explícitas, o periódico ainda publicizava as problemáticas que envolviam os governos militares.

A crônica opinativa, rebuscada, em tom nada moderado, simbolizava a nova orientação que o periódico já indicava no início do processo golpista na Argentina, que, de aparente mediador e jornal pouco comprometido com matérias que criticavam o regime, passa a representar os múltiplos discursos e posicionamentos, desacreditados com as medidas dos militares que ascendiam ao poder, fosse na Argentina ou mesmo no Brasil, ainda que sob censura.

CAPÍTULO 5: O JOGO DE CINTURA DO ÚLTIMA HORA E JORNAL DO BRASIL NA DÉCADA DE 1970

11 “EL CORDOBAZO”: A REBELIÃO OPERÁRIO-ESTUDANTIL NO JORNAL ÚLTIMA HORA E NO JORNAL DO BRASIL

No final dos anos sessenta, no Última Hora, a diagramação das matérias, colunas, boxes e noticiários haviam mudado substancialmente, além da própria equipe editorial. O antigo diretor Danton Jobim, ainda continuava como jornalista do periódico, mas, nesse momento, assinava a coluna *Congresso e Partidos* e *UH Política e Economia* e não mais um box na mesma página da coluna *Opinião de UH* que, em 1969, já não existia no jornal. Alínio Salles era o novo diretor-geral, João Pinheiro Neto, colunista e diretor-administrativo e José Guilherme Mendes, diretor-responsável.

Os tempos eram difíceis, o Ato Institucional nº5 já estava em vigor, vários jornalistas e diretores estavam sendo julgados e punidos por editoriais publicados. Em matéria do dia 2 de junho, de 1969, um pequeno box, abaixo da coluna assinada por Danton Jobim, destaca os depoimentos do jornalista e de Oscar Passos no julgamento do jornalista Hermano Alves: “Danton Jobim e Oscar Passos depõem amanhã”. Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Danton Jobim e Oscar Passos, presidente do MDB, ambos seriam testemunhas de defesa do jornalista Hermano Alves, acusado de “escrever e fazer divulgar” no jornal *Correio da Manhã*, vários artigos atentatórios à Segurança Nacional.

Assim como no Brasil, na Argentina os momentos também foram de tensão. Em 1969, os movimentos estudantis e grevistas tomaram as ruas das principais províncias do país como Córdoba e Tucumã. Mas a tensão não se restringiria somente a esses dois países. Em pequena nota, no dia 29 de maio, o periódico destaca que: “Argentina, Colômbia e Equador estavam sob tensão”. A nota faz referência aos movimentos grevistas e estudantis em outros países do continente. Na mesma página, o periódico chama a atenção para a criação de conselhos de guerra na Argentina, tópico que será desenvolvido no editorial da página 6.

Nos dias anteriores a 29 de maio, as matérias relacionadas aos movimentos grevistas e estudantis, na Argentina, ainda foram, de certa forma, mais opinativas, mas, a partir dos eventos em Córdoba, com os manifestantes controlando mais de 150 quarteirões,¹ ainda que não deixassem de publicizar os eventos, as matérias não eram nada opinativas.

Sobre os eventos em Córdoba, as matérias foram incisivas, apontavam estudantes

1 De acordo com Emilio Dellassopa, “o Cordobazo significou o fim do governo Onganía, e também o início do processo de retorno à democracia que iria culminar quatro anos mais tarde com um novo triunfo eleitoral do peronismo (...) Os acontecimentos de 29 de maio em Córdoba concentram e sintetizam em um único dia os efeitos das mobilizações que estavam ocorrendo durante o mês. Enquanto em Rosário quatro estudantes realizam um ato para colocar uma placa no local onde foi morto o estudante Adolfo Bello, os operários cordobeses, às onze da manhã, começavam a abandonar seus postos de trabalho.” DELASSOPA. Emilio. *Ao inimigo, nem justiça: violência política na Argentina (1943-1983)*. São Paulo: Hucitec, 1998. Pág. 291.

mortos nos conflitos, discutindo o potencial do Estado de Sítio, mas, após 29 de maio, tais temas não apareceriam nas colunas, boxes ou seções. Em matéria da coluna UH *Jornal do Mundo*,² a seção sobre os conflitos apontavam que “a crise estudantil adquiria aspectos dramáticos”, fazendo referência aos estudantes presos e aos estudantes mortos nos conflitos.

O termo repressão policial não havia sido abolido das matérias, pelo menos não neste momento. Em matéria sobre a visita do governador norteamericano Nelson Rockefeller, foi destacado que as manifestações grevistas da Confederação Geral do Trabalho convocaram greve geral em todo país, em sinal de protesto contra a repressão policial diante das manifestações estudantis em diversas cidades. O termo repressão, direcionado a ação policial, foi definidor, não que a matéria defendesse o movimento estudantil, mas também não estava de acordo com a atuação policial que era tida como um ato repressivo.

Na mesma coluna, inicia-se a discussão sobre o retorno da pena de morte na Argentina: “abolida desde 1916 a pena de morte volta a ser aplicada no país. O Exército implantou ontem a pena de morte em Rosário, e advertiu aos trabalhadores e estudantes, cujos protestos ocasionaram a medida, de que deviam observar as severas normas fixadas pelo Governo Militar”.³

As seções opinativas, na página 6, são exceções nos editoriais de maio de 1969. Todas as seções, boxes, colunas e noticiários sobre os movimentos grevistas e estudantis estavam distribuídos nas páginas 4 e 7, principalmente, sem manchetes na primeira página. Com os movimentos de 1969, os termos *ordem*, medidas excepcionais e subversão foram regularmente usados pelo jornal. Embora, nesse período, tais termos não aparecessem associados a críticas diretas ao regime militar, eles não foram subsumidos das matérias.

Com a criação de um Conselho de Guerra para conter as ações grevistas e estudantis, o UH ressalta que a justificativa dos militares argentinos, afirmando empregar a ordem, foi desencadeada pela potencial greve geral prevista para os dias seguintes no país. Nas seções seguintes à matéria, alguns tópicos problematizam um pouco mais a situação na Argentina, como na seção “Plano Subversivo” e “Pena de Morte”. Em *Plano Subversivo*, foram destacados os discursos do General Onganía sobre os eventuais movimentos grevistas. Na seção, a posição de General em relação ao movimento foi apontada como “um plano subversivo organizado”. Nas aspas, colocadas pelo periódico, destacava-se que o General temia a destruição da ordem pública no país pelo movimento.

Na seção sobre a *Pena de Morte*, a ênfase se concentra na insistência dos estudantes na realização das manifestações. Mesmo com o conflito entre policiais e estudantes, com a cidade de Rosário tendo sido declarada como “zona de emergência” e que, por isso, tenha se restabelecido a pena de morte no país, os estudantes voltaram às ruas em Tucumã. Embora a imprensa tenha sido orientada para a não publicização de

2 Jornal Última Hora. 23 de maio de 1969.

3 Jornal Última Hora. 24 de maio de 1969.

questões que pudessem “vir a trazer a intranquilidade ao povo em geral”, os movimentos grevistas e estudantis no país vizinho não foram retirados do jornal.

Nesse momento, a característica polemizadora do periódico dos anos de 1966, perderia espaço, mas nem por isso deixariam de aparecer títulos e matérias emblemáticas sobre os eventos. Na coluna UH *Zero Hora*, sob o título “Clima de Guerra na Argentina”, o agravamento da situação em Córdoba foi destacado: “agrava-se ainda mais a situação em Córdoba, agora ocupada por paraquedistas do governo para enfrentar a rebelião operário-estudantil”. Embora na matéria não haja elementos opinativos sobre o evento, em box lateral, ressalta-se a prisão de estudantes no Brasil, acusados de serem “estudantes guerrilheiros”, em interrogatório ao Departamento de Vigilância Social.⁴

No mesmo editorial, na coluna UH *Jornal do Mundo*, Manuel Ruiz traz o momento em que um estudante tinha sido detido em Tucumã, após comício de protesto. O evento repercutiu principalmente nas “armas” utilizadas pelos estudantes no confronto, “arsenal dos estudantes: barricadas, garrafas com gasolina, pedaços de pau, pedras e paralelepípedos”. Novamente, a matéria não problematiza o evento, mas, na coluna ao lado, *Roda Viva*, de Nelson Mota, o jornalista, ao escrever sobre visita de Rockefeller à América Latina, chama a atenção para o posicionamento do governador diante dos conflitos com os estudantes, transcrevendo seu discurso: “o mais justo seria atendê-los (os jovens), pois eles estão com a razão.” Com isso, embora a matéria sobre os conflitos na Argentina não tenha sido aprofundada, nem explicitado um caráter opinativo, o teor da matéria de Nelson Mota está diretamente associado ao posicionamento diante do conflito, embora não sejam palavras do jornalista.

Nos editoriais seguintes, as matérias continuaram em tom moderado, embora alguns termos sugerissem uma crítica ao regime. Sob o título: “Argentina: Governo enfrenta verdadeira rebelião nacional”, a matéria se concentra no “desafio enfrentado pelo governo militar, desde que se apoderou do poder”. A atuação das autoridades contra os movimentos esquerdistas – termo apontado pelo jornal como usado pelo governo para se referir aos movimentos das últimas três semanas no país – foram denominadas como “*show de força*”, fazendo referência às unidades de patrulhas fortemente armadas que percorriam as ruas em Córdoba. Nessa matéria, as ações do exército e da polícia são mais claramente definidas, embora pouco opinativas.

É interessante notar que, diante das transformações no contexto de ambos os países, o periódico também passou por uma intensa modificação, desde o corpo editorial até a reformulação na diagramação do *layout* e na introdução de novas colunas. O caráter polemizador do jornal Última Hora, em 1966, diante do processo golpista na Argentina, já não era o mesmo de 1969; o questionamento sobre a legalidade do movimento, sobre a constitucionalidade das ações e as comparações diretas com a realidade brasileira, por exemplo, nem foram indicados nas abordagens. Baseando-se na perspectiva de Kushnir,

4 Jornal Última Hora. 30 de maio de 1969.

tal fato poderia ser justificado na consolidação de uma máquina censória, em andamento, desde o AI-5 e que, a cada novo ajuste legal, como decretos e leis, contribuía para o aperfeiçoamento de uma engrenagem de censura. Um processo de implementação de restrições à imprensa e aos meios de comunicação em geral se consolidava à medida que o Estado afunilava as possibilidades da imprensa, fosse pela censura prévia, ou mesmo, pela autocensura.⁵

No Jornal do Brasil, as matérias sobre as ações estudantis e sobre as greves operárias na Argentina não sofreram modificações na diagramação como no UH. A equipe editorial não passou por mudanças, Alberto Dines ainda era o editor-chefe, Nascimento Brito e José Sette Câmara, os diretores. O *layout* do jornal também não foi alterado e a página 6, identificada em outros momentos como relevante na abordagem opinativa, ainda se matinha com tal característica, embora no eventual movimento operário-estudantil na Argentina, somente uma seção da página tenha abordado a temática.

Ao contrário do UH, no Jornal do Brasil, durante o mês de maio de 1969, as matérias não foram subsumidas da primeira página. A fotografia, assim como em outros periódicos da década de sessenta, passou a constituir elemento importante nas matérias, sobre o movimento na Argentina: dos vinte e três editoriais identificados, 30% continham fotografias que ocupavam pelo menos metade do espaço reservado ao assunto. Além disso, no JB, as colunas e seções sobre os eventos de 1969, não se reduziram a pequenas notas ou pequenos boxes, são matérias extensas que, na maioria dos casos, ganham substancial espaço na página de assuntos internacionais.

Em matéria sobre a continuidade da violência na Argentina, a manchete destaca: “apesar da determinação do governo em agir ‘com toda energia’(aspas colocadas pelo jornal), choques violentos entre estudantes e policiais ainda continuam”.⁶ Ainda na chamada da página inicial, a cidade de Córdoba aparece como o centro dos conflitos e sob Lei Marcial. A definição de Lei Marcial usada pelo JB faz referência a uma prática comum quando em algum processo conflitivo, ou de catástrofe natural, a autoridade militar toma o controle da administração de todo o Estado, tendo como consequência a suspensão de toda liberdade fundamental do cidadão. Embora o periódico não discutisse o sentido empregado à Lei Marcial, no desenvolvimento da matéria na página posterior, ressalta-se que a cidade de Rosário foi colocada sob a administração do General Roberto Fonseca, e que, diante disso, “as patrulhas tinham ordens para atirar contra os ‘agitadores’(aspas colocadas pelo jornal)”.

Em ambas as abordagens, as duas denominações são colocadas entre aspas, tanto na manchete como na matéria. Ao fazer dessa forma fica evidente que as referências e denominações não foram empregadas pelo periódico, mas, possivelmente, pelos próprios militares, inclusive o termo “agitadores”, sinônimo de estudantes e operários que, de acordo

5 KUSHNIR. Beatriz. Op. Cit. Pág. 119.

6 Jornal do Brasil. 23 de maio de 1969.

com a manchete, estavam sendo contidos ‘com toda energia’ pelos policiais.

Em um box opinativo, assinado por Mar Lerner – do Los Angeles Times – “A guerra dos jovens rebeldes”, o jornalista defendia uma contenção dos movimentos, sem, no entanto, usar de atos de repressão: “conter os revolucionários sem a repressão que pode convertê-la (A América) numa praça de guerra”. Na perspectiva do jornalista, os estudantes possivelmente estariam vinculados a grupos extremistas. Entretanto, embora tal ligação tenha sido apontada várias vezes pelos militares argentinos, o JB divulga discursos de bispos e líderes da Igreja Católica, afirmando que o teor do movimento não possuía vínculos com grupos extremistas, sendo movimentos de insatisfação perante o governo do General Onganía, relativos à perda de autonomia das universidades e da crise econômica do país.

Em uma seção, intitulada “Descontentamento”, foi ressaltado que observadores consideram pouco críveis as declarações do governo de que são os extremistas de esquerda que organizam os distúrbios de ruas. Dessa forma, baseando nesses observadores, que aparecerão em outras matérias como analistas – não identificados – o jornal reproduz discursos e posicionamentos que problematizam a situação na Argentina. O JB, em nenhum momento, defendia o movimento operário-estudantil, mas, em várias matérias, destaca sua forte atuação perante o Governo de Onganía, chegando a indicar uma possível fragilidade interna no grupo aliado ao Governo.

O desgaste do governo Onganía projetado nas insatisfações estudantis é ampliado para o restante dos países na mesma situação, vendo seu principal “capital político – a estabilidade” ameaçado.

Ao elencar as cidades que estavam passando pelos mesmos distúrbios, Tucumã, La Plata e Salta, as matérias destacam que a intensificação da repressão policial aos movimentos corroboram o desgaste do governo militar, principalmente diante da inexistência de outras formas de expressão. Reproduzindo o discurso do bispo de Goya, afirmava-se tal posicionamento: “Em nosso país, embora exista liberdade de expressão legalmente, é evidente que a cada dia que passa vai-se restringindo mais o direito do cidadão em expressar-se. Os estudantes saíram às ruas por não terem outro meio de expressão”.⁷

Com a reativação da pena de morte no país, o periódico traz uma manchete em que destaca que a decisão foi tomada diante do êxito do movimento operário-estudantil.⁸ Com isso, levanta a hipótese que diante da atuação do General Roberto Fonseca, estava havendo uma possível dissensão no governo Onganía, já que, o presidente era contra a intervenção. Na matéria, o desgaste do governo foi novamente destacado, ao fazer referência à oposição de Onganía à intervenção do General Roberto Fonseca, em Rosário: “diante da situação que desgastou o principal capital político do Governo Onganía – a imagem de tranquilidade – o governo se dividiu”. A matéria fazia referência ao grupo liderado pelo General Lanusse, que não estavam de acordo com as aproximações do General

7 Jornal do Brasil. 23 de maio de 1969.

8 Jornal do Brasil. 24 de maio de 1969.

Onganía à ala colaboracionista de grupos peronistas do setor operário – a denominada CGT dialoguista.

Fica evidente que a representação de uma possível crise do governo Onganía foi ressaltada pelo jornal. O termo crise não aparece em nenhuma abordagem, mas a fragilidade do governo foi explicitada em várias passagens, inclusive diante de apoio de alas estudantis internacionais. Ao se referir ao posicionamento de estudantes uruguaios à situação na Argentina, o periódico trazia na seção “Uruguai apoia” uma nota de manifestação da FEUU – Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay – contra o governo de Onganía.

Nos dias posteriores, o JB, ao abordar a intensificação do movimento operário-estudantil – iria, gradativamente, apontando o fortalecimento das bases operárias e estudantis, mesmo diante da forte repressão governamental. Em várias seções tornava-se evidente que o movimento, ainda que com mortes e prisões, incomodava o governo argentino e apresentava êxito em várias manifestações.

Em uma matéria do dia 26 de maio, a declaração de um dos líderes da CGT destaca que “operários e estudantes se uniram contra o que consideram bárbara repressão policial”. Nas seções desse editorial, o termo repressão foi utilizado, em basicamente, toda a abordagem, fazendo referência a panfletos entregues pelos estudantes nas ruas, nos quais constava a frase “resistência à ofensiva repressiva”. A partir disso, o periódico reafirma a intranquilidade no país: “A Argentina que já foi considerada o país orgulho da América do Sul” “Agora (...) começa a revelar os primeiros sinais de uma crise que poderá prolongar-se”.

Ao publicar uma pesquisa de opinião realizada pela *Revista Plana*, na Argentina, o periódico destaca que, de acordo com a Revista, o governo Onganía “já sentia” que não estava conseguindo sensibilizar a maior parte do povo e que “para a maioria dos argentinos o atual governo era pior que o de Illia, derrubado em 1966”.⁹

Na seção “Impaciência”, as ações militares foram destacadas nos primeiros parágrafos, em uma sequência que deixa transparecer um somatório de atos que acabaram levando à impaciência e à insatisfação operário-estudantil: “Com o congresso fechado, os Partidos extintos e qualquer discussão política proibida, Onganía pretende mudar a mentalidade política do país. Acabou (o governo) com a autonomia estudantil, liquidou com os órgãos de classe, punindo aos que aderissem à greve”, e, mesmo com tudo isso, “o governo insiste em reafirmar que respeita a liberdade de expressão”. Embora afirmasse que o governo Onganía se mantinha forte no poder, mesmo diante dos ocorridos, ressalta: “Até a ala conservadora da Igreja Católica que o havia apoiado, agora se declaram solidários aos estudantes”. Mesmo com discursos ponderados, a matéria foi incisiva na ineficiência das ações do governo, já que, a partir delas, as fragilidades do governo vieram a público, muito semelhante ao que já acontecia no Brasil, embora não publicado.

⁹ Jornal do Brasil. 26 de maio de 1969.

A presença dos discursos do Bispo Ítalo de Stefano se tornaram frequentes a partir da matéria anterior. Em uma das declarações do Bispo, “Stefano condena o Governo Onganía pela atitude assumida frente aos estudantes”. O bispo faz referência às prisões de dezenas de estudantes em Rosário, nas semanas anteriores. Em carta endereçada ao Ministro Guillermo Borda, Stefano qualifica a juventude universitária de “magnífica”. Na reprodução de alguns trechos da carta de Stefano à Borda, o periódico enfatiza as classificações positivas que o bispo endereça aos estudantes, além disso, ressalta que, para o bispo, o movimento estudantil não teria relação alguma com os grupos extremistas, como apontado pelo Ministro. Reproduzindo um pequeno trecho da carta, o JB destaca a posição do bispo: “É uma pena conceder gratuitamente a paternidade de um movimento nobre como este a fatores extrajjuvenis mencionados”.¹⁰

Em alguns momentos, mesmo sem uma crítica direta ao governo Onganía, o JB reproduzia alguns depoimentos e posicionamentos que criticavam as ações do presidente. Em seção sobre “Ameaça de repressão”, o periódico fazia referência ao Decreto nº 2, que estabelecia a pena de morte no país. Trazendo-o, na íntegra, reproduziu seus doze pontos:

- 1) O civil que incitar publicamente à violência coletiva e/ou alterar a ordem pública será reprimido unicamente pela incitação com prisão mais prolongada.
- 2) O civil que oferecer resistência ostensiva ou expressamente recusar-se a obedecer a uma ordem, que essa pessoa militar ou das forças de segurança lhe imprimir o exercício de suas funções e com relação às mesmas, será reprimido com detenção ou prisão até quatro anos.
- 3) O civil que se recusar ostensivamente ou de modo expresse ao cumprimento de qualquer ordem imprimida por pessoa militar ou das forças de segurança, no exercício de suas funções e com relação às mesmas deixar de executá-las sem causa justificada, será reprimido com detenção ou prisão abreviada.
- 4) O civil que cometer com armas qualquer violência contra pessoa militar ou das forças de segurança no exercício de suas funções será condenado a reclusão de cinco a 15 anos; mas, se em consequência disso causar a morte da pessoa militar ou das forças de segurança, a pena a ser imposta será de reclusão por tempo indeterminado ou pena de morte.
- 5) Se o fato contemplado na primeira parte anterior for cometido sem uso de armas, a pena aplicável será a de prisão de um a seis anos; mas se causar morte de pessoas militar ou das forças de segurança a pena será de reclusão por tempo indeterminado ou pena de morte.
- 6) Os delitos contemplados nos Artigos 226, 229, 230 e 230-bis do Código Penal da nação cometidos por civis serão julgados pela justiça militar, mantendo-se o mínimo das penas respectivas e duplicando-se o máximo das estabelecidas em tais disposições legais.

(...)¹¹

Embora na descrição dos pontos do decreto não tenha sido impresso um caráter opinativo, publicá-lo, na íntegra, evidencia ao público leitor quais eram os atos considerados

¹⁰ Jornal do Brasil. 27 de maio de 1969.

¹¹ Jornal do Brasil. 27 de maio de 1969.

puníveis com a pena de morte, principalmente se incitassem a subversão da ordem pública.

Em 28 de maio, uma matéria opinativa, na página 6, fazia referência às tensões no continente americano. Sem citar a Argentina, sob o título “Círculo de fogo”, o jornalista ressaltava que os eventos estudantis no continente estavam relacionados ao impedimento das manifestações das minorias: “As ciências sociais constatam que a obstrução dos canais de manifestação predispõe as minorias à ação direta, justificando as ações em barricadas, invasões de universidades etc. já que lhes foram retiradas as possibilidades de expressão, inclusive pela falta de autonomia das próprias universidades”.¹²

A intensificação dos conflitos desencadeou no jornal “Clarín” a publicação de uma matéria fazendo alusão à possível implementação de um Estado de Sítio no país. Entretanto, embora o JB tenha publicado a declaração do General Osiris Villela sobre a situação, na qual denunciava a possibilidade “da existência de um plano subversivo de intensificação progressiva”, no periódico, as matérias afirmavam que o governo argentino “não pensa implantar Estado de Sítio”, pois, o movimento grevista “tinha como objetivo a defesa das conquistas trabalhistas e protesto contra a repressão policial às manifestações estudantis” e, em nenhum momento, atribuía-se representativo de grupos extremistas de esquerda, portanto, não justificando o Estado de Sítio.¹³

Contudo, embora a possibilidade de Estado de Sítio tenha sido descartada, os conflitos se agravaram e o Governo de Onganía mobilizou as Forças Armadas para evitar a greve. De acordo com matéria do dia 29 de maio, o Governo “criou conselhos de Guerra para manter a ordem pública”, já que, como destacava o periódico, “segundo fontes oficiais”, o Governo Onganía denunciava um “plano subversivo organizado e em funcionamento no país”.¹⁴

Nas matérias dos dias seguintes, o periódico destaca a ação do Governo e da polícia, que mesmo considerando a greve ilegal, via-se diante de sua manutenção com “os operários mantendo os braços cruzados”.¹⁵ Uma matéria fazendo referência às consequências das ações da polícia destaca “que a excessiva energia da polícia contra estudantes e repórteres fotográficos, deu nova dimensão às manifestações”,¹⁶ pois, “mesmo sob ameaças de serem reprimidos e o movimento ser considerado ilegal a zero hora iniciou-se a greve geral”.¹⁷

Os diversos recuos das forças militares durante os conflitos foram publicizados, principalmente quando os combates aconteciam nas universidades, espaços conhecidos pelos estudantes. Referenciando-se às declarações do Governador de Córdoba, a matéria o classificava como patético: “Carlos José Caballero lançou pelo rádio patético apelo à calma, denunciando grupos de comando subversivos que se haviam introduzido no meio da multidão, armados com armas de fogo”. Ainda sobre os avanços operários- estudantis,

12 Jornal do Brasil. 28 de maio de 1969.

13 Jornal do Brasil. 28 de maio de 1969.

14 Jornal do Brasil. 29 de maio de 1969.

15 Jornal do Brasil. 30 de maio de 1969.

16 Jornal do Brasil. 29 de maio de 1969.

17 Jornal do Brasil. 30 de maio de 1969.

uma seção, da mesma matéria, destaca que o governo “organizou instrumentos de intervenção para fazer a ordem”, para que todos os delitos praticados pelos subversivos fossem punidos. Entre eles: “danos à propriedade, incêndios e crimes de segurança dos meios de transporte, comunicação, saúde pública, sedição e conspiração”, dessa forma, embora os subversivos não fossem definidos ficavam determinados os limites daqueles que pudessem ser classificados como inimigos internos.

No editorial do dia 30 de maio, a seção sobre o posicionamento da Igreja Católica afirma que a situação na Argentina era grave e que mesmo os grupos mais coesos, durante a ascensão de Onganía, em 1966, apresentavam fragilidades. De um lado, o grupo de Dom Antônio Caggiano, que não era a favor dos conflitos, mas, também, não defendia os estudantes e, de outro lado, o setor progressista da Igreja que “decidiu apoiar o movimento estudantil e grevista, condenando o Governo de Onganía”.

Após a confirmação da greve, o JB, na manchete do dia 31 de maio, sob o título “A Argentina convulsionada aponta subversão interna”, sugere que nos discursos dos militares argentinos o inimigo interno era um fato, mas que o plano subversivo era exterior. Fazendo referência à declaração do Ministro da Defesa, General Lanusse, o periódico apontava que, no discurso do Ministro o “inimigo ideológico”, havia se infiltrado no país, “levando a subversão e a confusão a importantes setores da comunidade”.¹⁸ A manchete evidencia uma sutil, mas substancial mudança, nos discursos militares, os estudantes que antes eram considerados extremistas, agora são destacados como comunidade influenciada por um inimigo ideológico, embora novamente sem definições do inimigo, a referência era, possivelmente, a esquerda comunista. Já que, durante o período da Guerra Fria, Brasil e Argentina fixaram um novo conceito de soberania, no qual, a partir da denominada fronteira ideológica, o General Juan Carlos Onganía e o General Humberto de Alencar Castelo Branco se defendiam do “inimigo vermelho”.¹⁹

Na seção “Governo denuncia plano subversivo”, a organização do plano subversivo foi destacada pelo Governo argentino como uma “orientação do exterior”. Reproduzindo a declaração do Ministro do Interior Guillermo Borda, a seção destaca que os distúrbios em Córdoba, Tucumã, La Plata, Corrientes, Salta, Mendoza e Santa Fé teriam sido organizados por extremistas e que, de acordo com um alto funcionário do serviço de Segurança Nacional, “a subversão estava se firmando”.²⁰

Na página opinativa do periódico, uma matéria sobre “Distinção e repressão”, questiona a atuação do governo argentino diante da crise. É interessante ressaltar que o autor da matéria não descarta a possibilidade um plano subversivo no país, mas que tal fato não justifica “a suspeita de que todos os setores da sociedade sejam igual e

18 Jornal do Brasil. 31 de maio de 1969.

19 DELASSOPA. Emílio. *Ao inimigo, nem justiça: violência política na Argentina (1943-1983)*. São Paulo: Hucitec, 1998. Pág. 354.

20 Jornal do Brasil. 31 de maio de 1969.

potencialmente predispostos ao aliciamento subversivo”.²¹ Mesmo supondo a existência de uma possível subversão epidêmica, tal elemento não explica a punição de toda uma sociedade. Reafirmando ser importante contê-la e extingui-la, se alguma ação devesse ser aplicada, a “primeira tarefa é atuar lá e onde se manifeste a subversão organizada e insuflada de fora, é distinguir entre a contestação antidemocrática e as formas de oposição convencionais”. Com isso, a atuação operário-estudantil não era um mal generalizado que devesse ser contido por ações anti-subversivas continentais.

Sem dúvida, tomando como elemento comparativo o jornal Última Hora, as matérias sobre o movimento operário-estudantil foram quantitativamente superiores no JB. Além disso, as discussões sobre o processo de repressão, prisões, assassinatos, além do Decreto número 2, foram mais problematizadas no JB. Isso não significa que o jornal tenha perdido seu caráter pouco contestador dos anos anteriores, mas, demonstra que, diante dos fatos na Argentina, os jornalistas, de alguma forma, se posicionariam, ora mais direcionados a matérias informativas, ora questionando diretamente as ações militares no país vizinho.

De qualquer forma, associar o maior número de matérias no JB a um caráter combativo das ações militares seria precipitado. O que, possivelmente, já se apresentava, em 1969, era uma atuação censória mais direta, como o UH tinha uma tradição claramente oposicionista aos militares no poder, era de se esperar que as matérias nesse jornal continuassem combativas, como em 1966, entretanto, isso não aconteceu, até mesmo, pela mudança na equipe editorial. No JB, embora, nesse momento, já se introduzissem críticas aos governos militares, periódico não havia sido associado às matérias polêmicas contra as ações desses governos. Com certeza, isso não o eximiu da censura ou autocensura.

2 | JB E AS CRÍTICAS AO PERONISMO: A TÁTICA PERONISTA EM 1973-1974

No exílio, Perón conseguiu reunir e manter unidas as diversas tendências oposicionistas na Argentina. A última fase do processo caracterizou-se pela atuação de grupos terroristas, aos quais, Perón concedeu autorização para usar a violência, por ele justificadas como legítimas.²²

Na década de 1970, o terrorismo²³ na Argentina era assunto central no Jornal do Brasil, a intensificação das práticas de sequestros, atentados, assassinatos e roubos ganham as manchetes na primeira página. Com o retorno de Perón, o *slogan* divulgado pela chapa presidencial eleita em 1973: “Cámpora al gobierno, Perón al poder” indica que os conflitos e divergências no país estivessem próximos do fim, principalmente, com o retorno do ex-presidente, após dezoito anos no exílio.²⁴

21 Jornal do Brasil. 3 de junho de 1969.

22 Jornal do Brasil. 12 de outubro de 1973.

23 Terrorismo foi o termo utilizado pelo JB ao fazer qualquer referência a assassinatos, sequestros etc. incluindo todos os grupos que os praticassem.

24 Após o golpe militar de 1955, Perón que havia sido reeleito em 1951, é exilado no Paraguai e, posteriormente, na Espanha até 1973. Com a eleição de Héctor Cámpora (1973), Perón retorna para a Argentina, morrendo em 1974.

A designação de Héctor José Cámpora²⁵ para a candidatura à presidência no final de 1972, no JB, aparece como uma grande estratégia/manobra política para o retorno de Perón. A renúncia de Cámpora, em princípios de julho de 1973, foi anunciada no jornal como um ato concreto, embora, em algumas representações, ambos aparecessem em um labirinto distante de uma saída política para o país, como em uma charge de Ziraldo, na qual o cartunista representava Perón e Cámpora dispersos no emaranhado de armadilhas, distantes da saída.

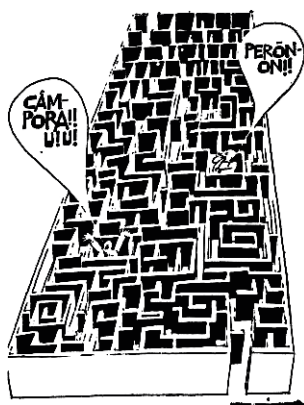


Fig. 3. Ziraldo. Jornal do Brasil. 13 de julho de 1973.

Os questionamentos quanto ao retorno de Perón e sua forma de fazer política, trazendo a possível solução da crise no país, acompanham todos os editoriais do JB. Em uma matéria sobre “Perón no Governo”, o jornalista questiona as formas que a Argentina vinha empregando para alcançar a democracia. O retorno de Perón mostrava que, novamente, o caminho para a democracia estava “acidentado, mais parecido com um golpe de estado do que um caminho constitucional!”.²⁶

O periódico aproxima a renúncia de Cámpora e o retorno de Perón a uma manobra bonapartista. Em editorial: “Perón, El Viejo, volta ao poder como em 1946: multidões nas ruas e aclamação na Plaza de Mayo”, o retorno do líder foi apontado pelo periódico como uma grande manobra das massas, ao estilo bonapartista. Diante disso, cada vez mais, o país se distancia da democracia e, na prática, o *slogan* “Cámpora no Governo, Perón no poder” “deixava de ser campanha eleitoral, para ser substância doutrinária de uma fórmula que tem mais de golpe do que de solução política”.

A manobra destacada pelo periódico foi evidenciada inúmeras vezes nas matérias

²⁵ Héctor José Cámpora concorreu as eleições na Argentina, em 1973. Dentista, sem relevância política, era apontado como uma estratégica manobra peronista para o retorno de Perón, ainda no exílio e inapto a candidatura. Ao vencer as eleições, anistiu os presos políticos, renunciou ao mandato e logo após novas eleições foram realizadas, tendo com resultado a vitória de Perón.

²⁶ Jornal do Brasil. 13 de julho de 1973.

dos enviados especiais. No período, Jayme Dantas,²⁷ cobria os acontecimentos no país vizinho e, em suas matérias, a ascensão de Perón ao poder foi representada como um evento estrategicamente elaborado: “a mesma tática de 1946: povo nas ruas ao som de marchas peronistas”, afirma o jornalista. A matéria de Dantas revela as incertezas no país, tanto em relação à renúncia quanto sobre a realização de eleições, esta última, ressaltada pelo jornalista como fundamental para a manutenção da democracia.

As tensões no país se intensificavam cada vez mais e o retorno de Perón e a possível solução da crise, se mostravam uma grande falha, pelo menos nas representações do JB. Em duas seções do periódico, tal perspectiva foi claramente evidenciada. Na seção *48 dias sem paz*, a matéria enfatiza que desde a posse de Cámpora, nas ruas e galerias de Buenos Aires, o nome aclamado era outro: Perón.

Entretanto, o periódico destaca que o retorno do General não trouxe a paz, pelo contrário, ao tentar pousar o avião no aeroporto de Ezeiza, nas proximidades de Buenos Aires, teve início um conflito que deixou vários mortos e feridos, tendo o avião que pousar em um local desconhecido. Dessa forma, diante do “massacre de Ezeiza”, o periódico fundamentava seu discurso na perspectiva de que havia, ainda, um longo caminho a percorrer até a paz, na Argentina.²⁸

Além disso, o jornal busca deixar evidente a fragilidade de Perón, no que diz respeito a sua saúde. Em duas matérias do editorial de 13 de julho de 1973, o JB destaca, no início de cada página, a imagem do presidente. Na primeira, referente a 1946, o líder aparece jovem e astuto, já na segunda, representado com mal traçadas linhas de um cartunista ficava evidenciada a idade avançada de Perón.

A idade avançada, associada às novas condições do país, “afinal já haviam se passado dezoito anos desde o exílio do líder”, foram elementos utilizados pelo JB para questionar a eficiência de Perón na política. No opinativo “Peronismo indefinível”, a matéria faz referência à ascensão de Perón ao poder como um confuso golpe branco. As divergências dentro do peronismo se acentuam: “da extrema esquerda a extrema direita, o peronismo abrangia todas as tendências”.²⁹ Com isso, afirma o opinativo: “conclui-se que

27 Jayme Dantas foi correspondente da revista norte-americana *Time* durante 25 anos. Trabalhou no JB como correspondente nos Estados Unidos e na Argentina – no momento da renúncia de Cámpora e da eleição de Perón - e dirigiu, junto com Calazans Fernandes, os cadernos especiais da *Folha de São Paulo*. Em 1966, foi o chefe de redação do jornal “Ultra-Notícias”, tornando-se “Jornal da Globo”, em 1967, e “Jornal Nacional”, em 1969, com José Ramos Tinhorão como editor-chefe.

28 Perón desembarcou no aeroporto de Buenos Aires, localizado em Ezeiza, arredores da capital, em 20 de junho de 1973, após a frustrada tentativa de volta em novembro do ano anterior, quando permaneceu apenas um mês no país. O movimento peronista, dividido, pretendia recebê-lo com uma multidão, que o acompanharia por todo o trajeto até a cidade. Todavia, no local designado para que Perón parasse e discursasse, instalou-se um aparato organizado pela direita peronista (formada por assessores de Perón, membros dos aparatos de segurança e sindicalistas) destinado a reprimir qualquer aproximação da esquerda peronista, formada, sobretudo, pela JP (Juventude Peronista, formada por militantes estudantis) e pelos Montoneros (guerrilheiros e militantes estudantis clandestinos). Antes que Perón se encaminhasse para o palco, a segurança da manifestação, infiltrada pela direita peronista começou a atirar sobre a multidão. O número de mortos, provavelmente mais de uma dezena, jamais foi indicado ao certo, mas o “massacre” inviabilizou o discurso de Perón e rompeu a aliança tática até então mantida entre as duas facções peronistas. Ver: Horacio Verbitsky. *Ezeiza*. Buenos Aires: Contrapunto, 1985.

29 Jornal do Brasil. 13 de julho de 1973.

não se pode dizer que Perón vá satisfazer!”. A relação messiânica dos grupos peronistas com Perón, de acordo com o opinativo, foi baseada em uma identificação a um nome, exatamente pela inexistência de outro: “O velho caudilho entenderá a nação que passou a chamar todas suas ideias de peronismo, por falta de outro nome?”.³⁰

De acordo com as abordagens do periódico, a imagem messiânica do líder era recorrente nos discursos de alguns políticos e peronistas na Argentina, reproduzidos pelo jornal. No ato da transmissão do poder de Cámpora à Perón, o então presidente, ao ler o documento de renúncia, anunciava estar extremamente emocionado, pois: “como delegado de Perón,³¹ estou feliz pelo reencontro histórico do qual faço parte”. Fazendo referência ao reencontro histórico de Perón com o povo argentino.

Entretanto, até a relação entre Cámpora e Perón foi criticada pelo periódico. Em um opinativo, “Sol remanescente”,³² o jornalista inicia com tom irônico, questionando a fidelidade de Cámpora a Perón, o que denomina “canina fidelidade”. Associando seu retorno a “uma insólita aventura argentina, o que, se não falta toque dramático, também não falta o tom burlesco”, critica também a posição política de Perón: “E retorna– honra se lhe faça– pelo voto livre, universal e secreto, de que não foi na sua primeira encarnação, um caloroso admirador”.

As representações negativas sobre Perón continuariam nas charges dos cartunistas, no JB. No mesmo editorial da matéria anterior, uma charge de Lan³³ traz o diálogo entre Perón e Cámpora, na qual este passava a cadeira presidencial ao líder peronista: “Pronto meu General. Sua cadeira está bem quentinha”. E atrás da imagem de Perón, inúmeras teias de aranha.

30 Jornal do Brasil. 14 de julho de 1973.

31 Em 1971, Cámpora foi nomeado “delegado pessoal” por Perón, com a autoridade para negociar com o governo militar argentino os termos de sua volta definitiva do exílio. O presidente, general Alejandro Augustín Lanusse, liderava a facção militar que aceitava que o peronismo fosse novamente legalizado, mas desejava enfraquece-lo, razão pela qual recusava a possibilidade que Perón fosse candidato a presidente. Lanusse propôs um “Grande Acordo Nacional (GAN)” em que os peronistas se uniriam aos militares num governo nacionalista, mas dirigido por um presidente militar eleito pelo povo. O acordo resultante não homologou o GAN, mas aceitou a condição da inelegibilidade do velho caudilho, razão pela qual Cámpora foi lançado candidato para as eleições de março de 1973, dois meses antes do retorno de Perón. O próprio Cámpora alimentou a expectativa de que apenas “esquentava” a cadeira presidencial para o líder, e veio, efetivamente, renunciar em 13 de julho daquele mesmo ano.

32 Jornal do Brasil. 15 de julho de 1973.

33 Lanfranco Aldo Ricardo Vaselli Cortelline Rossi, italiano radicado na cidade do Rio de Janeiro, convidado por Samuel Wainer trabalhou na Última Hora, em 1952. Em 1962, passa a integrar a equipe do Jornal do Brasil, onde permaneceu por 33 anos. Com fama internacional, publicou em importantes revistas e jornais argentinos, como Noticias Gráficas e El Mundo.



— Pronto meu General. Sua cadeira está bem quentinha!

Fig. 4. Lan. Jornal do Brasil. 14 de julho de 1973.

A restituição do título de General à Perón e a aproximação com as Forças Armadas também foram motivos de críticas pelo JB. Se antes disso, a posse do líder peronista já era representada pelo periódico como um golpe, a partir desse momento não restava dúvida. Em uma matéria sobre a intervenção do exército na crise argentina, o JB destaca o quanto o país “estava a mercê das quarteladas, num vaivém entre espadas e Estado”. Baseando-se na análise de José Luis Imaz, na qual as intervenções seriam justificáveis em momentos de crise de legitimidade na vida política, o jornalista apontava a falência das ações militares, já que as crises não haviam sido sanadas.

O jornal destaca que a renúncia era uma “fórmula clássica” na América Latina. Em tom irônico, afirma que “a renúncia era uma das fórmulas consagradas da transmissão de poder – quase tanto quanto o golpe de estado, com o qual frequentemente se confunde” e que, além disso, “os países latinoamericanos são pródigos em exemplos de abdições que, na realidade, não passaram de primeiro ato de cuartelazos tecnicamente planejados”.

Em uma charge de Ziraldo, no editorial de 15 de julho, o cartunista representa a Argentina em chamas, ao lado de *São de Gaulle* pronunciando a frase: “C’est pas un continent serieux!”.



Fig. 5. Ziraldo. Jornal do Brasil. 15 de julho de 1973.

Entretanto, não existe um santo De Gaulle. O cartunista buscava uma relação com uma possível declaração do presidente francês, Charles De Gaulle. A frase, atribuída a De Gaulle, possivelmente pronunciada em um momento em que franceses capturavam lagostas em águas brasileiras “Le Brésil, CE n’est pas un pays serieux”, referia-se à inabilidade com que o governo brasileiro conduziu este evento. Embora a atribuição da frase tenha sido enganosa, pois, na verdade, fora pronunciada por Carlos Alves Souza Filho, embaixador francês no Brasil, a representação de Ziraldo ampliava o questionamento e, de certa forma, ampliava também a acusação de inabilidade política para o restante do continente.

Isso porque, mesmo com a ascensão de Perón ao poder, como o periódico já destaca desde a eleição de Cámpora, as dissensões peronistas não cessaram. Com a imposição pelas Forças Armadas de Ricardo Balbín, líder da União Cívica Radical, e oposição a Perón em eleições anteriores, para a vice-presidência e algumas tentativas do presidente provisório, Lastiri, de uma possível manobra política, Jayme Dantas, publicava uma matéria sobre a nova crise à vista. De acordo com o jornalista, referenciando-se ironicamente a aproximação entre Balbín e Perón, embora (“do desacordo à compreensão”) “ambos inimigos de anos descobriram que não só se respeitavam – mas se entendiam e se apreciavam mutuamente”,³⁴ Dantas afirma que os grupos peronistas não aceitam tal associação e, com certeza, responderão intensificando os ataques, sequestros e conflitos. O que foi evidenciado na manchete de 17 de julho, na qual “Extremistas exigem Perón como Presidente provisório”.

Na continuidade da matéria, o subtítulo é ainda mais revelador “Terror argentino exige posse imediata de Perón”. A continuidade e intensificação dos conflitos corrobora o que, em matérias anteriores, o jornal já havia indicado. Em um box sobre o noticiário do jornal La Prensa, o JB ressalta o trecho em que o periódico argentino afirma: “o governo que surgirá das eleições convocadas nascerá moralmente diminuído porque terá sua

³⁴ Jornal do Brasil. 16 de julho de 1973.

origem numa ofensa às instituições”.³⁵

No dia da posse de Perón, as ondas de violência não haviam diminuído e o jornal destaca a “atmosfera quase policial” do momento. De acordo com Jayme Dantas, a situação decorria da exacerbação dos problemas econômicos e das divergências políticas no peronismo e, nesse sentido, embora, para uma parcela da população, Perón “fosse aquele que deu voz aos marginalizados”, o jornalista ressalta que “não parece ter qualquer relevância agora o fato de que o ambicioso programa industrial e de obras públicas, sistema distributivo e paternalista que foi o peronismo, tenham deslanchado o processo de deterioração econômica que sofre ainda hoje o país”.

Para finalizar a crítica direta ao movimento peronista e a Perón, Dantas ainda ressalta que Perón, como líder, nunca havia se preocupado em definir sucessores ou substitutos, ao contrário, sempre encabeçando o movimento, o mantinha verticalizado e, nesse momento, havia se voltado para sua institucionalização.

A instabilidade das expectativas sobre o líder peronista no poder já eram apresentadas desde sua posse. De acordo com Jayme Dantas, em matéria de 13 de outubro, embora, no momento da posse, Perón se pronunciasse a favor de um “povo em paz, unido e solidário” “podia-se ouvir na Plaza de Mayo brados de peronistas de esquerda moderados”.

Em tom irônico, o jornalista ressalta que as cerimônias de posse constituíram também “um espetáculo de cautelas e precauções, de manejo eficiente das massas, de alegria popular dentro da rígida verticalidade peronista, tudo isento dos tão conhecidos excessos, a não ser desmaios de emoção”.³⁶

No decorrer de oito meses desde a posse de Perón até a fragilização definitiva de sua saúde (morreria em 1º de julho de 1974), o governo não conseguiu colocar em prática a contenção dos conflitos no país, ao menos era isso que constava no noticiário que preenchia os espaços reservados à Argentina no JB. O agravamento da doença do presidente, extremamente divulgado nas manchetes de junho de 1974, era apontado como elemento causador das incertezas políticas no país. Jayme Dantas, em matéria de 29 de junho, destaca que “a doença de Perón criava uma atmosfera de crise”³⁷ e que as incertezas políticas geradas pela piora na saúde do presidente havia resultado na ascensão da vice-presidente Maria Estela³⁸ ao poder, em 30 de junho.

O caráter nada transitório do cargo assumido pela terceira mulher de Perón simbolizava para o periódico tais inseguranças. Para o jornalista, a morte do líder peronista teria como consequência a unidade do povo peronista em torno de sua sucessora, entretanto, sem garantias de quanto tempo Maria Estela conseguiria assegurar a unidade do mesmo, já que, possivelmente, a tradicional divisão de forças iria se acentuar.

35 Jornal do Brasil. 17 de julho de 1973.

36 Jornal do Brasil. 13 de outubro de 1973.

37 Jornal do Brasil. 29 de junho de 1974.

38 Maria Estela Martínez conhecida como Isabelita, pois quando fora dançarina de cabaré adotou o nome Isabel, casou-se com Perón em 1960. Projetou-se politicamente e com a morte do líder peronista assumiu a presidência da Argentina, sendo deposta pelo golpe de 1976.

Em opinativo, “testamento de Perón”,³⁹ o periódico destaca que o legado de Perón “tinha, na via do congraçamento constitucional e no entendimento das Nações americanas, conteúdo político capaz de assegurar a continuidade das linhas que se empenhou por imprimir”, afirmações contrárias ao que o periódico vinha afirmando desde o retorno do presidente, associando-o a um manobrista político que chegava ao poder aclamado pelo povo, mesmo diante de um golpe branco.

Entretanto, o caráter constitucional do governo, exceto nesse opinativo, no geral, desqualifica as práticas utilizadas pelo líder, considerado caudilho e carismático na maioria das matérias. Em box opinativo de Luiz Barbosa, o jornalista traz a declaração do General Lanusse sobre a morte de Perón: “A morte do líder, para Lanusse, marca o início do esvaziamento do mito”.

Em editorial do Caderno B, caderno de cultura do JB, a trajetória política de Perón foi analisada a partir de obras de historiadores. Com o título “Perón, ‘El viejo’, ‘El hombre””, o editorial inicia a matéria com uma entrevista de Eduardo Galeano a uma criança argentina em um bairro operário, nas vésperas das eleições de 1962. Ao perguntar o que a criança achava das eleições, a resposta rápida não surpreenderia: “las elecciones no sirven para nada. Acá esperamos al hombre!”. Como destaca o jornalista, a expectativa dos argentinos gravitava em torno do retorno de Perón, já que, como ressalta a própria matéria “o garoto tinha razão, pois, mesmo vencendo as eleições, os peronistas foram impedidos de tomar posse”. Com isso, a espera do *Hombre* foi gradativamente tornando-se um mito, alimentado, muitas vezes, pelos seus próprios inimigos, insistentes na recusa da participação dos peronistas no governo. Entretanto, afirma o jornalista, mesmo diante da construção do mito e das expectativas, “a ascensão de Perón a Casa Rosada foi uma decepção”.⁴⁰

A máxima “após a morte todo homem torna-se santo” não funcionou na política peronista. Com a morte do líder suas manobras políticas e ações consideradas nada constitucionais foram destaques no periódico. A indicação de Maria Estela para a vice-presidência e sua posse dias antes da morte de Perón foi ressaltada como “o último ato político do líder” pelo JB, “uma ação estrategicamente pensada”.

Carlos Castelo Branco, na Coluna Castello, afirma que, desde o retorno de Perón à Argentina, o líder conseguiu retomar tudo que havia perdido com seu exílio, a patente militar, o corpo de Evita,⁴¹ a aclamação popular, mas não conseguiu recuperar o tempo perdido. “A imagem do ditador corrupto e devasso de 1955, a idade não lhe permitiu a reabilitação histórica”.⁴² Além disso, para o jornalista, dez anos de poder de Perón asseguraram-lhe “aparência de repente à legalidade, mas frustrou a ordem constitucional e abalou o equilíbrio

39 Jornal do Brasil. 2 de julho de 1974.

40 Jornal do Brasil. 2 de julho de 1974.

41 Maria Eva Duarte Perón ou como ficou popularmente conhecida, Evita Perón, segunda esposa de Juan Domingo Perón, atriz, casa-se com Perón e em meses se projeta politicamente, cria o Partido Feminino Peronista e passa a ter possibilidades de integrar a presidência como vice de Perón, o que não foi possível, após grave doença que acabou levando-a morte em 1952.

42 Jornal do Brasil. 3 de julho de 1973.

econômico, social e político do país”.

Entretanto, embora o periódico afirmasse que Perón não tivesse tido tempo para sua reabilitação histórica, Alexandre Garcia, correspondente do periódico, enfatiza a grande mobilização popular diante da morte do líder peronista. A Plaza de Mayo, local das reuniões de Perón com o povo, recebia gradativamente uma população que se aglomerava, com “choro e cantos de aclamação” e, aparentemente, “desorientados com a perda”. Com ou sem a reabilitação histórica, o líder peronista levou grande parte da população argentina às ruas, a espera do cortejo fúnebre: “filas formavam-se para ver pela última vez o corpo de Perón” “ao passar o cortejo, ouviam-se gritos de abaxem os guarda-chuvas para que todos possam vê-lo”.

Mas a fragilidade da continuidade peronista era evidente para o JB. Nas matérias de Alexandre Garcia e Jayme Dantas, o futuro sem Perón estava assinalado pelas mesmas incertezas políticas que marcaram o seu retorno. De acordo com Dantas: “custava acreditar que as contradições internas que sempre existiram dentro do peronismo, não se acentuassem”. Nas matérias de Alexandre Garcia tornava-se evidente que os questionamentos sobre a capacidade de Isabelita (Maria Estela) em manter unidos os diferentes grupos do peronismo eram cada vez mais intensos.

Nos dias de luto e antes do sepultamento do corpo de Perón, o país ainda se matinha na calma, mas o periódico deixava muito claro que não havia garantias da permanência dessa calma que se acometera até as alas mais radicais do peronismo, após esse momento. O editorial de Jayme Dantas, no Caderno Especial, “Realidade depois de Perón”, destaca que o país, antes considerado um dos países com melhores condições de vida na América Latina, após as sucessões de Generais e seus fracassos, desde 1955, encontrava-se com altos índices de analfabetismos, intensas diferenças regionais, elevação do custo de vida em 200%, aumento da violência etc.

De fato, as divergências dentro do peronismo ou, talvez, o que se possa denominar, nos peronismos, não foram subsumidas com a morte do líder. A inexistência de um líder capaz de assegurar a verticalização do poder acentuava ainda mais as crises no país, tendências já indicadas por alguns jornalistas no periódico. Nesse sentido, o JB afirmava que o líder peronista, grande estrategista das massas, realmente não havia tido tempo para se reabilitar historicamente, pelo menos no âmbito político. Além disso, embora tenha escolhido Maria Estela como sucessora, as divergências dentro do peronismo associadas a ineficaz habilidade da Presidenta⁴³ na manutenção da verticalização do poder, distanciava o país do encontro com a democracia e com a paz, principalmente com a intensificação do terror no país, tendo como consequência o despertar do silêncio das Forças Armadas.

43 Termo utilizado pelo JB para referir-se a Maria Estela.

3 | JORNAL DO BRASIL E O GOLPE DE 1976 NA ARGENTINA: O DESPERTAR DO SILÊNCIO E DA OBSERVAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Nos anos de 1970, os editoriais do JB ainda seguiam as diagramações da década anterior, a página 6 se mantinha como editorial opinativo, além de espaço reservado para Ziraldo e Lan, no qual divulgavam suas charges. A coluna Castello, de caráter politizado e crítico, também permanecia no periódico. As notícias internacionais ganharam mais espaço, anteriormente abordadas mais especificamente na página 9, em 1976 foram ampliadas para as quatro páginas posteriores.

Entretanto, a partir dos levantamentos realizados, foi possível analisar que as condições políticas já não eram as mesmas de anos anteriores, principalmente no que diz respeito às relações da imprensa com os novos governos militares. No Jornal do Brasil, a manutenção da diagramação anterior foi elemento definidor nas identificações dos espaços encontrados pelo periódico para publicizar posicionamentos sobre os fatos ocorridos na política internacional, que, embora tenham ganhado mais espaço, possivelmente buscavam-se adaptar à intensificação da censura prévia ou mesmo a prática da autocensura.

Nesse período, as comparações entre regimes militares se reduziram ao máximo, nos levantamentos dos editoriais do JB, nenhuma nota ou sequer um editorial comparava o movimento militar na Argentina, em 1976, com o governo militar brasileiro e, nos casos em que algumas publicações no periódico subentendessem alguma proximidade ou analogia entre os regimes, tudo era muito discreto e moderado.

Mesmo diante desse contexto, aparentemente mais limitado, a atuação do JB no momento pré-golpe na Argentina, encontrou espaços para a expressão de opiniões. No início do mês de março de 1976, os noticiários do JB apontavam as condições econômicas no país como um problema político. Maria Estela Martinez havia assumido o governo, com a morte de Juan Carlos Perón, em 1974; desde esse momento, o custo de vida no país e as divergências dos grupos peronistas, que já eram uma realidade, tornavam-se cada vez mais intensos e públicos no país.

Nos noticiários do JB, as tentativas de entendimento entre justicialistas, governistas, e radicais, oposição ao governo, buscavam uma solução para a crise que se anunciava no país. As divergências entre os grupos governistas e não governistas, a intensificação das ações da guerrilha urbana e, com isso, a inabilidade da “Presidenta”⁴⁴ em solucionar os problemas internos à política e às questões econômicas eram trazidos pelo periódico como elementos que estavam favorecendo o desenrolar de um movimento golpista.

Em uma matéria do correspondente Fritz Utzeri, o jornalista destaca que o “Golpe militar na Argentina era certo só falta a data”. Na abordagem do enviado especial, o mesmo recorda que há menos de três anos, o povo argentino gritava na praça de maio “se van, se van y jamás volverán”, fazendo referência ao fim dos breves governos militares de 1971 a

44 Termo utilizado pelo periódico ao se referir a Maria Estela.

1973 (Levingston e Lanusse),⁴⁵ entretanto, nesse momento, “estavam na iminência de uma volta ao poder” dos governos militares.

No entanto, mesmo diante das possibilidades golpistas, os militares “se mantinham em silêncio e observação”.⁴⁶ De acordo com Utzeri, A teoria da “fruta madura”, correspondente à ideia na qual os militares deixariam os políticos esgotarem todos seus recursos constitucionais na resolução dos problemas do país e, caso não encontrassem, as Forças Armadas interviriam, era a teoria que circundava e justificava o silêncio militar. Em tom irônico, o jornalista afirma: “segundo alta fonte militar quando o assunto passa a ser político, os militares *muy* respeitosamente pedem licença e se retiram”.

A princípio, o distanciamento dos militares da iminente crise política argentina foi publicizada pelo periódico em noticiários que poderiam ser julgados como contraditórios, os títulos não coincidiam com a abordagem da matéria. Entretanto, os elementos subentendidos nas matérias foram se tornando mais nítidos à medida que os noticiários começaram a publicar as remotas e planejadas intenções golpistas na Argentina, mais evidentes nos próprios discursos militares.

Em matéria de 4 de março, um pronunciamento militar desencadeou uma pequena nota, dissolvida nas páginas de notícias internacionais, sobre “golpe iminente na Argentina”. De acordo com a nota, o periódico argentino Nuestra Palabra havia trazido em seu editorial que “há quem sonhe com um Pinochet argentino, que também cubra de sangue o solo da pátria, na ilusão de restabelecer a ordem constitucional”.⁴⁷ Embora seja a única comparação em todos os editoriais com algum outro governo, nesse caso, a referência a Pinochet é claramente uma recusa a sua forma de governo. Organizador do movimento golpista que depôs Salvador Allende no Chile, em setembro de 1973, o General Pinochet foi representado negativamente na nota, principalmente diante de suas ações na ilusão de restabelecer a ordem constitucional.

A fragilidade do governo de Maria Estela apareceria ainda em outras matérias da semana. Em um box lateral no editorial de 5 de março, o impedimento do julgamento da Presidenta, pelo presidente do Senado, não foi bem recebido pelos peronistas. A intensificação de sequestros e a escassez de alimentos no país eram apontados como “incompetência presidencial”, o que, possivelmente, seria resolvido diante de uma Assembleia Legislativa e do julgamento da Presidenta.

A crise do governo e a pressão dos grupos peronistas culminaram na divulgação de um plano econômico pelo Ministro da Economia, embora mal recebido pelos peronistas. Mesmo com a intensificação da crise econômica e partidária, em matéria de 7 de março, o JB ressaltava que “os militares continuavam aparentemente alheios...”, condição que em

45 Roberto Marcelo Levingston Laborda foi designado pela Junta de Comandantes em Chefe das três Forças Armadas, em junho de 1970, para substituir ao presidente Juan Carlos Onganía, permanecendo no poder até março de 1971, quando Alejandro Agustín Lanusse assume a presidência, na qual permanece até maio de 1973, quando Héctor Cámpora foi eleito.

46 Jornal do Brasil. 3 de março de 1976.

47 Jornal do Brasil. 4 de março de 1976.

breve passaria por intensas modificações.

Em editorial de 11 de março, a manchete “Reunião militar aumenta tensão na Argentina” já indica as movimentações das três armas quanto a um posicionamento sobre a situação no país. As declarações de Maria Estela sobre a possível aplicação de golpe contra seu governo, baseando-se nos jornais *El Nacional* (Caracas) e *Excelsior* (México), eram publicizados pelo JB: “A própria Maria Estela revelou que os militares argentinos estão prestes a derrubá-la através de um golpe marcado para hoje”.⁴⁸ No editorial da página 6, sob o título “Estertor Peronista”, as ações de Maria Estela foram apontadas como fatais, principalmente a tentativa de manutenção da verticalização do regime. Durante o governo de Perón, o presidente concentrava a chefia do Estado, do governo e do movimento justicialista, entretanto, embora Maria Estela tentasse, não tinha a mesma habilidade.⁴⁹ Diante disso, a manutenção da verticalidade do poder no governo de Maria Estela não se sustentaria como no governo de Perón, acentuando a crise no país. Com isso, o opinativo terminava indagando: “até quando o exército argentino esperará que o convoquem?” com suas estratégias salvacionistas para a crise.

Em uma charge, na página 6, do editorial de 16 de março, Lan representa Maria Estela sentada na cadeira presidencial, observando a enquanto esta era balançada por um personagem incógnito. Maria Estela olhava fixamente a impressão do *brasão de armas* da Argentina no topo da cadeira. A charge deixava nítido o papel que as Forças Armadas assumiam no país, como tutoras da cadeira presidencial.

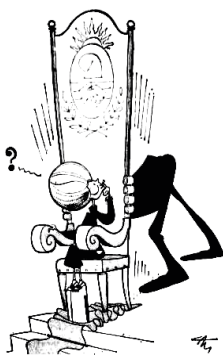


Fig. 6. Lan. Jornal do Brasil. 16 de março de 1976.

No mesmo editorial, uma matéria de Aluizio Machado sobre o ataque a bomba contra o General Videla foi apontado como um possível elemento definidor da crise. De acordo

48 Jornal do Brasil. 12 de março de 1976.

49 Maria Estela Martínez não possuía qualquer ascendência sobre a esquerda peronista, pois concedeu bastante poder à direita do movimento justicialista, em especial não reprimindo suas ações terroristas, dirigidas contra a esquerda, fosse peronista ou não. Seu aparato era organizado por assessores da presidenta, com o conluio de policiais, empresários e militares. Ao mesmo tempo, o movimento guerrilheiro, de fundo peronista ou guevarista, avançou, em termos de popularidade entre a juventude estudantil e em termos do número de ações guerrilheiras e terroristas. Os anos de 1974 a 1976 viram se adensar, de parte a parte, os assassinatos, assaltos a bancos, sequestros e atentados a bombas, que havia se iniciado já durante o governo de Lanusse.

com o jornalista, o evento poderia ser uma “faca de dois gumes”; de um lado, poderia atuar como uma advertência às Forças Armadas, mas, de outro, poderia incitá-las a uma tomada de posição definitiva. Como destaca Machado: “as Forças Armadas pareciam estar dispostas a manter o jogo das normas institucionais, embora ninguém se atrevesse a dizer até quando”.⁵⁰

No editorial do dia seguinte, em matéria do mesmo jornalista, na reprodução de trechos do editorial do jornal argentino *Mayoria*, a situação indefinida do país fica evidente: “os argentinos continuam vivendo um clima de vésperas de não se sabe o quê”, já que “a bomba contra Videla possa ter sido mais um pretexto oferecido pelos terroristas”.

A noção de distanciamento das Forças Armadas ainda ganhou projeção nos dias anteriores ao golpe. Em manchete de 18 de março, “Exército Argentino não se interessa por golpe”, o Ministro da Defesa Jorge Deheza garantia que: “As Forças Armadas não tem interesse em golpe e só intervirão se se (sic.) der o caos generalizado ou o vazio de Poder”.

A tentativa de diálogo entre os peronistas, diante da crise argentina, repercutia nas matérias do JB. Ainda no editorial sobre a não intervenção militar, Aluizio Machado, no noticiário “Peronismo tenta diálogo para vencer crise”, destaca que era importante lembrar que na história da argentina nos momentos em que “a paz” é introduzida nos discursos políticos, surgem as maiores distensões: “É que isso (discursos de paz) não impede que alguns observadores recordem que é quase uma tradição argentina a ocorrência de golpes justamente quando os boatos a respeito cessam, como no caso de Juan Carlos Onganía”.

O jornalista destaca em matéria sobre a criação de uma Comissão bicameral para tentar resolver os problemas argentinos que, de acordo com as declarações dos líderes dos partidos em dissensão, “tudo mudou” e que “os partidos argentinos não se deixariam seduzir por um minigolpe”.⁵¹ Com isso, embora a crise se intensificasse no país, radicais e peronistas tinham como objetivo preservar a estabilidade institucional do país, seriamente ameaçada.

No editorial de 23 de março, a condição imprimida pelos militares de distanciamento da política começa a mudar. A manchete traz a situação na Argentina: “Maria Estela faz reunião de emergência” e no segundo clichê “Blindados se deslocam para Buenos Aires”. As duas matérias já indicavam as ações militares sobre o governo de Maria Estela, se era necessário o caos institucional e/ou o vazio de poder para que houvesse uma mobilização militar, nesse momento, a primeira condição já se desenhava.

Aluizio Machado, na seção “Ponteiros Parados” reproduziu as declarações do General Videla ao Ministro da Defesa, no qual o General teria dito que “o relógio estaria parado”. De acordo com o jornalista, a frase foi interpretada como uma advertência “de que ou as coisas mudavam ou os ponteiros do relógio das Forças Armadas começariam a andar. Em outras palavras haveria o golpe”.

⁵⁰ Jornal do Brasil. 16 de março de 1976.

⁵¹ Declaração de Bittel, líder justicialista e governador da província do Chaco. Jornal do Brasil. 21 de março de 1976.

Machado advertia que embora os militares se mantivessem em “silêncio e em observação” e que houvessem negado a existência de tal declaração, “observadores internacionais e enviados especiais, não apagaram da memória os discursos anteriores, e que com relógio ou sem relógio, parados ou andando, a pressão subia”. Terminando a matéria de forma provocativa, afirma:

Assim, à noite, quem não acredita que o relógio militar estivesse andando foi dormir com a preocupação que vem marcando o panorama nos últimos meses. E quem acredita no relógio foi dormir sabendo que ele está andando, mas, na verdade, sem saber que horas o General -se é que o fez- marcou para despertar.⁵²

A atuação militar sairia efetivamente do silêncio e da observação no dia do golpe. Em 24 de março, o editorial do JB traz, na primeira página, o golpe sobre o governo de Maria Estela. Em um box sobre a movimentação para a deposição da Presidenta, o JB esclarece sobre a operação denominada *Operação Áries*. De acordo com a matéria, o golpe já era em um planejamento anterior. Embora em nenhum dos editoriais anteriores a organização militar contra o governo de Maria Estela tenha sido divulgada, principalmente diante do silêncio e observação das Forças Armadas, as charges e algumas matérias do jornal evidenciavam que a aparente abstenção da política não condizia com o papel que os militares se instituíam no país, como na charge de Lan, apresentados como tutores da cadeira presidencial.

Contudo, tal posicionamento ficava mais evidente com as matérias sobre a efetivação do golpe, embora aparentemente receosas. Ainda no box sobre a *Operação Áries*, a premeditação dos militares quanto ao golpe foi ressaltada: “um dos golpes mais bem pensados e estruturados da história do país”. De silenciosos e observadores, os militares, passaram a tutores do país. Na manchete do dia 25 de março, o JB destaca que os militares haviam tomado todo o poder na Argentina, diluído o Congresso, dissolvido os partidos políticos, aprovado a pena de morte e imposto a censura à imprensa.

No mesmo editorial, uma charge de Ziraldo representava a redação de um jornal e o possível engano do secretário de redação na elaboração do texto da manchete sobre o golpe. No diálogo, o secretário dizia ao chefe de redação: “O senhor tem que entender, essas palavras ficam prontas na gaveta- e há tanto tempo - que é justo a gente misturar tudo, um dia...”. As palavras desorganizadas propositadamente, impressas na manchete, imprimiam um posicionamento:

52 Jornal do Brasil. 23 de março de 1976.



Fig. 7. Ziraldo. Jornal do Brasil. 25 de março de 1976.

Na referência às palavras guardadas na gaveta, Ziraldo não representava somente o golpe na Argentina, mas incluía toda América Latina. Palavras que vez ou outra eram retiradas para comporem as manchetes do jornal. A partir da disposição das mesmas, a *mistura* possibilitava várias leituras sobre o golpe e a atuação militar se revelava em algumas delas, como no trecho “O golpe depõe a calma”.

Embora aparentemente sob censura, no caso do JB através dos telefonemas e dos bilhetes enviados à redação do jornal, as matérias sobre as ações militares na Argentina ganharam os editoriais dos dias posteriores ao golpe, principalmente as relativas à censura à imprensa. Na seção “Medidas imediatas”, a imposição de rígida censura aos meios de comunicação foi destacada: “só poderiam divulgar notícias fornecidas pela Secretaria de Imprensa do Governo”, sendo que “cópias das matérias em três vias assinadas pelo redator deveriam ser enviadas antes da publicação, para as correções necessárias”. De acordo com Aluizio Machado, o rádio e a TV “continuavam apresentando músicas folclóricas e marchas militares até a noite”.

De fato, o silêncio militar das primeiras matérias iria gradativamente dando espaço à publicização das antigas intervenções militares no país. Em um box sob o título: “Sucessão sempre em manchete”, o periódico traz uma sequência das últimas modificações de governos na Argentina, todos influenciados pelos militares, desde Perón, em 1955, até a deposição Maria Estela, em 1976.

No dia 26 de março, Lan publicava uma charge no editorial da página 6, com a imagem do General Videla acompanhado de um provérbio espanhol: “A falta de pan, buenas son las tortas”. O provérbio fazia referência à opção pelas tortas na falta de pão, as tortas menos saborosas, entretanto, mais baratas em relação ao pão, na falta deste deveria

satisfazer a população.



Fig. 8. Lan. Jornal do Brasil. 26 de março de 1976.

A partir desse editorial, as manchetes e o espaço das notícias internacionais se voltaram para o diálogo entre os regimes, principalmente, em relação ao aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, que desde os anos setenta parece ter fragilizado substancialmente as relações bilaterais. Em algumas manchetes, o periódico traz as relações como um “Novo Capítulo”, na reprodução dos discursos, tanto de líderes brasileiros quanto argentinos, tornando evidente as tentativas de aproximação: “Brasil e Argentina estão ligados por objetivos comuns”. Surgiam, até mesmo, discursos teleológicos: “Brasil e Argentina ligados por laços históricos e espirituais”.

Eventualmente, assim como nos outros momentos analisados, as representações sobre o país vizinho adquiria outras nuances, as discussões sobre a fragilidade do governo de Maria Estela e a crise econômica não faziam mais sentido, afinal, os solucionadores e tutores do país, diante de momentos de crise, já estavam no poder. Com a efetivação do golpe, os regimes possuíam objetivos em comum, pelo menos no âmbito da política e nas matérias do JB.

Entretanto, embora fossem discutidas nos editoriais do JB, aproximações amistosas entre Azeredo da Silveira (Ministro das Relações Exteriores do Brasil) e Alberto Vignes (Ministro Argentino), desde 1974, as relações representadas pelos periódicos após o golpe precisam ser analisadas mais profundamente, embora os levantamentos já indiquem que as relações bilaterais sejam de aproximação.

Pelo que foi possível notar, já em 1976, a censura em ambos os jornais – assim como possivelmente em outros jornais da grande imprensa – estava mais intensa, embora isso não os eximisse de imprimir posicionamentos que pudessem aproximar ou distanciar as relações entre os países. O que justificaria, por exemplo, a inexistência de comparações entre o regime brasileiro e o regime argentino no JB, ao contrário, da comparação

amplamente difundida durante o golpe de 1966. Não que os espaços de publicização de críticas e questionamentos não existissem no JB, mas, além de ponderados, como em anos anteriores, nesse momento, se resumiam a pequenas notas, algumas charges e moderados opinativos.

4 | GOLPE MILITAR DE 1976 NO JORNAL ÚLTIMA HORA

Em 1976, a equipe editorial do jornal Última Hora estava completamente modificada, os antigos editores-diretores como Samuel Wainer, Danton Jobim e Alínio Salles, nomes importantes nos períodos abordados na pesquisa, já não trabalhavam no periódico. No início da década de setenta, Samuel Wainer fundador do UH, já não estava no comando do jornal, vendido ao Grupo Folha ou Empresa Folha S/A, em 1971. A diagramação dos editoriais, assim como as ênfases dos noticiários, diferenciavam-se substancialmente dos anos anteriores; sob a direção de Ary Carvalho e edição de Pery Cotta, algumas colunas foram subsumidas do jornal e novas colunas foram criadas.

As tensões na política dos países vizinhos, em nenhum momento, receberam grandes espaços de discussões e polemizações, quando muito eram abordadas basicamente de forma descritiva. Toda a movimentação na Argentina no governo de Isabelita, sequestros, greves, a intensa atuação da guerrilha urbana, a fragilização do governo da Presidenta não estavam na pauta do periódico. Enquanto o Jornal do Brasil publicizava que o “o golpe já era certo só faltava a data”, com uma matéria de página inteira, o jornal UH publicava uma pequena nota, na primeira página, “repressão é proporcional à subversão”.⁵³

Desde 1974, com a morte de Perón, o Jornal do Brasil já abordava a insegurança política com o governo de Isabelita, principalmente, devido a sua incapacidade de manter a verticalização do poder sustentada por Perón. Entretanto, no UH tais discussões e a acentuação das ações da guerrilha, os atentados a políticos, as invasões de universidades, o inicial alijamento dos militares da questão política não foram abordados, menos ainda polemizados, até meados de março de 1976, quando uma ou outra coluna, usando o recurso de metáforas, subterfúgios e entrelinhas discutiam os eventos.

A partir de 15 de março de 1976, algumas colunas e modestas manchetes, na primeira página, destacavam os acontecimentos no país vizinho. Contudo, no geral, as matérias amenizavam os eventos ocorridos na Argentina e utilizavam de subterfúgios para discutir o assunto. Na Coluna Carlos Chagas, o jornalista sob o título “Que mais importa: comer ou latir” discorria sobre a história de um cão brasileiro que ao se deslocar em direção a Buenos Aires encontrou com um cão argentino, que dizia não aguentar mais a situação em seu país, “a cada lata de lixo revirada, escondia-se uma bomba, cada beco era palco de sequestros, atentados, mortes violentas, a rua via-se invadida por passeatas, comícios e correrias”⁵⁴ afirmava *lo hermano*. No discurso do cãozinho argentino, o jornalista destacava

⁵³ Jornal Última Hora. 10 de março de 1976.

⁵⁴ Jornal Última Hora. 15 de março de 1976.

a insatisfação do animal com a subversão no país, por isso seu desejo era “morar onde a subversão estivesse debelada”. No caso, o Brasil.

A partir das aspirações do cão argentino, o jornalista ressalta: “Apenas ele não entendia porque o amigo brasileiro seguia justamente o caminho oposto”. Além disso, enfatiza Carlos Chagas: “perguntando o que o amigo ia fazer na Argentina, a resposta: - Latir”.

O jornalista representava, a partir do diálogo entre os cães, as situações políticas em ambos os países. Na Argentina, uma intensificação das ações consideradas subversivas e o sentimento público de opressão que a violência política gerava e, no Brasil, uma intensa repressão a elas. O que Chagas deixa, de certa forma, subentendido, era que, embora, na Argentina, não tivesse o que se comer, no Brasil, o cão não podia expressar-se sobre a ausência de comida.

A discussão sobre a liberdade de expressão no Brasil, embora evidenciada, foi apresentada pelo jornalista veladamente, evitando, de alguma forma, a censura à matéria. Na continuidade da coluna, o conteúdo da matéria esclarecia que a história contada era baseada nos discursos do Senador Magalhães Pinto e do Ministro Armando Falcão, ambos em suas representações sobre a radicalização política e sobre as liberdades de expressão, presentes no diálogo entre os cãesinhos.

Como a situação política na Argentina se agravava, gradualmente, com a radicalização dos grupos contrários ao governo de Isabelita, tanto dentro do próprio peronismo, como no início das movimentações militares em direção ao poder, o jornalista, ao analisar os discursos dos dois políticos brasileiros questiona até que ponto a realidade de um país era uma melhor do que a do outro.

No discurso do Senador Magalhães Pinto: “Não adianta possuímos a paz sem liberdade, da mesma forma como pouco interessa esta àquela”. E, na declaração do Ministro Armando Falcão, o jornalista destaca ironicamente a distorção na semântica de democracia, quando, ao definir o regime no Brasil, o Ministro o coloca na categoria de regime democrático e, portanto, dentro dos parâmetros de liberdade de expressão. Para o Ministro: “Obviamente, liberdade com responsabilidade e justiça flexível quando se trata de punir a perturbação da ordem ou impedir que proliferem a subversão, o caos e a anarquia”.

Com isso, para Falcão, fosse considerado ameaça à ordem, um ato subversivo, caos ou anarquia, mesmo em um regime democrático, a liberdade deveria ser permitida, entretanto com responsabilidade, em outras palavras, haveria um limite. É nesse sentido que o jornalista questiona a aplicação da classificação democrática ao regime brasileiro.

No decorrer da matéria fica nítida a preocupação do jornalista em organizar subterfúgios na elaboração do noticiário, normalmente, criando válvulas de escape tanto na elaboração da crítica, feita indiretamente, quanto, inúmeras vezes, na referência ao governo brasileiro.

A não problematização dos acontecimentos na Argentina, nas matérias do UH,

continuaría mesmo após a queda de Maria Estela, em 24 de março. No dia posterior ao golpe, o UH publica em manchete “Isabelita caiu na hora do voo”. No desenvolvimento da matéria, o jornalista inicia com um discurso afirmando que o copiloto do helicóptero presidencial “armado de um revólver, lhe deu voz de prisão”.⁵⁵

Logo abaixo da manchete, uma pequena nota destaca que “a junta militar quis exterminar o terror e a crise”, por isso, a queda da Presidenta. Extremamente descritiva, a nota abordava a dissolução dos partidos, do Congresso e da CGT.

Em matéria de 26 de março, “Queda de Isabelita é deplorada”, o jornalista faz referência à declaração do Senador do MDB, Danton Jobim. A manifestação pública de Jobim e sua indignação quanto ao afastamento de Maria Estela era publicizada pelo jornal. De acordo com o jornalista, Jobim: “ao deplorar a queda de Isabelita e o fechamento do Congresso, dos Tribunais e dos organismos de representação, o Senador ocupou a tribuna para declarar que ‘o caos econômico e o terrorismo irrefreável, já haviam selado a sorte da presidenta argentina”.

Além disso, destaca que, para Danton Jobim, a dissolução do Congresso ia de encontro às raízes da democracia: “é no chão do Parlamento que estão mergulhadas as raízes do nascimento democrático, afirmava o Senador”. Indicando uma crítica direta à atuação militar no país vizinho, ao voltar-se para o exemplo brasileiro, o ex-diretor do UH ressalta: “nossos militares agiram mais sabiamente, pois na hora oportuna, retornou ao equilíbrio dos poderes”.⁵⁶

Possivelmente, a manifestação favorável aos militares, tanto pelo jornalista quanto na reprodução da declaração pelo jornal, atenua as críticas à intervenção militar na Argentina e, devido às semelhanças das ações e práticas militares em tal ato, atenua também qualquer interpretação que pudesse considerar o discurso e a matéria abusivos, ou mesmo, subversivos.

Como foi possível observar, o caráter combativo e polemizador do periódico na década de setenta já não era o mesmo do momento de sua fundação, nem mesmo o da década de sessenta. À medida que a máquina censória com o AI-5 e, posteriormente, com o Decreto-lei n.º 1.077, de 26/01/1970, regulamentando a censura prévia, se consolidava, os espaços de representações do jornal UH foram completamente modificados.

Enquanto o jornal ainda estava subordinado à Editora Última Hora S/A, as problematizações e o caráter polemizador nas matérias não foram subsumidos, mas, a partir de 1971, sendo vendido ao Grupo Folha, embora em circulação até 1991, a tradição trabalhista e a contrariedade com o regime militar praticamente desapareceram das páginas do periódico.

⁵⁵ Jornal Última Hora. 25 de março de 1976.

⁵⁶ Neste momento, a política brasileira estava passando por uma transformação substancial: o início do processo de distensão do governo Geisel (1974), ou seja, da abertura política, lenta e gradual, proposta pelo General.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos, ao longo dessa dissertação, como as matérias sobre a Argentina eram veiculadas no Jornal do Brasil e no Última Hora, entre 1962 e 1976. Buscamos observar as possíveis relações que as mesmas apresentavam como um entendimento sobre a realidade brasileira, antes e durante o regime civil-militar implantado em 1964, considerando suas concepções de democracia, legalidade, voto, governo constitucional etc.

Para tanto, partimos principalmente dos contornos de fatos históricos específicos, ocorridos nesse período e presentes nos editoriais de tais periódicos, como o posicionamento de tais países em relação ao bloqueio cubano; os golpes militares de 1962 e 1966 na Argentina; as tensões no governo argentino em 1969; o retorno e a morte de Perón, em 1973 e 1974, e, por fim, o golpe de 1976 contra o governo de Maria Estela (Izabelita) Perón.

Ao concentrarmo-nos nos eventos acima, foi possível perceber modificações nos discursos jornalísticos, à medida que o contexto político se transformava, no Brasil, com o golpe de 1964 e com a promulgação do AI-5, em 1968, por exemplo. Com o acirramento da censura, além da expressividade dos noticiários sobre a Argentina nos dois periódicos analisados, os mesmos assumiram um vínculo estreito com os posicionamentos sobre a situação brasileira. Enquanto a comparação não era direta no Última Hora, ficava subentendida no Jornal do Brasil. Assim, ao julgar o outro, de alguma forma, falava-se também sobre o contexto dos que enunciavam os julgamentos.

Como citado ao longo da pesquisa, exceto o Última Hora, toda a grande imprensa havia apoiado o golpe de 1964. Entretanto, seu apoio não significou uma concordância plena com as prerrogativas da ala da extrema-direita do regime militar e, muitas vezes, no Jornal do Brasil, as representações sobre o Estado Autoritário, embora mais moderadas que no Última Hora, imprimiam juízos de valor, o qual não condizia com a ascensão de “governos de fato” à presidência do país.

Nos artigos, notas, matérias e charges analisados, as representações em relação às ações políticas no país vizinho, não eram unicamente sobre o regime da Argentina; as semelhanças e os direcionamentos entre os governos militares nos países foi apontada, diversas vezes, como fenômenos similares, até mesmo, reproduzidos e apropriados de um modelo para outro (como no golpe de 1966).

Citar a Argentina, em um primeiro momento, foi usado como referência para corroborar a eficiência do governo constitucional brasileiro. Em 1962, momento do golpe contra Frondizi na Argentina, o modelo brasileiro era a referência de governo democrático e de liderança econômica e política, na América Latina, pois ainda preservava suas instituições liberais. Já em um segundo momento, após o golpe de 1964, a comparação entre os dois regimes autoritários foi recorrente. A partir do golpe no Brasil, as proximidades ideológicas entre os países eram tantas que bastou para *Los Hermanos* seguirem o modelo brasileiro para concretizarem o seu golpe em 1966.

Até 1969, em ambos os jornais, as matérias e colunas estavam estruturadas em paginação específica, a partir dos levantamentos sobre o “Cordobazo” e sobre o Golpe de 1976, mais no Última Hora do que no Jornal do Brasil, os noticiários sobre a Argentina haviam sido diluídos nos editoriais, alguns artigos, colunas e notícias opinativo(a)s que durante todo o recorte da pesquisa estavam na página 6 (coincidentemente em ambos os periódicos) não correspondiam à diagramação anterior. A partir das representações sobre o golpe de 1966, o caráter combativo do UH praticamente deixou de existir, sua estrutura foi modificada e as charges, que representavam o regime ditatorial assumiram grande importância. O que não podia ser “dito” passou a compor as entrelinhas presentes nos discursos visuais. Mas foi nos anos setenta que as caricaturas/charges/cartuns tornaram-se muito representativas, ocupando a maior parte dos editoriais referentes à Argentina.

No Jornal do Brasil, embora as críticas fossem moderadas, a partir da promulgação do AI-5, os discursos visuais, mesmo pouco combativos, assumiram o mesmo papel que tinham no UH. Ao que tudo indica, entre censura e autocensura, as matérias sobre o governo militar na Argentina foram dando espaço às caricaturas de Lan e Ziraldo.

Com isso, embora muitos espaços de estudos se abram a partir do recorte e da proposta, utilizados na pesquisa, consideramos que alguns avanços tenham sido importantes, principalmente no trabalho com a grande imprensa - com veículos tradicionais e de alta tiragem da época – e na análise dos modelos políticos em ambos os países.

Além disso, abriram-se novos espaços para reflexões sobre metodologias de pesquisa, tanto com a utilização dos periódicos estudados, como no referencial do caso argentino, permitindo novas possibilidades de compreensão sobre as representações da situação brasileira, principalmente nos momentos de acirramento da censura.

Nesse sentido, além da contribuição dos periódicos – como fonte e objeto – com potencial para a criação de consensos, divulgação de ideias e valores sobre o regime militar brasileiro, a partir das noções de legalidade, democracia, constitucionalidade, voto etc. desdobram-se possibilidades de entendimento das relações bilaterais, feitas de proximidades, distanciamentos e, até mesmo, similitudes ideológicas e políticas.

Não avançamos, no entanto, para outros contextos das relações bilaterais, nem analisamos especificamente, se houve, de fato, em alguns dos eventos analisados ou que não tenham sido contemplados nessa pesquisa (porém importantes para ambos, como a construção da hidrelétrica de Itaipu), uma vinculação entre as publicações da imprensa, com implicações nas relações políticas e econômicas entre os países. Se existiram ou não, se as caricaturas/charges também tiveram papel importante nesses contextos e se, de fato, as publicações da grande imprensa imprimiram juízo de valor sobre o Brasil, partindo das ações dos governos argentinos após 1976. As respostas a esses questionamentos, contudo, competem a uma pesquisa futura.

REFERÊNCIAS

Arquivos e Fontes Primárias

Micro- filmes do Arquivo da Biblioteca Nacional. *Jornal Última Hora* (1962, 1973, 1974 e 1976).

Internet

Depoimentos Orais. ARQUIVO CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>

Entrevista de Amílcar de Castro, em 1977. Disponível em: <http://www.scielo.br>. *Novos Estudos CEBRAP*. nº78. São Paulo, Julho de 2007 acessado em 15 de junho de 2012.

Jornal Última Hora. Edições de 1962 a 1969. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/>

Jornal do Brasil. Edições de 1962 a 1976. Disponível em: http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b_mode=2

Bibliografia

ALMEIDA, Raphael Rocha. *Imprensa e Patriotismo nos primórdios do Império (1823- 1831)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. UFMG. 2008.

ANDRADE, Jéferson Ribeiro de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Colaboração Joel Silveira. RJ: José Olympio, 1991.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusp, 1999.

BAGGIO, Kátia G. *Identidade e alteridade. Identidade e alteridade: a representação do outro e as narrativas de viagem nas reflexões de François Hartog*. In: *Cadernos de Seminários de Pesquisa Cultura e Políticas nas Américas*. Volume I. (orgs.) Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Tânia da Costa Garcia. Assis: FCL-Assis-Unesp Publicações, 2009.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. *História Cultural da Imprensa. Brasil 1900-2000*. RJ: Mauad X, 2007.

BEIRED, Jose Luis Bendicho. *Breve historia da Argentina*. Sao Paulo: Ática, 1996.

BETHELL, Leslie. *O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, v.22, n.44, p. 289-321, Jul./Dez. 2009.

BRANCATO, Sandra. M. L. *Getúlio Vargas e a implantação do Estado Novo no Brasil: as primeiras impressões do Diário de Notícias de Lisboa*. In *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. RJ: DP&A: Faperj, 2006.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

BORGES, Nilson. *A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In FERREIRA, Jorge & Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano 4*.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil: Imprensa oficial e imprensa contestadora, o jornal como documento, o papel do jornal na história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo, Difel. 1972.

_____. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1975.

CAVLAK, Iuri. *A política externa brasileira e a Argentina Peronista: 1946-1955*. São Paulo: Annablume, 2008.

CESTARI, Larissa Raele. *A conquista do povo: notícias populares e a oposição ao governo João Goulart*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPCOD), Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10838> Acessado em 10 de novembro de 2013.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. *O mundo como representação*. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CURCINO FERREIRA, Luzmara. *Práticas de Leitura Contemporâneas: Representações discursivas do leitor inscritas na revista Veja*. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2006. Tese de doutorado.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (org.) *Visões do Golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

DELASSOPA, Emílio. *Ao inimigo, nem justiça: violência política na Argentina (1943- 1983)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

DINES, Alberto. *Papel do Jornal*. Rio de Janeiro, Artenova. 1970.

DUARTE, Celina Rabello. *"Imprensa e Redemocratização no Brasil"*. Dados, vol. 26, n. 2. 1983.

FICO, Carlos. *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Revista brasileira de História. Ano/vol. 24, número 047. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil. pp.29-60.

_____. *Brasil e EUA durante o Golpe de 1966 na Argentina*. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/textos/27.pdf>. Acessado em outubro de 2013.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA & DELGADO. *O Brasil Republicano III. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta Moraes. *Do Rio Grande do Sul à Guanabara*. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

_____. *A reforma do Jornal do Brasil*. In: *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Alzira Alves de Abreu (org.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____; MONTALVÃO, Sérgio. *Verbetes do Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. CPDOC-FGV.

FRANCO, Geisa Cunha. *O papel da grande imprensa na preparação dos golpes militares* – Tese de mestrado, Departamento de História, FFLCH, USP, 1997.

Galeano, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GOMES NETO, Álvaro de Souza. *As relações Brasil-Argentina na década de 1950: em busca da preeminência latino-americana*. FRONTEIRAS-Revista de História, Dourados: UFGD, v.10, n.18, p. 211-220, jul./dez. 2008.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*, São Paulo, Summus Editorial, 1987.

JAMES, Daniel. “*Ideologia popular e resistência de classe: o peronismo e a classe operária, 1955-1960*”, *Revista Brasileira de História*, volume 5, número 10.

JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. São Paulo: Edusp, Comp-Arte, 1992.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, Dora. (org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora, FGV.2003.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1976.

LESSA, Washington Dias. “*Amílcar de Castro e a Reforma do Jornal do Brasil*”. In: *Dois Estudos e Comunicação Visual*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-1985)*. UFRJ. Rio de Janeiro, 2006. (tese de doutorado).

MONIZ BANDEIRA, L. A. *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987.

MORAES, Dislane Zerbinatti . “*E foi proclamada a escravidão*”: *Stanislaw Ponte Preta e a representação satírica do golpe militar*. *Revista Brasileira de História (Impresso)*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 61-102, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969*. *Topoi*. *Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.62-85, jan./jun. 2013. Disponível em: www.revistatopoi.org Acessado em 01 de novembro de 2013.

_____. *A figura caricatural do Gorila nos discursos de esquerda*. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 195-212, jul.-dez. 2007.

_____. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva-Fapesp, 2002.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. SP: Hucitec, 2006.

PALERMO, Vicente e NOVARO, Marco. *A ditadura militar argentina, 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: EdUSP, 2007, pp. 23-44.

RAMOS, Julio. *Desencontros da Modernidade na América Latina/Literatura política no século 19*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2008.

REICHEL, Heloisa Jochims. *Sob os olhos da águia: imagens da Argentina peronista na imprensa brasileira dos primeiros anos da Guerra Fria (1946-1955)*. Revista Eletrônica da Anphlac - número 7.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIZZO DE OLIVEIRA, Eliézer. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1976.

ROMERO, Luiz Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. RJ: Jorge Zahar. Ed. 2006.

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e FGV, 1996.

ROUQUIÉ, Alain. "Os processos políticos nos partidos militares do Brasil. Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional". In *Os Partidos Militares no Brasil*, RJ, Editora Record, 1980.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Uma guerra no fim do mundo. Por força de seus interesses, Brasil e Argentina ficaram em lados opostos no mais sangrento confronto militar sul-americano do século XX*. Nossa História, Rio de Janeiro: s.n, v.3, n.34, p. 64-66, ago. 2006.

SIQUEIRA, Carla. *O Dia, Última Hora e Luta Democrática: os rumos da imprensa popular na década de 1950*. PUC-Rio – Certificação digital nº 9815226/CA.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. Brasiliense, 4a edição, 1984.

_____. (org.). *1964: Visões Críticas do Golpe*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

_____, "1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo", *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, No 19, p. 27 a 48, outubro. 2004.

_____. "50 anos de fundação do Iseb", *Jornal da Unicamp*, Campinas, 8 a 14 de agosto de 2005, pág. 11.

VERBITSKY, Horacio. *Ezeiza*. Buenos Aires:Ed. Contrapunto, 1985.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: A construção do Entendimento (1962-1986)*. Dissertação de mestrado apresentada a Pós-graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

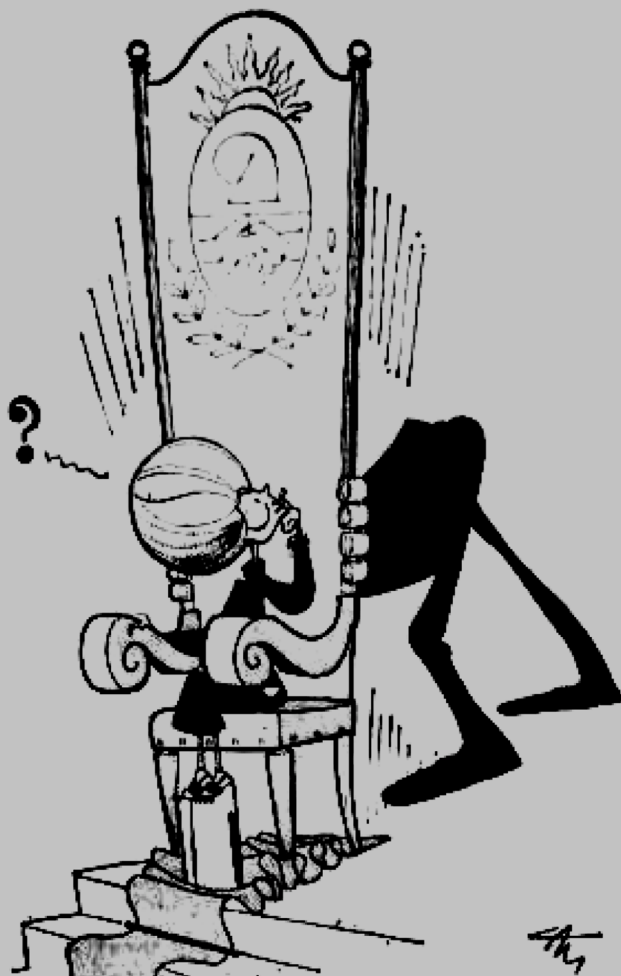
WAINER, Samuel. *Minha razão de viver; memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

JOSIANE DE PAULA NUNES - É professora no curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Campanha. Atualmente é Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo, mestra e graduada em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei. É pesquisadora do Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão em História e Memória (NEPEHM). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Latino-Americana e História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: imprensa, representações políticas e ditaduras militares do Cone Sul.

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

REPRESENTAÇÕES EM TEMPOS DE CENSURA:

A Argentina na grande imprensa brasileira
(1962-1976)



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

REPRESENTAÇÕES EM TEMPOS DE CENSURA:

A Argentina na grande imprensa brasileira
(1962-1976)

